



DIVISÃO DE INFORMAÇÃO  
LEGISLATIVA PARLAMENTAR

OUTUBRO 2018

---

# CONTA GERAL DO ESTADO

---

ENQUADRAMENTO NACIONAL E INTERNACIONAL



COLEÇÃO  
**TEMAS**



---

# Conta Geral do Estado

## Enquadramento Nacional e Internacional

---

FICHA TÉCNICA

**Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar – DILP**

Título do dossiê:

**Conta Geral do Estado: Enquadramento Nacional e Internacional**

Pesquisa, compilação, análise e tratamento por:

**Belchior Lourenço**

Arranjo e Composição Gráfica:

**Nuno Amorim**

**Coleção Temas n.º 66**

Data de publicação:

**Outubro de 2018**

Av. D. Carlos I, 128-132 – 3.º  
1200-651 LISBOA

AVISO LEGAL E DIREITOS DE AUTOR

Este documento é um resumo de informação publicada e não representa necessariamente a opinião do autor ou da Assembleia da República.

O documento foi produzido para apoio aos trabalhos parlamentares dos Deputados e funcionários da Assembleia da República.

© Assembleia da República, 2018. Direitos reservados nos termos do artigo 52º da Lei nº 28/2003, de 30 de julho.

## Índice

Índice.....	5
NOTA PRÉVIA.....	10
PARTE I - METODOLOGIA.....	11
PARTE II – EXPOSIÇÃO DE RESULTADOS .....	14
PARTE III - REGIMES JURÍDICOS COMPARADOS.....	23
Albânia (AL).....	23
Alemanha (DE) .....	24
Áustria (AT) .....	26
Bélgica (BE).....	27
Canadá (CA) .....	28
Croácia (HR) .....	30
Chipre (CY).....	31
Dinamarca (DK) .....	32
Eslováquia (SK) .....	34
Eslovénia (SL).....	35
Estónia (EE) .....	37
Finlândia (FI) .....	39
França (FR) .....	40
Geórgia (GE).....	41
Grécia (EL) .....	43
Holanda (NL).....	44
Hungria (HU) .....	45
Islândia (IS) .....	47
Israel (IL).....	48
Itália (IT).....	49
Jordânia (JO).....	50
Letónia (LV).....	51
Lituânia (LT) .....	52
Luxemburgo (LU).....	53
Macedónia (MK) .....	54

Moldávia (MD).....	55
Montenegro (ME).....	56
Polónia (PL).....	58
Reino Unido (UK) .....	60
República Checa (CZ) .....	61
Roménia (RO) .....	62
Sérvia (RS).....	63
Suécia (SE) .....	64
Turquia (TR).....	66
Parlamento Europeu .....	67
PARTE IV – RESPOSTAS POR PAÍSES .....	70
<i>Albânia - Questão 1 / 2 / 3</i> .....	70
<i>Alemanha - Questão 1 / 2 / 3</i> .....	71
<i>Áustria - Questão 1</i> .....	74
<i>Áustria - Questão 2</i> .....	74
<i>Áustria - Questão 3</i> .....	74
<i>Bélgica - Questão 1</i> .....	75
<i>Bélgica - Questão 2</i> .....	76
<i>Bélgica - Questão 3</i> .....	77
<i>Canadá - Questão 1</i> .....	79
<i>Canadá - Questão 2</i> .....	80
<i>Canadá - Questão 3</i> .....	80
<i>Croácia - Questão 1</i> .....	81
<i>Croácia - Questão 2</i> .....	81
<i>Croácia - Questão 3</i> .....	82
<i>Chipre - Questão 1</i> .....	83
<i>Chipre - Questão 2</i> .....	83
<i>Chipre - Questão 3</i> .....	83
<i>Dinamarca - Questão 1</i> .....	84
<i>Dinamarca - Questão 2</i> .....	84
<i>Dinamarca - Questão 3</i> .....	84
<i>Eslováquia - Questão 1</i> .....	86
<i>Eslováquia - Questão 2</i> .....	86

<i>Eslováquia - Questão 3</i> .....	87
<i>Eslovénia - Questão 1</i> .....	88
<i>Eslovénia - Questão 2</i> .....	88
<i>Eslovénia – Questão 3</i> .....	89
<i>Estónia - Questão 1</i> .....	90
<i>Estónia - Questão 2</i> .....	90
<i>Estónia - Questão 3</i> .....	91
<i>Finlândia - Questão 1</i> .....	92
<i>Finlândia - Questão 2</i> .....	92
<i>Finlândia - Questão 3</i> .....	92
<i>França - Questão 1</i> .....	94
<i>França - Questão 2</i> .....	94
<i>França - Questão 3</i> .....	94
<i>Geórgia - Questão 1 / 2 / 3</i> .....	98
<i>Grécia - Questão 1</i> .....	101
<i>Grécia - Questão 2</i> .....	102
<i>Grécia - Questão 3</i> .....	102
<i>Holanda - Questão 1</i> .....	103
<i>Holanda - Questão 2</i> .....	103
<i>Holanda - Questão 3</i> .....	104
<i>Hungria - Questão 1</i> .....	105
<i>Hungria - Questão 2</i> .....	105
<i>Hungria - Questão 3</i> .....	106
<i>Islândia - Questão 1</i> .....	107
<i>Islândia - Questão 2</i> .....	107
<i>Islândia - Questão 3</i> .....	107
<i>Israel - Questão 1 / 2 / 3</i> .....	108
<i>Itália - Questão 1</i> .....	109
<i>Itália - Questão 2</i> .....	109
<i>Itália - Questão 3</i> .....	109
<i>Jordânia - Questão 1</i> .....	110
<i>Jordânia - Questão 2</i> .....	110
<i>Jordânia - Questão 3</i> .....	110

<i>Letónia - Questão 1</i> .....	111
<i>Letónia - Questão 2</i> .....	111
<i>Letónia - Questão 3</i> .....	112
<i>Lituânia - Questão 1</i> .....	113
<i>Lituânia - Questão 2</i> .....	113
<i>Lituânia - Questão 3</i> .....	114
<i>Luxemburgo - Questão 1</i> .....	115
<i>Luxemburgo - Questão 2</i> .....	115
<i>Luxemburgo - Questão 3</i> .....	115
<i>Macedónia - Questão 1</i> .....	116
<i>Macedónia - Questão 2</i> .....	116
<i>Macedónia - Questão 3</i> .....	117
<i>Moldávia - Questão 1</i> .....	118
<i>Moldávia - Questão 2</i> .....	119
<i>Moldávia - Questão 3</i> .....	119
<i>Montenegro - Questão 1</i> .....	120
<i>Montenegro - Questão 2</i> .....	120
<i>Montenegro - Questão 3</i> .....	121
<i>Polónia - Questão 1</i> .....	122
<i>Polónia - Questão 2</i> .....	126
<i>Polónia - Questão 3</i> .....	126
<i>Reino Unido - Questão 1</i> .....	127
<i>Reino Unido - Questão 2 / 3</i> .....	127
<i>República Checa - Questão 1</i> .....	130
<i>República Checa - Questão 2</i> .....	130
<i>República Checa - Questão 3</i> .....	131
<i>Roménia - Questão 1</i> .....	132
<i>Roménia - Questão 2</i> .....	133
<i>Roménia - Questão 3</i> .....	134
<i>Sérvia - Questão 1</i> .....	135
<i>Sérvia - Questão 2</i> .....	136
<i>Sérvia - Questão 3</i> .....	136
<i>Suécia - Questão 1</i> .....	137



<i>Suécia - Questão 2</i> .....	138
<i>Suécia - Questão 3</i> .....	139
<i>Turquia - Questão 1</i> .....	140
<i>Turquia - Questão 2</i> .....	140
<i>Turquia - Questão 3</i> .....	141
<i>Parlamento Europeu - Questão 1</i> .....	142
<i>Parlamento Europeu - Questão 2</i> .....	142
<i>Parlamento Europeu - Questão 3</i> .....	143
Tabela I – Relação entre o Parlamento e o Tribunal de Contas .....	14
Tabela II - Audição do Tribunal de Contas em sede de Plenário.....	15
Tabela III - Audição do Tribunal de Contas em sede de Comissão Parlamentar.....	16
Tabela IV - Contributo de outras Comissões para efeitos de elaboração do Relatório sobre a Conta Geral do Estado.....	17
Tabela V - Eventos posteriores de acompanhamento à aplicação das recomendações em sede de Conta Geral do Estado.....	18

## NOTA PRÉVIA

O presente documento está organizado da seguinte forma:

A Parte I, onde se apresenta a organização do documento, identificando o seu propósito, a metodologia de recolha de informação e os objetivos a que se propõe.

A Parte II do documento apresenta uma “Exposição dos principais resultados”, onde é efetuada uma análise quantitativa das respostas recebidas em função dos principais tópicos de interesse que estiveram na génese do pedido de informação que foi enviado à rede ECPRD. Em função da apresentação dos resultados foi possível apresentar:

- Um resumo das diferentes práticas em vigor, nomeadamente os procedimentos divergentes face à situação portuguesa, por forma a permitir uma mais fácil comparabilidade entre as diferentes soluções adotadas;
- Uma identificação de eventos posteriores passíveis de gerar eventuais mais-valias ao processo da Conta Geral do Estado.

Na Parte III, procedeu-se a um resumo das respostas remetidas por cada um dos correspondentes. Com o objetivo de simplificar essa exposição, foi uniformizada (quando possível e aplicável) a identificação das entidades intervenientes, distribuindo-se o resumo em três temáticas, respetivamente, o **enquadramento**, o **procedimento** e os **eventos posteriores**. Cada exposição foi complementada com uma análise da informação recebida (quando possível e passível de potencial mais-valia) e foram criadas ligações para as respostas em anexo.

A Parte IV do documento lista as respostas dos correspondentes internacionais, no sentido de possibilitar uma análise mais aprofundada das diferentes soluções e contextos que foram enquadrados (Parte II) e resumidos (Parte III).

Como habitualmente, é disponibilizada uma versão eletrónica deste trabalho no sítio da DILP na Intranet da Assembleia da República, que pode ser consultada em: [http://ficheiros.parlamento.pt/DILP/Dossiers\\_informacao/Conta\\_Geral\\_Estado/Conta\\_Geral\\_Estado\\_10\\_2018\\_1.pdf](http://ficheiros.parlamento.pt/DILP/Dossiers_informacao/Conta_Geral_Estado/Conta_Geral_Estado_10_2018_1.pdf)

## PARTE I - METODOLOGIA

A presente análise comparada visa sintetizar os contributos recolhidos no âmbito do pedido realizado à rede de informação “*European Centre for Parliamentary Research & Documentation*” (ECPRD). O pedido n.º 3874 - “*Procedures for Parliamentary approval and recommendations to the State General Account*”, colocada na plataforma a 30 de setembro de 2018, foi requerido a pedido do Sr. Vice-Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa e incidiu sobre a temática da Conta Geral do Estado, com o objetivo de recolher informação sobre o seu procedimento.

A consulta resultou na resposta do Parlamento Europeu e de 34 países, respetivamente:

1. Albânia;
2. Alemanha;
3. Áustria;
4. Bélgica;
5. Canadá;
6. Croácia;
7. Chipre;
8. Dinamarca;
9. Eslováquia;
10. Eslovénia;
11. Estónia;
12. Finlândia;
13. França;
14. Grécia;
15. Geórgia;
16. Holanda;
17. Hungria;
18. Islândia;
19. Israel;
20. Itália;
21. Jordânia;
22. Letónia;
23. Lituânia;
24. Luxemburgo;
25. Macedónia;
26. Moldávia;
27. Montenegro;
28. Polónia;
29. Reino Unido;
30. Roménia;
31. República Checa;
32. Sérvia;
33. Suécia;
34. Turquia.

No âmbito do pedido do ECPRD, foram colocadas as seguintes questões:

1 – *In the process of parliamentary appreciation of the General State Accounts, what is the relation between the Court of Auditors and the Parliament? Does any member of the Court of Auditors address to the Plenary in a Session? If so, does this hearing take place before the vote of the State Account or also after the voting procedure?)?*

2 – *What are the internal procedures in Parliament before a final debate and vote procedure? Is the Budget Committee involved? Are there inputs from other committees? If so, in which terms? Please describe the terms and procedures.*

3 – *Are there any follow-up events after the final approval of the Accounts, namely concerning the recommendations of the Court of Auditors? (e.g. the government responding to parliament in written/in a hearing about the fulfilment or not of the recommendations issued by the Court of Auditors).*

Para que o pedido pudesse ser difundido através da rede ECPRD, foi preparado e enviado a todos os correspondentes um enquadramento relativo ao procedimento da Conta Geral do Estado em Portugal, nos seguintes termos:

**Resposta de Portugal à Questão n.º 1** – Nos termos do previsto nos artigos [107.º](#) e [214.º](#) da [Constituição da República Portuguesa \(C.R.P.\)](#), em conjugação com o disposto nos artigos [205.º](#), [206.º](#) e [207.º](#) do [Regimento da Assembleia da República](#), o [Governo](#) deve elaborar e apresentar a [Conta Geral do Estado \(CGE\)](#) ao [Parlamento Português](#), bem como todas as informações financeiras necessárias, até à data limite de 30 de junho do ano seguinte ao ano de revisão. O documento apresentado pelo Governo é submetido à apreciação do [Tribunal de Contas](#) (que audita a CGE) e do [Conselho Económico e Social](#) (que produz o Parecer da CGE).

Tendo recebido a CGE, o [Presidente da Assembleia da República](#) ordena a sua publicação no Diário da Assembleia da República e a sua imediata distribuição aos membros da Assembleia da República e aos grupos parlamentares. A CGE será então remetida à [Comissão do Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa](#), para elaborar um relatório e às restantes comissões parlamentares para efeitos de elaboração de um parecer.

Os pareceres que o Tribunal de Contas e o Conselho Económico e Social enviarão à Assembleia serão também publicados no Diário da Assembleia da República e enviados à Comissão do Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa.

Os pareceres acima mencionados, bem como a análise técnica da [Unidade Técnica de Apoio Orçamental](#), são enviados à Comissão do Orçamento, Finanças e da Modernização Administrativa, que seguidamente elabora o relatório final e o remete ao Presidente da Assembleia da República.

O debate em plenário sobre a CGE abre e encerra com um discurso do Governo e cada grupo parlamentar tem o direito de fazer uma declaração antes do encerramento do debate. A votação final encerra o procedimento.

Não há discursos formais no Plenário por parte de qualquer membro do Tribunal de Contas. No entanto, o Presidente dirige-se à Comissão do Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa antes do processo de votação em Plenário.

**Resposta de Portugal à Questão n.º 2** - Antes dos procedimentos finais, a Comissão de Orçamento recebe contribuições de outras Comissões, da Unidade de Apoio Orçamental, bem como um relatório do Tribunal de Contas e um parecer do Conselho Económico e Social.

**Resposta de Portugal à Questão n.º 3** - Não existe um procedimento “*ex post*” para o cumprimento das recomendações formuladas pelo Tribunal de Contas.

## PARTE II – EXPOSIÇÃO DE RESULTADOS

Considerando as respostas dos 35 Parlamentos, é possível apresentar os seguintes resultados:

### Relação entre o Parlamento e o Tribunal de Contas

Relativamente à relação entre os Parlamentos e o Tribunal de Contas, conforme é possível analisar na Tabela I, 66% dos Parlamentos (23) relacionam-se de alguma forma com o Tribunal de Contas, contra apenas 3% (1) onde tal não acontece. Salienta-se que para 31% dos casos (11), a situação não é aplicável, dado que as soluções de fiscalização e auditoria passam por outro tipo de entidades.

**Tabela I – Relação entre o Parlamento e o Tribunal de Contas**

Relação entre o Parlamento e o Tribunal de Contas			
SIM	NÃO	Não Aplicável	Inf. Não Disponível
Albânia			
Alemanha			
Áustria			
Bélgica			
		Canadá	
		Croácia	
		Chipre	
		Dinamarca	
Eslováquia			
Eslovénia			
		Estónia	
		Finlândia	
	França		
		Georgia	
Grécia			
Holanda			
Hungria			
		Islândia	
		Israel	
Itália			
Jordânia			
Letónia			
Lituânia			
Luxemburgo			
		Macedónia	
Moldávia			
Montenegro			
Polónia			
		Reino Unido	
República Checa			
Roménia			
Sérvia			
Suécia			
Turquia			
Parlamento Europeu			

Fonte: Síntese da Informação recolhida nas Partes III e IV do Documento de Trabalho

## Audição do Tribunal de Contas em sede de Plenário

Relativamente à presença do Tribunal de Contas no Parlamento para efeitos de audição em Plenário, conforme é possível analisar na Tabela II, 14% dos Parlamentos (5) requerem a audição dos representantes do Tribunal de Contas em sede de Plenário, contra 40% (14) onde tal procedimento não se verifica. Salienta-se o facto de em 26% dos casos (9), tal não é aplicável (dado a solução de fiscalização não se enquadrar na solução de uma entidade como o Tribunal de Contas). Neste contexto, em 20% dos casos (7) não foi disponibilizada informação atinente a este pedido de esclarecimento.

**Tabela II - Audição do Tribunal de Contas em sede de Plenário**

Audição do Tribunal de Contas em sede de Plenário			
SIM	NÃO	Não Aplicável	Inf. Não Disponível
			Albânia
	Alemanha		
Áustria			
	Bélgica		
		Canadá	
		Croácia	
		Chipre	
		Dinamarca	
	Eslováquia		
	Eslovénia		
		Estónia	
		Finlândia	
	França		
			Geórgia
			Grécia
			Holanda
Hungria			
		Islândia	
		Israel	
	Itália		
			Jordânia
	Letónia		
	Lituânia		
	Luxemburgo		
		Macedónia	
Moldávia			
Montenegro			
Polónia			
	Reino Unido		
	República Checa		
			Roménia
			Sérvia
	Suécia		
	Turquia		
	Parlamento Europeu		

Fonte: Síntese da Informação recolhida nas Partes III e IV do Documento de Trabalho

## Audição do Tribunal de Contas em sede de Comissão Parlamentar

Relativamente à presença do Tribunal de Contas sede de Comissão<sup>1</sup> para efeitos de audição, conforme é possível analisar no Tabela III, em 29% dos Parlamentos (10) existe a presença do Tribunal de Contas para efeito de esclarecimentos sobre o seu parecer e/ou informações adicionais, contra 26% (9) que não procedem a tal expediente. Salienta-se o facto de em 29% dos casos (10), tal não é aplicável (tendo como justificação maioritária o facto da fiscalização não se enquadrar na solução de uma entidade como o Tribunal de Contas). Neste contexto, em 17% dos casos (6) não foi disponibilizada informação atinente a este pedido de esclarecimento.

**Tabela III - Audição do Tribunal de Contas em sede de Comissão Parlamentar**

Audição do Tribunal de Contas em sede de Comissão Parlamentar			
SIM	NÃO	Não Aplicável	Inf. Não Disponível
			Albânia
Alemanha			
Áustria			
Bélgica			
		Canadá	
		Croácia	
		Chipre	
		Dinamarca	
Eslováquia			
Eslovénia			
		Estónia	
		Finlândia	
	França		
		Georgia	
	Grécia		
			Holanda
Hungria			
		Islândia	
		Israel	
	Itália		
	Jordânia		
	Letónia		
Lituânia			
Luxemburgo			
		Macedónia	
			Moldávia
Montenegro			
			Polónia
	Reino Unido		
	República Checa		
			Roménia
			Sérvia
	Suécia		
	Turquia		
Parlamento Europeu			

Fonte: Síntese da Informação recolhida nas Partes III e IV do Documento de Trabalho

<sup>1</sup> De acordo com o princípio de uniformização da Comissão de Orçamento e Finanças.



## Contributos de Outras Comissões para a Conta Geral do Estado

Relativamente ao contributo de outras Comissões em sede de apreciação parlamentar da Conta Geral do Estado, conforme é possível analisar na Tabela IV, 46% dos Parlamentos (16) confirmam a existência de contributos por parte de outras Comissões, face a 11% (4) onde tal não está previsto procedimentalmente. Neste contexto, em 43% dos casos (15) não foi disponibilizada informação atinente a este pedido de esclarecimento.

**Tabela IV - Contributo de outras Comissões para efeitos de elaboração do Relatório sobre a Conta Geral do Estado**

Contributos de Outras Comissões para a Conta Geral do Estado			
SIM	NÃO	Não Aplicável	Inf. Não Disponível
			Albânia
Alemanha			
	Áustria		
			Bélgica
			Croácia
Chipre			
			Dinamarca
Eslováquia			
			Eslovénia
Estónia			
Finlândia			
França			França
Geórgia			
Grécia			
Holanda			
Hungria			
			Islândia
			Israel
Itália			
	Jordânia		
			Letónia
			Lituânia
			Luxemburgo
			Macedónia
			Moldávia
			Montenegro
Polónia			
Reino Unido			
República Checa			
	Roménia		
			Sérvia
Suécia			
	Turquia		
Parlamento Europeu			

Fonte: Síntese da Informação recolhida nas Partes III e IV do Documento de Trabalho

## Eventos Posteriores de Acompanhamento às Recomendações do Tribunal de Contas

Por último, relativamente a existência de eventos posteriores, no que toca ao acompanhamento da implementação das recomendações em sede de Conta Geral do Estado, conforme é possível analisar na Tabela V, 40% dos Parlamentos (14) contêm alguns procedimentos de “*follow-up*”, face a 57% (20) onde tal não se verifica. Neste contexto, em 3% dos casos (1) não foi disponibilizada informação atinente a este pedido de esclarecimento. Os casos em que se verificam eventos posteriores são analisados no final deste capítulo.

**Tabela V - Eventos posteriores de acompanhamento à aplicação das recomendações em sede de Conta Geral do Estado**

“Follow up” das recomendações do Tribunal de Contas			
SIM	NÃO	Não Aplicável	Inf. Não Disponível
	Albânia		
Alemanha			
	Áustria		
Bélgica			
Canadá			
	Croácia		
Chipre			
Dinamarca			
	Eslováquia		
Eslovénia			
	Estónia		
Finlândia			
	França		
			Georgia
	Grécia		
	Holanda		
Hungria			
	Islândia		
	Israel		
	Itália		
	Jordânia		
	Letónia		
Lituânia			
	Luxemburgo		
	Macedónia		
Moldávia			
Montenegro			
Polónia			
	Reino Unido		
	República Checa		
	Roménia		
	Sérvia		
	Suécia		
Turquia			
Parlamento Europeu			

Fonte: Síntese da Informação recolhida nas Partes III e IV do Documento de Trabalho

## Procedimentos Divergentes do Enquadramento Legal Português

Em função da análise das respostas dos correspondentes internacionais relativamente a procedimentos que divergem do enquadramento legal português e que prefazem metodologias alternativas passíveis de gerar mais-valias, é possível salientar as seguintes soluções:

- Separação do documento da Conta Geral do Estado em dois volumes, por forma a aumentar o escrutínio parlamentar sobre a informação prestada no âmbito da CGE ([Alemanha](#));
- Criação de uma Sub-Comissão de Auditoria na égide da Comissão de Orçamento e Finanças, por forma a aprofundar o escrutínio parlamentar sobre a informação prestada no âmbito da CGE ([Alemanha](#));
- Aprovação da Conta Geral do Estado do ano anterior em simultâneo com o processo orçamental no ano seguinte ([Áustria](#), [Geórgia](#) e [Roménia](#));
- Promoção de audição de entidades referenciadas em sede do relatório de auditoria para responder às observações no âmbito da sua competência ([Canadá](#));
- Tido como um procedimento único no Mundo, em que existe um prazo de 4 meses após o processo de auditoria para que os responsáveis do Governo elaborem um plano de ação sobre o cumprimento das recomendações da auditoria, sendo que ao longo do processo se mantém a avaliação por parte das entidades que realizaram a auditoria, através da remessa ao Parlamento de notas de acompanhamento sobre o cumprimento das recomendações em causa ([Dinamarca](#));
- O relatório sobre a Conta Geral do Estado é remetido ao Parlamento, conjuntamente com as explicações por parte do Governo, sobre a rejeição de cada uma das recomendações que o Tribunal de Contas tenha emitido ([Eslovénia](#));
- Através de uma sub-comissão especializada, é remetido a Plenário um resumo dos aspetos positivos e negativos que decorreram da implementação do Orçamento ([Estónia](#));
- Realização de debate em sede de Plenário, com a presença do Primeiro-Ministro e do Ministro das Finanças, neste caso, extensível às duas câmaras do Parlamento ([Holanda](#));
- Verifica-se a presença do Tribunal de Contas em sede parlamentar, para efeitos de apresentação de relatórios de auditoria setoriais sobre a execução orçamental do ano anterior, assim como um relatório sobre a “monitorização da implementação de recomendações do Tribunal de Contas no ano anterior ao ano analisado na Conta Geral do Estado” ([Lituânia](#));
- O Tribunal de Contas deverá remeter ao Parlamento um relatório sobre eventuais irregularidades e eventuais recomendações de resolução para efeitos de eliminação de procedimentos não conformes com a lei. Verifica-se uma reunião entre a Comissão de Orçamento e Finanças, representantes do Governo e do Tribunal de Contas para analisar durante dois dias a Proposta de Lei da Conta Geral do Estado e as observações do Tribunal de Contas ([Montenegro](#));
- As respostas setoriais do Tribunal de Contas são remetidas às Comissões Parlamentares, nos termos da sua esfera de competência, sendo que os relatores dessas Comissões setoriais devem apresentar o relatório da comissão setorial em sede da Comissão de Orçamento e Finanças, não podendo

extravasar o âmbito do relatório setorial produzido. Também são apresentadas pela Comissão de Orçamento e Finanças, em sede de Plenário, informações relativas a sugestões das Comissões setoriais que não foram aceites em sede de relatório final ([Polónia](#));

- A “State Audit Institution” submete ao Parlamento o Relatório com as suas apreciações e recomendações. Em função dessa informação, o Parlamento pode decidir propor recomendações, medidas e prazos de implementação com base nas observações constantes do Relatório ([Sérvia](#)).

## Procedimentos de Acompanhamento das Recomendações do Tribunal de Contas

Finalmente, relativamente a eventuais procedimentos de acompanhamento sobre o cumprimento das recomendações dos Tribunais de Contas (ou entidades equiparadas), é possível salientar as diversas alternativas:

- Referência a uma data de remessa do Governo sobre o ponto de implementação das recomendações, assim como a possibilidade de escrutínio futuro sobre a implementação dessas recomendações e uma instrução para que o Governo leve em linha de conta as recomendações do Tribunal de Contas na elaboração de Orçamentos futuros ([Alemanha](#));
- Definição de um conjunto pré-definido de audições no decorrer do ciclo orçamental, subordinadas ao acompanhamento da implementação das recomendações ([Bélgica](#));
- Em função do relatório do Parlamento, o Governo deve responder às recomendações referenciadas pela Comissão, tendo essa resposta um prazo máximo de 120 dias ([Canadá](#));
- A “Standing Committee on Development Plans and Public Expenditure Control” é responsável pelo escrutínio ex-post da implementação do Orçamento ([Chipre](#));
- Prazo de resposta por parte do Governo sobre a forma e o desenrolar de ações para fazer face às recomendações, verificando-se um acompanhamento posterior das questões pendentes por um dos organismos de auditoria, com envio de notas de acompanhamento ao Parlamento ([Dinamarca](#));
- Existência de um relatório pós-auditoria por parte do Tribunal de Contas onde as diversas entidades visadas nas recomendações recebidas em sede do relatório de auditoria devem referenciar as ações levadas a cabo em resposta às observações do Tribunal. O Tribunal de Contas remete posteriormente ao Parlamento um relatório onde identifica as irregularidades, as ações levadas a cabo e a avaliação dessas ações. Em função deste relatório de pós-auditoria, a Comissão de Orçamento e Finanças pode adotar medidas adicionais para obrigar as entidades auditadas a implementar as ações de resolução das irregularidades ([Eslovénia](#));
- A Comissão de Auditoria escrutina o acompanhamento do Governo relativamente as recomendações e observações do seu relatório, por forma a avaliar a eficiência (e suficiência) das ações tomadas, removendo as declarações sempre que a ação tenha sido considerada suficiente/eficaz ([Finlândia](#));
- Podem ser feitas interpelações, questões, pedidos de audição, etc., podendo essas medidas levar em linha de conta as recomendações do Tribunal de Contas sobre a Conta Geral do Estado ([Hungria](#));
- Elaboração de um relatório sobre a “Monitorização da Implementação de Recomendações do Tribunal de Contas” no ano anterior ao ano analisado na Conta Geral do Estado ([Lituânia](#));
- No seguimento do relatório anual sobre a correta utilização dos recursos financeiros públicos por parte do Governo, este e outras entidades públicas são obrigados a informar sobre o seguimento dado as recomendações e/ou o cumprimento de obrigações dentro da data-limite estabelecida, assim como a comunicação das medidas tomadas ([Moldávia](#));

- Em função da importância do cumprimento das conclusões do Parlamento e das recomendações do Tribunal de Contas, a Comissão de Orçamento e Finanças organiza os seus trabalhos por forma a analisar o grau de cumprimento das conclusões, através de um “Plano de Ação de Implementação das Recomendações do Tribunal de Contas” que deve ser remetido quadrimestralmente. No âmbito dos trabalhos, verifica-se a presença do Ministro das Finanças (que acumula a função de Presidente da “Comissão de Coordenação para a Monitorização e Implementação das Recomendações do Tribunal de Contas”), de Deputados da Comissão de Orçamento e Finanças e de representantes do Tribunal de Contas. Através deste trabalho, a Comissão de Orçamento e Finanças reporta ao Parlamento a revisão de proposta final da Conta Geral do Estado. A Comissão de Orçamento e Finanças requer adicionalmente a audição de entidades que receberam parecer negativo em sede da implementação das recomendações do Tribunal de Contas ([Montenegro](#));
- O Tribunal de Contas avalia se as recomendações e conclusões produzidas em sede de auditoria são levadas em linha de conta pelo Governo, promovendo no ano seguinte (ou antes, a requerimento dos membros do Parlamento) informações sobre a implementação de recomendações e conclusões da auditoria da Conta Geral do Estado ([Polónia](#));
- O Tribunal de Contas audita o Relatório da Conta Geral do Estado produzido pelo Ministério das Finanças, assim como cerca de 250 relatórios da execução orçamental das diversas entidades administrativas sobre a tutela do Governo. Não se verificam eventos posteriores, dado o carácter permanente das atividades de auditoria anual levada a cabo pelo Tribunal de Contas, no sentido de escrutinar a evolução das entidades escrutinadas ([Suécia](#));
- Verifica-se a monitorização por parte do Tribunal de Contas, da implementação das recomendações propostas em sede de auditoria, sendo a análise acompanhada por auditores do Tribunal até à aplicação das referidas recomendações. Nos casos em que não se verificou progressos, são elaborados relatórios de avaliação por parte do Tribunal de Contas ([Turquia](#));
- Nos termos da informação fornecida, a Comissão e outras instituições que tenham sido alvo de observações por parte da resolução de quitação do Parlamento, devem atuar em conformidade. Nestes termos, a Comissão deve submeter o relatório de “follow up” até 31 de julho do ano n+2.. Relativamente à intervenção do Tribunal de Contas neste processo de “follow-up”, esta entidade recorre ao processo de contraditório para efeitos de preparação do Relatório Anual e dos Relatórios Especiais (auditorias de avaliação da execução), por forma a incluir os comentários da Comissão sobre os desenvolvimentos em sede de acomodação das recomendações ([Parlamento Europeu](#)).

## PARTE III - REGIMES JURÍDICOS COMPARADOS

### Albânia (AL)

#### Enquadramento:

O enquadramento legal aplicável ao escrutínio da Conta Geral do Estado decorre das [alíneas a\) e b\) do n.º1 do artigo 164.º da Constituição da República da Albânia](#), sendo de salientar a intervenção de um conjunto de entidades, nomeadamente, o [Parlamento](#) e o [State Supreme Audit Institution](#) (Tribunal de Contas), sendo este enquadrado pela [Lei n.º 154/2014](#), que define a Organização e o Funcionamento do Tribunal de Contas e que enquadra a sua ação de acordo com as práticas definidas pelo [International Standards on Supreme Audit Institutions](#) e pela [Lima Declaration](#).

#### Procedimento:

Nos termos do enquadramento legal acima identificado, o Governo deve remeter ao Parlamento o Relatório da Conta Geral do Estado, levando em linha de conta o Parecer do Tribunal de Contas.

Pese embora essa intervenção prévia, o Tribunal de Contas também remete ao Parlamento o Relatório sobre a implementação do Orçamento de Estado, onde constam um conjunto de recomendações para efeitos de consolidação do procedimento orçamental atinente às finanças públicas e ao cumprimento das regras orçamentais.

#### Eventos Posteriores:

Nos termos da informação remetida, não foram identificados eventos posteriores sobre a avaliação da implementação das recomendações do Tribunal de Contas.

[Resposta 1 / 2 / 3](#) [Exposição de Resultados](#)

## Alemanha (DE)

### Enquadramento:

Para efeitos do enquadramento legal, importa referir que um dos princípios fundamentais da estrutura federal da Alemanha é o de que, a Federação, os 16 Estados Federais e os Municípios gozam de autonomia e independência no que toca à gestão dos seus orçamentos. Neste contexto, o [Bundesrat](#)<sup>[1]</sup> está envolvido no processo de aprovação de contas do [Governo Federal](#), contudo, comparativamente com o [Bundestag](#) (“Parlamento”), o seu papel é bastante limitado. O procedimento atinente à “*Budget and Capital Account*” (Conta Geral do Estado) está previsto nos [parágrafos n.º 1 e 2 do artigo 114.º da German Basic Law](#). Salienta-se também a intervenção do [Federal Court of Auditors](#)<sup>[2]</sup> (Tribunal de Contas) e, em sede parlamentar, da [Finance Committee](#) (Comissão de Orçamento e Finanças) do “*Bundestag*”. Relativamente ao acompanhamento das recomendações do Tribunal de Contas, o mesmo decorre do [n.º 4 do Artigo 114.º da Federal Budget Code](#).

### Procedimento:

Nos termos do enquadramento legal acima identificado, o Ministro das Finanças remete a “*Federal Government Accounts*” (Conta Geral do Estado) ao “*Bundestag*” (adiante, Parlamento), ao “*Bundesrat*” e ao Tribunal de Contas, em junho do ano subsequente ao ano fiscal (processo identificado como “*discharge of the Federal Government*”). O Tribunal de Contas remete, então, o Relatório de Auditoria da Conta Geral do Estado ao Parlamento, ao “*Bundesrat*” e ao Governo Federal, até ao final do ano fiscal subsequente (Volume I), para além de outros elementos da auditoria (Volume II), que são remetidos entre março e maio do ano seguinte (Primavera do ano n+2).

Relativamente ao “*Bundesrat*”, após a submissão do Volume II da auditoria do Tribunal de Contas, a Comissão de Finanças delibera sobre o Relatório, emitindo uma recomendação e votando posteriormente a Conta Geral do Estado.

O Relatório não é discutido, apenas votado em Plenário do “*Bundesrat*” (até junho do ano n+2). A Comissão de Finanças apenas é competente em sede de legislação de matéria fiscal e política na área de Mercados Financeiros e do Orçamento uma vez que não há Comissão de Orçamento nem de auditoria ao nível do “*Bundesrat*”, assim como não se verifica a intervenção de outras Comissões relativamente à Conta Geral do Estado. A Comissão de Finanças pode ainda colocar questões sobre a Conta Geral do Estado aos

[1] O Bundesrat é um dos cinco órgãos constitucionais da Alemanha. Os Estados Federais participam através do Bundesrat, na legislação e na administração da Federação Alemã.

[2] Bundesrechnungshof. Competência de escrutínio do Orçamento e da gestão económica do Governo Federal, nos termos do [artigo 88.º do Código Orçamental Federal \(BHO\)](#).



representantes do Governo Federal durante as sessões da Comissão. O Tribunal de Contas também pode ser convidado a pronunciar-se em sede de Comissão.

Relativamente ao “*Bundestag*”, verifica-se adicionalmente uma intervenção através de uma Subcomissão de Auditoria, que decorre da Comissão de Orçamento. Essa Subcomissão elabora uma recomendação de decisão de quitação para efeitos de aprovação por parte do Plenário do Parlamento.

Esta recomendação da Comissão de Orçamento trata detalhadamente das temáticas levantadas pelo Tribunal de Contas, podendo solicitar por esta via, a tomada de medidas, informando das mesmas o Parlamento e o Tribunal de Contas. No âmbito das decisões de quitação por parte do Parlamento, o Governo Federal é normalmente solicitado a levar em conta as conclusões da Comissão de Orçamento e as observações do Tribunal de Contas, na preparação e execução dos orçamentos futuros. A Comissão de Orçamento é a Comissão que lidera o processo de análise da Conta Geral do Estado, sendo também requerido opiniões às Comissões setoriais.

A opção tomada pelo Parlamento pode levar em linha de conta a opinião do “*Bundesrat*”. Entre julho e setembro (n+2), verifica-se o processo de Recomendações e Quitação.

Importa salientar que o Tribunal de Contas também apresenta uma competência de assessoria ao Parlamento e ao Governo, com base nos resultados da auditoria.

### **Eventos Posteriores:**

Nos termos da lei, o Parlamento deve determinar uma data na qual o Governo Federal deverá reportar a Parlamento e ao “*Bundesrat*”, o ponto de implementação das medidas, sendo que qualquer um destes dois órgãos poderão voltar a escrutinar as temáticas abordadas neste processo.

A resposta do CERDP referencia que a decisão de concessão de quitação ao Governo incluem normalmente uma instrução para que o mesmo leve em linha de conta, para efeitos de elaboração de orçamentos futuros, as observações da Comissão de Orçamento aos comentários do Tribunal de Contas. Não são verificados outras tipologias de seguimento posterior para além destas.

[Resposta 1 / 2 / 3](#) [Exposição de Resultados](#)

## Áustria (AT)

### Enquadramento:

O enquadramento legal do procedimento da Conta Geral do Estado decorre dos termos previstos nos artigos 121.º n.º 2 e da alínea a) do artigo 123.º da [Federal Constitutional Law](#), tendo como intervenientes o [Parlamento](#), o *Budget Committee* (Comissão de Orçamento e Finanças), o [National Council](#) e o [Court of Audit \(Rechnungshof\)](#) (Tribunal de Contas).

### Procedimento:

Nos termos da informação remetida, o Tribunal de Contas prepara a Conta Geral do Estado e remete ao “*National Council*”, sendo procedimento habitual a participação do Presidente do Tribunal de Contas nos debates da Comissão de Orçamento e Finanças, assim como, também, no debate em Plenário. O procedimento referido é confirmado através de votação. A Conta Geral do Estado é escrutinada pela “*National Council*”, não havendo intervenção por parte das outras Comissões setoriais.

### Eventos Posteriores:

De acordo com a informação remetida, não se verifica acompanhamento posterior relativamente à avaliação do cumprimento das recomendações do Tribunal de Contas.

[Resposta 1](#) [Resposta 2](#) [Resposta 3](#) [Exposição de Resultados](#)

## Bélgica (BE)

### Enquadramento:

O enquadramento legal do processo atinente à Conta Geral do Estado consta do seguinte conjunto de normas, respetivamente, o [artigo 174.º da Constituição da Bélgica](#), o artigo 106.º do [Rules of Procedures of the Belgian House of Representatives](#) tendo como intervenientes a [House of Representatives](#) (Parlamento), o [Court of Audit](#) (Tribunal de Contas) e o [Governo](#) (por intermédio da [Ministra do Orçamento](#)). A Conta Geral do Estado está alinhada com o Processo Orçamental, através do [Coordinated Federal Legislative Act of 17 July 1991](#) e o [Federal Legislative Act of 22 May 2003](#), sendo que a tendência é a aplicação desta última norma legislativa. Em sede de trabalhos parlamentares, referência para a [Standing Finance and Budget Committee](#).

### Procedimento:

Nos termos do enquadramento legal acima identificado, o Parlamento deverá aprovar anualmente a Conta Geral do Estado conjuntamente com o Orçamento. Nos termos da lei, antes da submissão da Conta Geral do Estado para aprovação em sede de Parlamento, a Ministra do Orçamento deverá remeter o documento (até 31 de maio do ano seguinte ao ano auditado) ao Tribunal de Contas, sendo que este remeterá as suas observações e recomendações ao Parlamento.

Em sede de trabalhos parlamentares, após a receção pelo Parlamento da versão final da Conta Geral do Estado, a Comissão de Orçamento e Finanças convida os representantes do Tribunal de Contas para a apresentação do seu relatório e das suas observações, sendo que esta audição decorre antes do processo de votação.

### Eventos Posteriores:

Durante o decorrer do novo ciclo orçamental, a Comissão de Orçamento e Finanças define um conjunto de audições subordinadas ao acompanhamento da implementação das observações e recomendações previstas no processo de aprovação da Conta Geral do Estado, usando mecanismos de acompanhamento da execução orçamental.

[Resposta 1](#) [Resposta 2](#) [Resposta 3](#) [Exposição de Resultados](#)

## Canadá (CA)

### Enquadramento:

Ao nível do enquadramento legal federal, o [Receiver General](#) (Ministro das Finanças) é a entidade com competência na área financeira e contabilística do [Federal Government](#) (Governo), salvaguardando a integridade orçamental e aplicação de fundos públicos. Assim, é competência do Ministério das Finanças a preparação da [Public Accounts of Canada](#) (Conta Geral do Estado), nos termos legais previstos no [Part VI](#) do [Financial Administration Act](#) e no [Compendium of House of Commons Procedure \(2018\)](#).

Salienta-se o facto de que não se verifica a existência de uma entidade enquadrada no conceito de “Tribunal de Contas”. Para efeitos de fiscalização da Conta Geral do Estado, tal tarefa recai sobre o [Auditor General](#) (Auditor Geral), um membro designado pelo Parlamento. Os relatórios são legalmente enquadrados nos termos da [seção 7](#) do [Auditor General Act](#) (R.S.C., 1985, c. A-17).

O Relatório da Conta Geral do Estado é remetido à [House of Commons](#) (Parlamento)<sup>2</sup> através do Presidente do [Treasury Board of Canada](#). Em sede parlamentar, a Comissão competente para o efeito é a [Standing Committee on Public Accounts](#) (Comissão de Orçamento e Finanças). Os acontecimentos posteriores verificam-se nos termos do disposto na [Standing Order 109](#).

### Procedimento:

Nos termos do enquadramento legal acima apresentando, a Conta Geral do Estado é um relatório detalhado sobre a execução financeira das entidades públicas, devendo o mesmo ser remetido até 31 de dezembro do ano seguinte ao ano fiscal escrutinado e a que a Conta se refere (ou até 15 dias posteriores, no caso de não haver data, ao normal decurso da sessão legislativa).

O Presidente do [“Treasury Board of Canada”](#) apresenta o Relatório da Conta Geral do Estado no Parlamento. O Relatório é também remetido ao [“Governor General”](#)<sup>3</sup> (não decorre do enquadramento legal, mas sim por uma questão de tradição).

O Auditor Geral tem como responsabilidade a realização da auditoria à Conta Geral do Estado, assim como investigação sobre as relações financeiras do Governo Federal. Neste contexto, o Auditor Geral remete ao Parlamento as auditorias realizadas duas vezes por ano (uma na Primavera e outra no Outono), assim como outros elementos que entenda relevantes para o escrutínio do Parlamento.

Após o envio dos relatórios para o [“Speaker of the House of Commons”](#), os mesmos são remetidos para análise à Comissão de Orçamento e Finanças. A Comissão de Orçamento e Finanças é a Comissão

<sup>2</sup> Câmara dos Comuns do Canadá, correspondente a uma parte do Parlamento do Canadá.

<sup>3</sup> Representante oficial do Monarca Canadense.

competente para onde se remete a Conta Geral do Estado, requerendo posteriormente um conjunto de entidades a ser ouvidas em sede de Comissão, por forma a responder às observações do Auditor Geral. Paralelamente, a Comissão analisa também o Relatório da Conta Geral do Estado, podendo apresentar no final do processo um conjunto de recomendações ao Governo e às entidades públicas, no sentido de melhorar o processo de execução orçamental.

Em termos de relação entre o Parlamento e o Auditor Geral, o mesmo pode ser convidado a prestar declarações em sede de Comissão de Orçamento e Finanças, sendo entendido que é durante o processo de audições em sede de Comissão que o Parlamento pode manter o escrutínio sobre a atividade governativa<sup>4</sup>.

### **Eventos Posteriores:**

Após a análise do Relatório do Auditor Geral, a Comissão de Orçamento e Finanças elabora o relatório onde constam as suas observações, relatório esse que é remetido ao Parlamento. Nos termos da lei e em função do Relatório do Parlamento, o Governo deve responder às recomendações referenciadas pela Comissão, tendo essa resposta um prazo máximo de 120 dias.

[Resposta 1](#) [Resposta 2](#) [Resposta 3](#) [Exposição de Resultados](#)

---

<sup>4</sup> Ver a propósito [OAG 2018](#)

## Croácia (HR)

### Enquadramento:

O [State Audit Office](#) procede à revisão do Orçamento Anual após a sua execução, elaborando o respetivo relatório. A auditoria ao relatório sobre a execução orçamental deve ser remetida ao [Parlamento](#) até ao dia 1 de junho do ano seguinte à sua execução. Os procedimentos de auditoria são realizados nos termos estabelecidos pelo [Framework of Standards for Auditing of the International Organization of Supreme Audit Institutions \(INTOSAI\)](#). O enquadramento legal para a revisão do Relatório Anual sobre a Execução Orçamental consta do [artigo 6.º do “State Audit Office Act”](#). A competência para a temática em apreço é definida nos termos do [Artigo 73.º do Standing Orders of the Croatian Parliament](#).

### Procedimento:

O enquadramento legal acima identificado não faz referência a monitorização à posteriori relativamente a eventuais recomendações emanadas em sede da auditoria sobre a execução do Orçamento. Relativamente à relação entre o Parlamento e a entidade auditora, não há intervenção desta nas sessões plenárias antes ou depois do período de votação. Todos os relatórios de auditoria são discutidos nas sessões da [Comissão de Orçamento e Finanças](#) e posteriormente no Plenário. Do enquadramento legal identificado não consta referências relativamente à intervenção das demais Comissões setoriais do Parlamento.

### Eventos Posteriores:

Da informação remetida, não consta nenhuma tipologia de seguimento “*ex-post*” posterior ao Relatório Anual da Execução do Orçamento. O [artigo 7.º do “State Audit Office Act”](#) não faz referência a monitorização à posteriori relativamente a eventuais recomendações emanadas em sede da auditoria da execução do Orçamento.

[Resposta 1](#) [Resposta 2](#) [Resposta 3](#) [Exposição de Resultados](#)

## Chipre (CY)

### Enquadramento:

A [House of the Representatives](#) promove a discussão do Relatório Anual, mas não procede à sua votação.

### Procedimento:

O Auditor Geral é convidado para as reuniões da Comissão para a análise do Reporte Anual, não se dirigindo ao Plenário. No que toca às [comissões parlamentares](#), para efeitos de análise das temáticas orçamentais, verifica-se a intervenção das seguintes comissões:

- *Standing Committee on Development Plans and Public Expenditure Control;*
- [Standing Committee on Financial and Budgetary Affairs.](#)

### Eventos Posteriores:

Pese embora a Standing Committee on Financial and Budgetary Affairs a implementação do Orçamento Anual, cabe à “Standing Committee on Development Plans and Public Expenditure Control” é responsável pelo escrutínio ex-post da implementação do Orçamento. No contexto do escrutínio parlamentar, é possível aos membros do Parlamento a submissão de perguntas ao Governo relativamente a recomendações efetuadas em sede de Conta Geral do Estado. No contexto das Comissões Parlamentares, é também possível escrutinar os termos das implementações de Recomendações, para efeitos de melhorias da Administração Pública.

[Resposta 1](#) [Resposta 2](#) [Resposta 3](#) [Exposição de Resultados](#)

## Dinamarca (DK)

### Enquadramento:

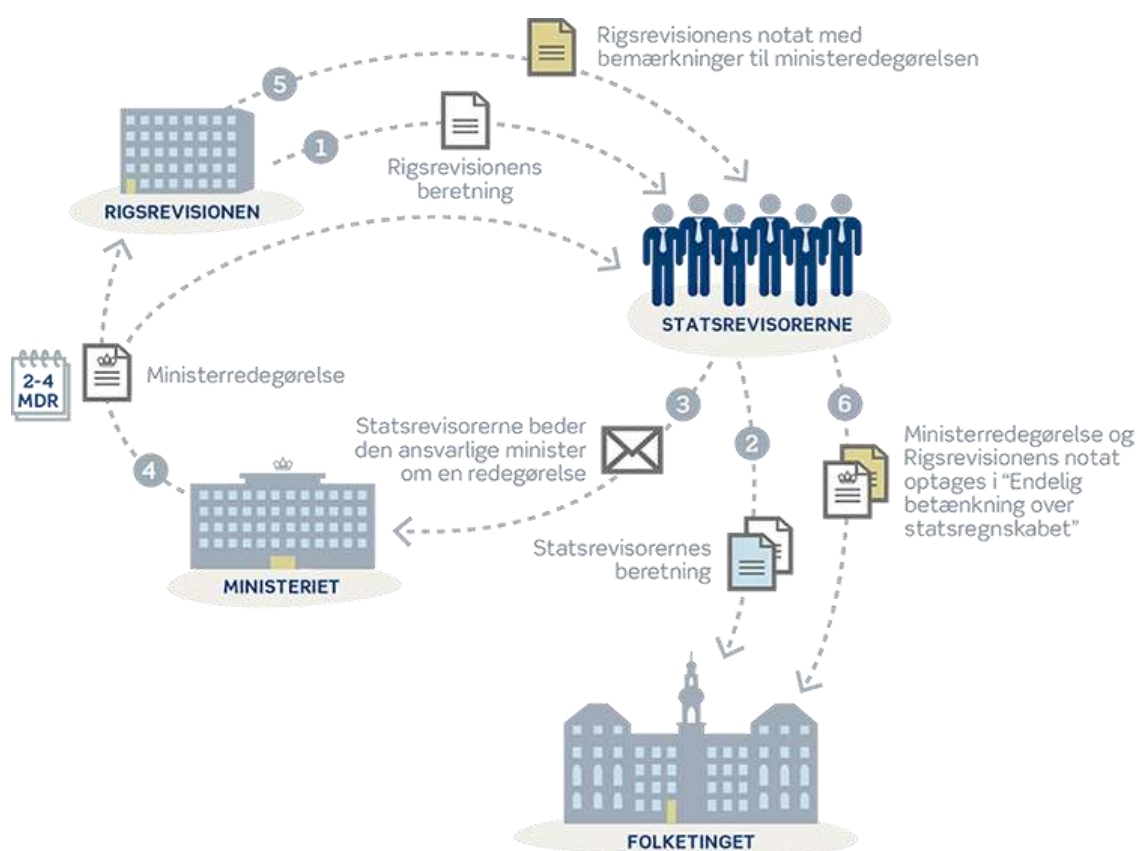
O enquadramento legal atinente à matéria em apreço está previsto procedimentalmente na [Seção 47.º do Constitutional Act of Denmark](#).

### Procedimento:

O relatório “Public Accounts” (Conta Geral do Estado) deverá ser submetido ao Parlamento Dinamarquês no prazo máximo de 6 meses após a conclusão do ano fiscal.

O Serviço Nacional de Auditoria reporta os resultados da auditoria anual e as principais investigações aos revisores oficiais de contas. Subsequentemente, o Gabinete Nacional de Auditoria e os Revisores Oficiais de Contas seguem os resultados para avaliar se o seguimento do ministério às recomendações do Gabinete de Auditoria é satisfatório. Este procedimento é único em uma perspetiva internacional e ajuda a garantir uma auditoria eficaz<sup>5</sup>.

### Esquema:



Fonte: [Gabinete Nacional de Auditoria](#)

<sup>5</sup> Report on Public Accounts - [Procedures](#).



O modelo ilustra o procedimento, desde o relatório da “*Rigsrevision*” (Gabinete Nacional de Auditoria) até ao Revisor Oficial de Contas<sup>6</sup> donde resulta no relatório final sobre as Contas do Estado. Quando o Gabinete Nacional de Auditoria submeteu o relatório aos revisores oficiais de contas, os revisores oficiais de contas tecem comentários sobre o relatório e enviam-no ao Parlamento. Ao mesmo tempo, os auditores estaduais solicitam os comentários do ministro sobre o assunto.

O ministro deverá, no prazo de 2 a 4 meses, emitir um relatório ministerial para o Gabinete Nacional de Auditoria e do [Comité das Contas Públicas](#)<sup>7</sup> sobre como o departamento irá abordar as recomendações.

### Eventos Posteriores:

O Gabinete Nacional de Auditoria deve, com base numa nota de acompanhamento à Comissão de Contas Públicas, com vista à aplicação das recomendações e à satisfação das mesmas, acompanhar a sua resolução e todas as questões pendentes.

[Resposta 1](#) [Resposta 2](#) [Resposta 3](#) [Exposição de Resultados](#)

---

<sup>6</sup> Enquadramento legal do [Revisor Oficial de Contas](#).

<sup>7</sup> A tradução automática identificava o Comité de Contas Públicas, contudo, acedendo ao website do “*Folketinget*” (Parlamento Dinamarquês), tais atribuições são competência do [Comité de Finanças](#). Como é referido da resposta do Parlamento Dinamarquês que a intervenção do Comité de Finanças é no período de análise e o Comité de Contas Públicas não consta da lista de Comités do Parlamento, subentende-se uma relação entre estes dois órgãos.

## Eslováquia (SK)

### Enquadramento:

O enquadramento legal da “State Final Account” (Conta Geral do Estado) encontra-se previsto no [artigo 29.º do Act n.º 523/2004, september 23rd](#) do “Budget Rules of the Public Service and of Change and Amendment of Some Acts”. A fiscalização do Relatório é efetuado por parte do [National Council of Slovak Republic](#) (Parlamento) e o [Supreme Audit Office of Slovak Republic](#) (Tribunal de Contas). A pronúncia do Tribunal de Contas ocorre nos termos do [Act n.º 39/1993 Coll. of Laws on the Supreme Audit Office of the Slovak Republic](#), sendo o seu representante o [Presidente do SAO](#) (Presidente do Tribunal de Contas). Em sede do Parlamento, a [Financial and Budgetary Committee](#) (Comissão de Orçamento e Finanças) é a comissão competente para a análise da temática em apreço.

### Procedimento:

O Ministério das Finanças elabora o documento da Conta Geral do Estado procedendo ao envio do mesmo ao Governo até 30 de abril do ano seguinte ao ano fiscal escrutinado. O Governo submete de seguida a versão final do Relatório ao Parlamento e ao Tribunal de Contas até 20 de maio do ano seguinte ao ano fiscal escrutinado.

O Tribunal deve remeter ao Parlamento a sua pronúncia relativamente à Conta Geral do Estado no prazo de 30 dias após a aprovação do Relatório por parte do Governo. O Presidente do Tribunal de Contas é ouvido posteriormente em sede de Comissão de Orçamento e Finanças, mas não em sede de Plenário. Verifica-se também a intervenção das Comissões setoriais especializadas, sendo ouvidos os responsáveis setoriais de cada uma das áreas analisadas no parecer do Tribunal de Contas.

No tocante à relação com o Parlamento, verifica-se a audição do Ministro das Finanças (ou outra representante do Ministério) em sede da Comissão de Orçamento e Finanças e no Plenário do Parlamento. No final do processo, é adotada uma resolução por parte do Parlamento, que aprova a Conta Geral do Estado.

### Eventos Posteriores:

Da informação remetida, não consta nenhuma tipologia de seguimento “*ex-post*” posterior ao Relatório da Conta Geral do Estado.

[Resposta 1](#) [Resposta 2](#) [Resposta 3](#) [Exposição de Resultados](#)

## Eslovénia (SL)

### Enquadramento:

O enquadramento legal referente ao tratamento do Relatório “*Annual Financial Statement*” (Conta Geral do Estado) do “*Court of Audit of the Republic of Slovenia*” (Tribunal de Contas) decorre do [artigo 97.º of the Public Finance Act](#)<sup>8</sup>, verificando-se a intervenção do [National Assembly](#) (Parlamento) e do [National Council](#) (Câmara Alta do Parlamento). Compete ao Parlamento a [aprovação da Conta Geral do Estado](#). A Comissão competente para a análise do Conta Geral do Estado é a [Comission for Public Finance Control](#) (Comissão de Orçamento e Finanças).

### Procedimento:

Nos termos da legislação acima identificada, o Governo deve remeter ao Tribunal de Contas a proposta de relatório da Conta Geral do Estado, até ao 31 de março do ano subsequente ao encerramento do ano fiscal. O órgão de fiscalização procede à revisão do documento e pronuncia-se sobre o mesmo através de um relatório. Neste âmbito, o Tribunal de Contas remete ao Governo recomendações que devem ser levadas em conta para efeitos da elaboração do relatório final da Conta Geral do Estado (sendo referido que o Governo rejeita regulamente a generalidade dessas recomendações).

O relatório final da Conta Geral do Estado deverá ser remetido ao Parlamento até 1 de outubro do ano subsequente, conjuntamente com o relatório final de auditoria e as explicações sobre a rejeição de cada uma das recomendações do Tribunal de Contas que se tenham verificado. Durante o processo de escrutínio do Parlamento, o Tribunal de Contas participa nas reuniões da Comissão de Orçamento e Finanças, antes do procedimento de votação em plenário do Parlamento.

Pode verificar-se a pronúncia de outras Comissões setoriais do Parlamento, contudo tal não se afigura como obrigatório. O Tribunal de Contas já não participa na fase de discussão em Plenário, onde o relatório é apresentado e explicado pelos membros do Governo. Não se verificam prazos vinculativos para a discussão do Relatório da Conta Geral do Estado, mas a mesma é normalmente aprovada entre novembro e dezembro do ano subsequente.

### Eventos Posteriores:

Verifica-se a existência de um relatório pós-auditoria por parte do Tribunal de Contas onde as diversas entidades visadas nas recomendações recebidas devem referenciar as ações levadas a cabo em resposta às observações do Tribunal. O Tribunal de Contas remete posteriormente ao Parlamento, um relatório onde

---

<sup>8</sup> Só em linguagem eslovena.

identifica as irregularidades, as ações levadas a cabo e a avaliação dessas ações. Em função deste relatório de pós-auditoria, a Comissão de Orçamento e Finanças pode adotar medidas adicionais para obrigar as entidades auditadas a implementar ações de resolução das irregularidades.

[Resposta 1](#) [Resposta 2](#) [Resposta 3](#) [Exposição de Resultados](#)

## Estónia (EE)

### Enquadramento:

O enquadramento legal atinente à temática do “*Consolidated Annual Report of the State*” (Conta Geral do Estado) consta do [artigo 79.º do \*State Budget Act of Estonia\*](#), sendo que se verifica a intervenção por parte do [Governo](#) (através do [Ministério das Finanças](#)), do [National Audit Office](#) e o [Riigikogu](#) (Parlamento). Em sede de trabalhos parlamentares, a Comissão competente para a matéria em apreço é a [State Budget Control Select Committee](#) (Sub-Comissão de Orçamento e Finanças). Nestes termos, não se verifica a existência de uma estrutura nos termos do Tribunal de Contas.

### Procedimento:

Nos termos do enquadramento legal identificado e da informação remetida, o Ministério das Finanças deverá remeter ao *National Audit Office*, o Relatório da Conta Geral do Estado até à data limite de 30 de junho do ano subsequente, relatório este referente ao último ano fiscal. Durante o decorrer da auditoria, é possível ao Governo a correção do seu Relatório. O processo de auditoria e de elaboração do Parecer sobre a Conta Geral do Estado deverá ser completado até à data limite de 31 de agosto no ano seguinte ao ano fiscal auditado.

No seguimento deste processo, o Ministério das Finanças deverá remeter para o Governo o Relatório Final da Conta Geral do Estado, o Parecer do *National Audit Office* e outros documentos complementares, para aprovação num prazo de 7 dias.

O Governo, posteriormente a este processo interno, deverá remeter o Relatório Final aprovado da Conta Geral do Estado ao Parlamento, para efeitos de aprovação, conjuntamente com outros documentos complementares. O Relatório do *National Audit Office* será elemento integrante do Relatório Final da Conta Geral do Estado.

Em sede de Comissão Parlamentar, a competência para a análise, revisão e adoção da consolidação do Relatório da Conta Geral do Estado e da relação com o Governo e o *National Audit Office* é competência da Sub-Comissão de Orçamento e Finanças. Saliencia-se o facto de existirem contributos de outras comissões setoriais, pese embora serem muito exíguos. A transversalidade desta sub-comissão, que integra membros do Parlamento, representantes do Governo e do *National Audit Office*, visa salvaguardar a existência de um consenso político sobre a aplicação dos fundos públicos.

### Eventos Posteriores:

Da informação remetida, salienta-se o facto da Comissão de Orçamento e Finanças e da Sub-Comissão acima identificada, remeterem para o plenário um resumo dos aspetos positivos e negativos da implementação do Orçamento.

[Resposta 1](#) [Resposta 2](#) [Resposta 3](#) [Exposição de Resultados](#)

## Finlândia (FI)

### Enquadramento:

Nos termos da resposta remetida, a Finlândia não tem uma entidade nos termos do Tribunal de Contas, verificando-se em alternativa o [National Audit Office of Finland](#) que audita a *State Annual Accounts* (Conta Geral do Estado) e prepara um relatório que é remetido ao Parlamento. Em sede de Parlamento, a Comissão competente para a análise dos relatórios da Conta Geral do Estado é a [Audit Committee](#) (Comissão de Auditoria<sup>9</sup>).

### Procedimento:

O Governo remete a Conta Geral do Estado ao Parlamento através de um relatório, sendo que o *National Audit Office of Finland* audita a Conta Geral do Estado e prepara um relatório que é remetido ao Parlamento. Não se verifica intervenção do *National Audit Office of Finland* em sede de Plenário.

Após o envio do relatório por parte do Governo e do Relatório da Conta Geral do Estado do “*National Audit Office of Finland*”, os mesmos são sujeitos a debate parlamentar. Após o debate referido, ambos os relatórios baixam à Comissão de Auditoria, sendo que as restantes comissões devem submeter uma declaração no âmbito da sua competência setorial. Em função dos relatórios externos referenciados e das observações das restantes comissões, a Comissão de Auditoria elabora um Relatório sobre a Conta Geral do Estado. Para efeitos da elaboração desse relatório, a Comissão também requer a audição de especialistas para uma análise mais profunda das diferentes temáticas.

O Relatório produzido pela Comissão de Auditoria apresenta declarações e recomendações que são apreciadas em sessão plenária, para efeitos de adoção das mesmas, sendo que em função desses elementos é requerido ao Governo que promova as ações necessárias.

### Eventos Posteriores:

A Comissão de Auditoria escrutina o seguimento das ações do Governo relativamente as recomendações e observações do seu relatório, por forma a avaliar a eficiência (e suficiência) das ações tomadas, removendo as declarações sempre que a ação tenha sido considerada suficiente/eficaz. Regra geral, as propostas da Comissão de Auditoria são sempre aceites nas sessões plenárias do parlamento (por unanimidade).

[Resposta 1](#) [Resposta 2](#) [Resposta 3](#) [Exposição de Resultados](#)

<sup>9</sup> Comissão não compatível com a “*Finance Committee*” (Comissão de Finanças).

## França (FR)

### Enquadramento:

Nos termos da resposta remetida, as entidades intervenientes no procedimento da Conta Geral do Estado são o [Parlamento](#) (num sistema de duas câmaras, a [Assemblée Nacional](#) e o [Senado](#)), o [Conseil Constitutionnel](#), o [Conseil d'Etat](#) e o [Haut Conseil des Finances Publiques](#). Em sede de Comissões Parlamentares, importa referenciar as Comissões de Orçamento e Finanças da [Assemblée Nacional](#) e do [Senado](#).

Relativamente ao [French Court of Auditors](#) (Tribunal de Contas), o mesmo apenas intervém no procedimento da Conta Geral do Estado para efeitos de certificação e da elaboração de uma declaração.

### Procedimento:

Não se verifica intervenção em sede parlamentar por parte do Tribunal e Contas, à exceção da certificação da Conta Geral do Estado e da elaboração de uma declaração de balanço do Orçamento de Estado do ano anterior. Nos termos da lei, apenas o *Supreme Court*, o *State Council* e o *Public Finances High Council*, são as instituições que intervêm no procedimento da Conta Geral do Estado, no âmbito de competências devidamente regulamentadas. Salienta-se o facto de que o Presidente do *Public Finances High Council* ser o Presidente do Tribunal de Contas, sendo que o mesmo é ouvido em sede parlamentar, contudo, não no âmbito das suas competências no Tribunal de Contas.

Verifica-se intervenção das Comissões de Orçamento e Finanças de ambas as Câmaras do Parlamento para efeitos de análise do relatório da Conta Geral do Estado produzido pelo Governo. Não se verificam interações entre o Parlamento e as três entidades identificadas, uma vez que as mesmas interagem com o Governo em sede da elaboração do documento a ser submetido às duas câmaras do Parlamento Francês. É, contudo, de salientar que o Presidente do Tribunal de Contas, no âmbito da competência dessa instituição, é ouvido em sede das Comissões de Orçamento e Finanças no período prévio ao procedimento da Conta Geral do Estado.

### Eventos Posteriores:

De acordo com a informação remetida, não se verificam eventos posteriores de acompanhamento sobre eventuais recomendações do Tribunal de Contas.

[Resposta 1](#) [Resposta 2](#) [Resposta 3](#) [Exposição de Resultados](#)



## Geórgia (GE)

### Enquadramento:

O enquadramento legal das temáticas orçamentais na Geórgia encontram-se previstas nos documentos de [Budgetary Code of Georgia](#) e no [Rules of Procedure of the Parliament of Georgia](#). No *Budgetary Code of Georgia* estão definidos os princípios da elaboração do sistema orçamental, as regras atinentes à sua estruturação, discussão, aprovação, execução, reporte e controlo, por parte do Estado e das autoridades nacionais e locais e a interação das temáticas orçamentais entre as diversas entidades.

Importa referir que, nos termos da [alínea d\) do artigo 6.º](#) do *Budgetary Code of Georgia*, o Orçamento consolidado do Estado, das repúblicas autónomas e das autoridades locais não é sujeito a aprovação pelos órgãos representativos de nenhuma autoridade, mas sim por cada uma das respetivas autoridades setoriais [[subalínea j\) da alínea i\) do Artigo 6.º do Budgetary Code of Georgia](#)]. Em função deste contexto, o [artigo 14.º](#) deste enquadramento legal (Metodologia e Responsabilidade pela Contabilização e Reporte), o Ministro das Finanças emite as normas regulamentares aplicáveis que visam garantir a adesão das diversas autoridades aos procedimentos e reportes previstos nos termos da lei.

Relativamente ao [Rules of Procedure of the Parliament of Georgia](#), consta do mesmo as seguintes prerrogativas do Parlamento, respetivamente, aprovação do Orçamento de Estado e o exercício do escrutínio parlamentar sobre a sua implementação (alínea w) do Artigo 3.º), sendo a [Budget and Finance Parliamentary Committee](#)<sup>10</sup> (alínea m) do Artigo 31.º), a entidade competente para a matéria em apreço.

### Procedimento:

Paralelamente ao Processo Orçamental Anual, é efetuada a análise da Execução Orçamental do ano corrente, sendo que se verifica a discussão e aprovação do documento *Country's Basic Dimensions and Directions Document*<sup>11</sup> (Adiante *BDD Document*), que, em conformidade com os termos do Orçamento e do sua programação plurianual, serão considerados como recomendações. A [alínea b\) do n.5 do artigo 34.º](#) do *Budgetary Code of Georgia* referencia que o *BDD Document* inclui a análise da Execução do Orçamento do Estado no ano anterior e as projeções para o ano corrente, sendo o mesmo submetido ao parlamento até ao dia 10 de julho do ano corrente.

<sup>10</sup> A referência consta "*Finance-Budgetary Issues*", contudo a resposta do CERDP e o link indetificam a Comissão como *Budget and Finance Parliamentary Committee*.

<sup>11</sup> O "*Budgetary Code of Georgia*" refere no seu [artigo 34.º](#), o documento "*Basic Data and Directions (BDD) Document of Geórgia*", como sendo o principal plano de desenvolvimento do país, onde consta a informação sobre as projeções macroeconómicas e fiscais de médio prazo, assim como a informação sobre as linhas estratégicas de desenvolvimento das entidades da República. Nestes termos, é plausível que o documento ora identificado seja o "*Country's Basic Dimensions and Directions document*" referenciado na resposta do Parlamento georgiano.

Nos termos do [artigo 19.º do Código](#) já referenciado, compete ao [State Audit Office \(SAO\)](#) a auditoria a execução do orçamento, por forma a avaliar do alinhamento com as regras definidas na legislação em vigor. Os termos do acompanhamento, reporte e auditoria do Orçamento de Estado constam do [Capítulo VIII do Código](#). Neste contexto, são produzidos pelo Ministério das Finanças relatórios da execução quadrimestral do orçamento (artigo 54.º), assim como um Relatório Anual (Artigo 55.º) pelo [State Treasury](#), com base no qual o Ministério das Finanças apresenta um relatório ao Governo, sendo depois reencaminhado para o SAO no prazo máximo de 3 meses após o final do ano fiscal. Após a receção da informação do SAO, o Governo submete a versão final do Relatório Anual sobre a Execução Orçamental, não podendo o mesmo ir além do mês de julho seguinte ao final do ano fiscal.

O SAO (artigo 57.º) notifica o Governo da Geórgia sobre a finalização da Revisão do Relatório Anual sobre a Execução Orçamental até um limite de 45 dias após a receção da Relatório, procedendo ao seu envio ao Parlamento. O Parlamento emite uma Resolução após a discussão do Relatório Anual sobre a Execução Orçamental do Governo e após audição do SAO. A decisão de adoção (ou não adoção) é efetuada até antes do final da Sessão da Primavera. Segundo o n.º 3 do artigo 39.º do [Código](#) (Revisão e Aprovação do Orçamento de Estado), são remetidas ao Parlamento os comentários e as sugestões efetuadas em sede de audições nas Comissões Parlamentares, a opinião do SAO e do [Banco Nacional da Geórgia \(NBG\)](#) até 22 de outubro de cada ano, sendo que os comentários constantes no “*BDD Document*” são, por natureza, recomendações ao Governo.

O Governo promove a revisão do Orçamento e do “*BDD Document*” com a incorporação dos comentários e recomendações recebidas até ao dia 5 de novembro de cada ano, sendo posteriormente analisado em discussão plenária do Parlamento. Comentários e sugestões adicionais expressas na reunião plenária do Parlamento da Geórgia são remetidos aos Governo até dia 15 de novembro de cada ano. Acomodados e analisados os comentários e sugestões, o Governo remete a versão final do Orçamento e do “*BDD Document*” até ao dia 30 de novembro de cada ano.

Nos termos do processo orçamental, são ouvidos os representantes do SAO, do NGB e da [Comissão de Orçamento e Finanças](#) do Parlamento da Geórgia. Na análise do Relatório da SÃO, a Comissão de Orçamento e Finanças e as restantes comissões deverão discutir o Relatório do Governo, a Auditoria da SAO no prazo de duas semanas, submetendo as suas conclusões ao Plenário do Parlamento, para efeitos de adoção de uma Resolução.

#### **Eventos Posteriores:**

Da informação remetida, não constam análises à posterior, à exceção do acompanhamento do “*BDD Document*”, sendo que o mesmo reveste a característica de recomendações, pelo que poderão as mesmas verificar escrutínio por parte do Parlamento. O presente entendimento decorre da análise da informação acima exposta, uma vez que o mesmo não foi esclarecido em sede da resposta do CERDP.

[Resposta 1 / 2 / 3](#) [Exposição de Resultados](#)

## Grécia (EL)

### Enquadramento:

O enquadramento legal atinente à temática em apreço decorre dos termos do [n.º 7 do artigo 79.º](#) da [Constituição Helénica](#) e dos [n.º 1 do Artigo 122.º](#) e do [Artigo 123.º](#) da “*Standing Orders of the House*”, salientando-se o Papel do Parlamento, da “[Standing Committee of Economic Affairs](#)”, sendo apoiada pelo [Conselho Científico do Parlamento](#) e do “[Court of Audit](#)” (Tribunal de Contas).

### Procedimento:

Nos termos do enquadramento acima identificado, o Relatório Conta Geral do Estado<sup>12</sup> é remetido pelo Tribunal de Contas é remetido ao Parlamento no prazo máximo de um ano após o término do ano fiscal, devendo ser discutido no Parlamento até final do ano seguinte. A análise do documento em sede de Parlamento é efetuada através de uma Comissão<sup>13</sup> especialmente criada para o efeito. O Tribunal de Contas apresenta o seu relatório perante a Comissão Especial, não tendo participação posterior em sede de plenário. O debate em sede de plenário é efetuado em duas sessões da “*Standing Orders of the House*”. O Comissão especial é composta por 13 membros da Comissão de Orçamento e Finanças, com o apoio do [Conselho Científico do Parlamento](#).

### Eventos Posteriores:

Não consta das competências do Tribunal de Contas a realização do acompanhamento posterior das recomendações produzidas no Relatório sobre a Execução do Orçamento, pese embora a enunciação de propostas de reformas e melhorias, nos termos do [artigo 67.º da Lei n.º 4129/2013](#).

[Resposta 1](#) [Resposta 2](#) [Resposta 3](#) [Exposição de Resultados](#)

<sup>12</sup> Aqui definido como “*financial statement and the general balance sheet of the State along with the accompanying report of the Court of Audit*”.

<sup>13</sup> Comissão definida nos termos do artigo 31-A.º do “*Standing Orders of the House*”.

## Holanda (NL)

### Enquadramento:

O enquadramento legal que decorre da matéria de tratamento da “*Financial Annual Reports and the National Accounts*” (Conta Geral do Estado), identifica como intervenientes neste processo o “[Netherlands Court of Audit \(Algemene Rekenkamer\)](#)” (Tribunal de Contas), a “[House of Representatives](#)” (Parlamento) e, em sede de comissões parlamentares, a “[Standing Committee on Finance](#)” (Comissão de Orçamento e Finanças), tendo o Relatório produzido respaldo legal nos termos do “[Government Account Act](#)”.

### Procedimento:

Nos termos da informação remetida e do enquadramento acima descrito, o Tribunal de Contas procede à auditoria da Execução Orçamental do Governo Central, apresentando os resultados no Parlamento, através do Presidente da entidade. No dia definido como “[Accountability Day](#)” (3ª quarta-feira do mês de maio), o Ministro das Finanças apresenta o Relatório da Conta Geral do Estado no Parlamento, relatório cujo conteúdo inclui um “statement of approval” do Relatório da Conta Geral do Estado, sendo a apresentação realizada em sede parlamentar. Após a apresentação dos relatórios acima identificados, o Parlamento procede a um debate em sede de Plenário (*Verantwoordingsdebat*), com o debate entre os membros do Parlamento, o Primeiro-Ministro e o Ministro das Finanças. Salienta-se o facto de que, após este debate, verifica-se também um novo debate em sede de [Senado](#) (câmara alta do Parlamento), por forma a que os ministros possam prestar contas às duas câmaras do Parlamento. A preparação, apresentação, auditoria e aprovação da legislação orçamental e do Conta Geral do Estado é regulamentado no “*Government Account Act*”.

No processo separado do trabalho em Plenário, as comissões setoriais também remetem questões, às quais os ministros respondem por escrito, sendo escolhido um deputado-relator para preparar o trabalho prévio da Comissão, sendo que as Comissões também colocam questões ao Tribunal de Contas. Após o trabalho preparatório das Comissões, segue-se uma audição com o Ministro da competência setorial, processo que é realizado entre maio e junho. No início de julho, a Comissão de Orçamento e Finanças prepara um relatório final que é remetido ao Presidente do Parlamento onde aconselha (ou não) a aprovação da Conta Geral do Estado em sede de Plenário.

### Eventos Posteriores:

De acordo com a informação remetida, não se verifica um acompanhamento posterior relativamente ao cumprimento das recomendações do Tribunal de Contas.

[Resposta 1](#) [Resposta 2](#) [Resposta 3](#) [Exposição de Resultados](#)

## Hungria (HU)

### Enquadramento:

O enquadramento legal do processo da Conta Geral do Estado decorre da seguinte regulamentação:

- O “[State Audit Office](#)” (Tribunal de Contas), nos termos da sua relação com o Parlamento é definido em 4 pilares:
  - “[The Fundamental Law of Hungary](#)”;
  - O “[Act CXCV of 2011 on Public Finances](#)”;
  - O “[Act LXVI on the State Audit Office](#)”;
  - A “[Resolution 10/2014. \(II 24.\) OGY on certain provisions of the Rules of Procedures](#)”, especificamente na seção 84.º
- Em sede de comissões parlamentares do [Parlamento](#), o processo pode ser conduzido por uma de duas comissões, a “[Committee on Budget](#)” (Comissão de Orçamento e Finanças) ou a “[Committee on Economics](#)”.

### Procedimento:

Nos termos do enquadramento legal acima referenciado e da informação remetida, o Tribunal de Contas responde ao Parlamento, quer em sede de Plenário, quer em sede de Comissões Parlamentares, através da apresentação de um relatório por parte do seu [Presidente](#). Em face deste contexto, o [Governo](#) deve apresentar uma proposta legislativa relativa à implementação do orçamento no ano fiscal precedente.

Antes da apresentação da referida proposta, o Executivo deve remeter o documento preliminar ao Tribunal de Contas, produzindo assim um documento único, assim como a apreciação da Conta Geral do Estado. As audições parlamentares são efetuadas antes do procedimento de votação final, sendo que o Relatório que foi remetido pelo Tribunal de Contas para uma das Comissões parlamentares acima identificadas.

O processo finaliza-se com uma Recomendação sobre os documentos para efeitos de votação em sessão Plenária do Parlamento.

### Eventos Posteriores:

De acordo com a informação remetida, formalmente, não se verifica acompanhamento posterior das recomendações do Tribunal de Contas. Contudo, os membros do Parlamento estão “empoderados” de um conjunto de ferramentas políticas que lhes permite escrutinar a ação governamental.

Nestes termos e durante este ciclo, podem ser feitas interpelações, questões, pedidos de audição, etc., podendo essas medidas levar em linha de conta as recomendações do Tribunal de Contas sobre a Conta Geral do Estado, sobre a execução do orçamento ou outra temática concomitante.

[Resposta 1](#) [Resposta 2](#) [Resposta 3](#) [Exposição de Resultados](#)

## Islândia (IS)

### Enquadramento:

O enquadramento legal atinente ao processo da “[Annual Accounts](#)” (Conta Geral do Estado) não verifica a existência de uma entidade com as características do Tribunal de Contas. Nesses termos e dando cumprimento à [Constituição](#), ao “*State Budget Act*” e ao “[Artigo 58 do Public Finance Act n.º 123/2015](#)”, verifica-se a intervenção das seguintes entidades, designadamente, o [Governo](#) (através da “[Financial Management Authority](#)”, uma entidade no âmbito do [Ministério das Finanças e Assuntos Económicos](#)), o “[National Audit Office](#)” (entidade independente que reporta ao Parlamento) e o [Parlamento islandês](#). Em sede de trabalhos parlamentares, é destacada a comissão competente para o efeito, a “[Budget Committee](#)”, a comissão responsável pela implementação do “*State Budget Act*”.

A Comissão parlamentar em questão pode requerer alguns elementos informativos complementares a outras comissões setoriais e/ou a outras entidades do setor público, produzindo sequencialmente uma declaração com as suas opiniões sobre o documento emanado do Governo. O processo identificado não é enquadrado em moções de adoção para efeitos do Plenário do Parlamento.

### Procedimento:

De acordo com a informação remetida, a Conta Geral do Estado é elaborada pelo Governo, através da “*Financial Management Authority*”, sendo posteriormente auditada pelo “*National Audit Office*”. Esta entidade remete posteriormente ao Parlamento um Parecer sobre a Conta Geral do Estado, onde constam os resultados da auditoria à execução orçamental, assim como algumas recomendações sobre possíveis melhorias e/ou correções a levar a cabo pelo Governo e que podem ser preparadas e introduzidas nos processos orçamentais vindouros.

### Eventos Posteriores:

Da informação reportada, não constam eventos posteriores de acompanhamento de Recomendações efetuadas no âmbito das observações à Conta Geral do Estado.

[Resposta 1](#) [Resposta 2](#) [Resposta 3](#) [Exposição de Resultados](#)

## Israel (IL)

### Enquadramento:

O enquadramento legal da Conta Geral do Estado consta das leis de “[Budget Principles Law](#)” e “[State Comptroller Law](#)”, salientando-se as intervenções do Governo e do “[Knesset](#)” (Parlamento). Em sede de comissões parlamentares para efeitos de análise da Conta Geral do Estado, salienta-se a “[Finance Committee](#)” (Comissão de Orçamento e Finanças). Nos termos da informação remetida, não constam a existência de uma entidade com as características do Tribunal de Contas.

### Procedimento:

Nos termos da legislação acima identificada, o Ministro das Finanças deve remeter o Relatório Anual da Conta Geral do Estado até à data limite de 6 meses após o final do ano fiscal, incluindo informação adicional relativa à execução orçamental, contudo, não está legalmente definido a aprovação do documento em sede parlamentar. Não foi garantido que o Parlamento obrigue à submissão do Relatório por parte do Governo. Em termos práticos, a Conta Geral do Estado é publicada num relatório anual, sendo em alguns casos, entregue ao Parlamento em prazos superiores a 6 meses seguintes ao final do ano fiscal.

Não se verifica a existência de uma entidade com as características do Tribunal de Contas, contudo, nos termos da lei, o Ministro das Finanças deve remeter o Relatório Anual relativo às Contas Nacionais com a análise da Execução Orçamental, mas tal necessita de verificar um exercício de análise detalhado.

### Eventos Posteriores:

Da informação reportada, não foram indicados nenhuma tipologia de acompanhamento posterior.

[Resposta 1 / 2 / 3](#) [Exposição de Resultados](#)



## Itália (IT)

### Enquadramento:

O enquadramento legal atinente à temática em apreço decorre do artigo 39.º do Royal Decree 12 July 1934 n.º 1214, salientando os papéis do [Governo](#), do [“Court of Auditors”](#) (Tribunal de Contas), e em sede parlamentar, a [“Camera dei deputati”](#)<sup>14</sup> (Parlamento) e a “Budget Committee” (Comissão de Orçamento e Finanças), com o apoio das entidades “Budget Service” e “Research Service”.

### Procedimento:

Nos termos da legislação acima referido, em cada ano fiscal, o Tribunal de Contas emite um *“Giudizio de Parificazione”*, onde escrutina o Balanço Estatal *“Ex-post”* face ao Balanço *“Ex-ante”*. Não se verifica a audição de nenhum membro do Tribunal de Contas em sede de plenário do Parlamento. Antes do procedimento final, a Comissão de Orçamento e Finanças recebe os contributos das restantes comissões setoriais, com o apoio das entidades “Budget Service” e “Research Service” e com uma avaliação de custos por cada rubrica orçamental por parte do Governo.

### Eventos Posteriores:

De acordo com a informação remetida, não se verificam acompanhamento posterior relativamente ao cumprimento das recomendações do Tribunal de Contas.

[Resposta 1](#) [Resposta 2](#) [Resposta 3](#) [Exposição de Resultados](#)

---

<sup>14</sup> Câmara Baixa do Parlamento

## Jordânia (JO)

### Enquadramento:

O enquadramento legal da presente temática está enquadrada nos termos dos [artigos 112.º e 119.º da Constituição da Jordânia](#), onde consta que o “*Court of Audit*” (Tribunal de Contas) escrutina os gastos do Estado, submetendo à “*Chamber of Deputies*” (Parlamento) um relatório onde constam os comentários e as referências de eventuais irregularidades e a responsabilidade que delas decorre. A elaboração das “*Final Accounts*” (Conta Geral do Estado) é da competência do “*Ministry of Finance*” (Ministro das Finanças). Em sede de atividade parlamentar, a Comissão Competente para a elaboração de um relatório sobre a Conta Geral do Estado é a “*Finance Committee*” (Comissão de Orçamento e Finanças)

### Procedimento:

Nos termos do enquadramento legal acima identificado, o Tribunal de Contas deve remeter um relatório ao Parlamento com a identificação das irregularidades e as responsabilidades contingentes que decorrem da execução orçamental, no início de cada sessão parlamentar regular. A Conta Geral do Estado é remetida a todos os representantes parlamentares, assim como para a Comissão de Orçamento e Finanças, para efeito de discussão no plenário da Comissão e da produção de um relatório.

Através do apoio técnico da “*Technical Budget Support Unit and Financial Studies Department*”, a Comissão de Orçamento e Finanças procede à elaboração de um Relatório Final (em que consta a análise do Relatório do Tribunal de Contas) que será submetido ao Presidente do Parlamento.

A Conta Geral do Estado é então debatida em Plenário, com a presença do Governo, terminando com a votação.

### Eventos Posteriores:

Da resposta remetida, não constam eventos de fiscalização posterior relativamente ao Relatório sobre a Conta Geral do Estado, verificando-se contudo a elaboração de relatórios da “*Anti-Corruption Commission*” e do Governo, relativamente a possíveis investigações levadas a cabo que decorreram de irregularidades detetadas.

[Resposta 1](#) [Resposta 2](#) [Resposta 3](#) [Exposição de Resultados](#)

## Letónia (LV)

### Enquadramento:

O enquadramento legal na Letónia consta dos diplomas de “[State Audit Office Law](#)” e “[Rules of Procedure of the Saeima](#)”, onde são definidos os papéis do “[State Audit Office](#)” (Tribunal de Contas) e do “[Saeima](#)” (Parlamento), no que respeita à matéria atinente ao “*Financial Year Report*” (Conta Geral do Estado) remetido pelo Ministério das Finanças. A “[Budget and Finance \(Taxation\) Committee](#)” é a comissão competente para o processo orçamental, sendo coadjuvada pela “[Fiscal Disciplinary Board](#)”, contudo, para efeitos de análise sobre a Execução do Orçamento, o Relatório sobre a referida execução é remetido à “[Public Expenditure and Audit Committee](#)”.

### Procedimento:

Nos termos do enquadramento legal acima identificado, o Tribunal de Contas remete a opinião sobre o Relatório da Conta Geral do Estado, relativamente ao ano anterior. O Tribunal de Contas deverá emitir a sua opinião até 15 de setembro do ano subsequente ao ano em análise. Não foram indicados outros períodos procedimentais.

Em sede do Parlamento Letão, a “*Public Expenditure and Audit Committee*” recebe um relatório do Tribunal de Contas sobre a implementação do Orçamento que já coincide com a versão final do Governo sobre a Conta Geral do Estado. Verifica-se um conjunto de reuniões entre o Tribunal de Contas e a Comissão para análise das inspeções levadas a cabo pelo Tribunal. Em função dessas análises, a Comissão pode requerer um aprofundamento do escrutínio.

Após o envio do Parecer do Tribunal de Contas sobre a Conta Geral do Estado, a “*Public Expenditure and Audit Committee*” remete um relatório para o Plenário do Parlamento, assinalando os aspetos positivos e negativos da implementação do Orçamento.

### Eventos Posteriores:

Da resposta remetida, não se verificam eventos posteriores.

[Resposta 1](#) [Resposta 2](#) [Resposta 3](#) [Exposição de Resultados](#)

## Lituânia (LT)

### Enquadramento:

O enquadramento legal da temática em apreço decorre dos termos da [Constituição da República da Lituânia](#). Para efeitos do Processo da [Conta Geral do Estado](#), verifica-se a relação entre o Governo da Lituânia, o “[National Audit Office](#)” (Tribunal de Contas), o “[Seimas](#)” (Parlamento) e, em sede de comissão parlamentar, o “[Comitte on the Budge and Finance](#)” (Comissão de Orçamento e Finanças)

### Procedimento:

Nos termos da resposta remetida, a mesma incidiu maioritariamente sobre o processo orçamental. A análise seguinte resultou do levantamento de informação em função das entidades identificadas.

Assim, verifica-se a presença do Tribunal de Contas em sede parlamentar, para efeitos de apresentação de relatórios de auditoria setoriais sobre a execução orçamental do ano anterior, assim como um relatório sobre a Monitorização da Implementação de Recomendações do Tribunal de Contas no ano anterior ao ano analisado na Conta Geral do Estado<sup>15</sup>. Nos termos da resposta reportada, salienta-se que não há uma relação muito estreita entre o Tribunal de Contas e o Parlamento, donde decorre a possível inexistência de obrigatoriedade de audições em sede de Conta Geral do Estado (foi referenciado um período de 4 anos sem que o Tribunal de Contas prestasse esclarecimentos em sede parlamentar).

### Eventos Posteriores:

Da informação reportada, não foram identificados eventos posteriores relativos ao acompanhamento de implementação das recomendações do Tribunal de Contas, pese embora o relatório de monitorização identificado nos “Procedimentos”.

[Resposta 1](#) [Resposta 2](#) [Resposta 3](#) [Exposição de Resultados](#)

---

<sup>15</sup> Programme Budget System: Setting up Strategic Action Plans and Monitoring their implementation

## Luxemburgo (LU)

### Enquadramento:

O enquadramento legal das “*General State Accounts*” (Conta Geral do Estado) consta da “[Constitution du Grand-Duché du Luxembourg](#)”, assim como do artigo 117.º das “*Rules of Procedures of the Chambre des Deputes*”, salientando-se a intervenção da “[Chambre des Deputés du Grand-Duché de Luxembourg](#)” (Parlamento), do “[Court of Audit](#)” (Tribunal de Contas), este último nos termos da “[Law of 8 June 1999 on the organisation of the Court of Auditors](#)”. A intervenção do Tribunal de Contas dá origem ao “[Rapport général de la Cour des comptes sur le projet de loi portant règlement du compte général de l’Etat](#)”<sup>16</sup>

### Procedimento:

Nos termos do enquadramento acima identificado, o Relatório do Governo sobre a Conta Geral do Estado deve ser remetido ao Parlamento até à data limite de 31 de maio do ano seguinte ao ano fiscal em análise, antes da votação da Lei da Conta Geral do Estado. O Documento da Conta Geral do Estado em apresentado pelo Ministro das Finanças em sede das duas comissões competentes, respetivamente, a “[Commission du Contrôl de l’Execution Budgetaire](#)” e a “[Comission des Finances et du Budget](#)”

O Tribunal de Contas terá de remeter as observações sobre o relatório do Governo até 30 de setembro, sendo que não se verifica a sua intervenção em sede de Plenário do Parlamento, mas sim em sede de Comissão. Decorrente da apresentação em sede de Comissão por parte do Tribunal de Contas, é então elaborado um relatório por parte de um deputado-relator eleito para o efeito que será adotado pela Comissão, sendo que o processo finda com a adoção do relatório em sessão plenária do Parlamento e com a votação da “*Bill*” sobre a Conta Geral do Estado.

### Eventos Posteriores:

De acordo com informação remetida, não se verifica o acompanhamento posterior relativamente ao cumprimento das recomendações do Tribunal de Contas.

[Resposta 1](#) [Resposta 2](#) [Resposta 3](#) [Exposição de Resultados](#)

<sup>16</sup> Ligação a último relatório existente.

## Macedónia (MK)

### Enquadramento:

O enquadramento legal da matéria atinente à Conta Geral do Estado não verifica a existência do Tribunal de Contas, pelo que se identifica seguidamente o conjunto de entidades intervenientes no procedimento, respetivamente, o [Governo](#), o [Parlamento](#) e o "[State Audit Office](#)". Em sede de trabalhos parlamentares, salienta-se a intervenção da "*Finances and Budget Committee*" (Comissão de Orçamento e Finanças).

### Procedimento:

Nos termos da informação remetida, não se verifica a existência de uma entidade com as características do Tribunal de Contas. A auditoria à Conta Geral do Estado é obrigatória e é levada a cabo pelo "*State Audit Office*". A restante exposição centrou-se no procedimento do Orçamento de Estado, pelo que não foi possível aprofundar a temática.

### Eventos Posteriores:

De acordo com informação remetida, não se verificam eventos posteriores sobre o acompanhamento de eventuais recomendações realizadas em sede de auditoria do "*State Audit Office*".

[Resposta 1](#) [Resposta 2](#) [Resposta 3](#) [Exposição de Resultados](#)

## Moldávia (MD)

### Enquadramento:

O enquadramento legal do procedimento do Parecer sobre “*Annual Report of the Government on the execution of the State Budget*” (Conta Geral do Estado), sendo que se verifica a intervenção dos seguintes elementos, designadamente, o [Parlamento](#), o “*Court of Accounts*” (Tribunal de Contas), aplicando-se o procedimento nos termos da [Constituição da República da Moldávia](#) e da “[Law of the Court of Accounts n.º 261-XVI from 5 of december 2008](#)”.

### Procedimento:

Nos termos da informação remetida e do enquadramento legal acima identificado, o Tribunal de Contas é referenciado como a entidade fiscalizadora com plenos poderes de auditoria sobre as Contas Públicas. Neste contexto, o Tribunal de Contas apresenta até 1 de Junho do ano seguinte ao ano auditado, o Relatório sobre a Conta Geral do Estado, em sede de sessão Plenária do Parlamento, conjuntamente com o Relatório da Conta Geral do Estado por parte do Governo.

É referenciado adicionalmente que o Tribunal de Contas deve também remeter ao Parlamento, até à data limite de 15 de setembro, de um Relatório Anual sobre a correta utilização dos recursos financeiros públicos por parte do Governo, também em sede de sessão Plenária do Parlamento.

### Eventos Posteriores:

De acordo com informação remetida, no seguimento do Relatório Anual sobre a correta utilização dos recursos financeiros públicos por parte do Governo, este e outras entidades públicas são obrigados a informar sobre o seguimento dado as recomendações e/ou o cumprimento de obrigações dentro da data-limite estabelecida, assim como a comunicação das medidas tomadas.

[Resposta 1](#) [Resposta 2](#) [Resposta 3](#) [Exposição de Resultados](#)

## Montenegro (ME)

### Enquadramento:

O enquadramento legal da matéria atinente à Conta Geral do Estado resulta dos seguintes diplomas, respetivamente, a “*Law on Budget and Fiscal Responsibility*”, a “*Propose of the Law on Final Account of the State Budget*” e a “*Law on the State Budget Institution*”, salientando os papéis do “[Parliament of Montenegro](#)” (Parlamento), a “[Committee on Economy, Finance and Budget](#)” (Comissão de Orçamento e Finanças) e o State Audit Institution (Tribunal de Contas).

### Procedimento:

Nos termos do enquadramento acima identificado, o Governo deve remeter ao Tribunal de Contas (até final de junho do ano seguinte ao ano fiscal analisado) e ao Parlamento (até 15 de setembro do ano seguinte ao ano fiscal analisado, sob a forma de proposta de lei), devendo o Tribunal remeter o Relatório de Auditoria até à data limite de 15 de outubro do ano posterior ao ano fiscal auditado.

O enquadramento legal do Tribunal de Contas estipula que, após a adoção do Orçamento e da Conta Geral do Estado, o Tribunal de Contas deverá remeter ao Parlamento um relatório sobre as observações sobre eventuais irregularidades e eventuais recomendações de resolução para efeitos de eliminação de procedimentos não conformes com a lei. O Relatório do Tribunal de Contas é remetido à Comissão de Orçamento e Finanças, que discute o mesmo no período prévio à votação em plenário.

O relatório do Tribunal de Contas sobre a Conta Geral do Estado é analisado conjuntamente com as conclusões sobre a implementação das Recomendações do Tribunal de Contas relativamente ao Relatório da Conta Geral do Estado do período transato.

Na sequência da apresentação dos elementos identificados, verifica-se uma reunião entre a Comissão de Orçamento e Finanças, representantes do Governo e do Tribunal de Contas para analisar durante dois dias a Proposta de Lei da Conta Geral do Estado e as observações do Tribunal de Contas. Salienta-se o facto dos representantes do Tribunal de Contas se dirigirem ao Plenário do Parlamento em sede do debate final que antecede a votação.

### Eventos Posteriores:

De acordo com informação remetida, em função da importância do cumprimento das conclusões do Parlamento e das Recomendações do Tribunal de Contas, a Comissão de Orçamento e Finanças organiza os seus trabalhos por forma a analisar o grau de cumprimento das conclusões do, através de um Plano de



Ação de Implementação das Recomendações do Tribunal de Contas que deve ser remetido quadrimestralmente.

No âmbito dos trabalhos, verifica-se a presença do Ministro das Finanças (que acumula a função de “Presidente da Comissão de Coordenação para a Monitorização e Implementação das Recomendações do Tribunal de Contas”, deputados da Comissão de Orçamento e Finanças e de representantes do Tribunal de Contas. Através deste trabalho, a Comissão de Orçamento e Finanças reporta ao parlamento a revisão de Proposta Final da Conta Geral do Estado.

A Comissão de Orçamento e Finanças requer adicionalmente a audição de entidades que receberam parecer negativo em sede da implementação das Recomendações do Tribunal de Contas.

[Resposta 1](#) [Resposta 2](#) [Resposta 3](#) [Exposição de Resultados](#)

## Polónia (PL)

### Enquadramento:

O enquadramento legal do “*Report on the implementation of the Budget*” (Relatório da Conta Geral do Estado) consta dos artigos 95.º n.º2, 202.º n.º1, 204.º n.º 1 e 226.º da [Constituição da Polónia](#), onde refere a obrigação de deve ser remetido ao “[Sejm](#)” (Parlamento), por parte do “[Council of Ministers](#)” (Conselho de Ministros). Para efeitos de fiscalização, a entidade competente é o “[Supreme Audit Office](#)” (Tribunal de Contas).

Do enquadramento legal acima identificado, decorre o seguinte:

- Artigo 95.º n.º 2 - O Parlamento deve de exercer o controlo sobre as atividades do Conselho de Ministros dentro do âmbito do objeto definido na Constituição e no restante enquadramento legal.
- Artigo 202.º n.ºs1 e 2 – O órgão responsável pela auditoria à Conta Geral do Estado é o “[Supreme Audit Office](#)” (Tribunal de Contas), representado neste processo pelo “[President of the Supreme Audit Office](#)” (Presidente do Tribunal de Contas), devendo o mesmo reportar ao Parlamento.
- Artigo 204.º n.ºs e 1 2: O Presidente do Tribunal de Contas deve apresentar ao Parlamento:
  - o Uma análise da implementação do Orçamento de Estado, para efeitos e Política Monetária;
  - o Uma opinião do Tribunal para efeitos de votação de aprovação da Conta Geral do Estado do ano fiscal anterior, apresentada pelo Conselho de Ministros.

Em sede do Parlamento, compete à “[Public Finance Committee](#)” (Comissão de Orçamento e Finanças<sup>17</sup>) a elaboração de um relatório sobre a Conta Geral do Estado.

### Procedimento:

O Conselho de Ministros deverá remeter ao Parlamento, o Relatório da Conta Geral do Estado no prazo máximo de 5 meses após o final do ano fiscal, conjuntamente com documentos complementares (Informação relativa à Dívida do Estado).

No prazo de 90 dias após a receção do Relatório sobre a Conta Geral do Estado que foi remetida pelo Conselho de Ministros, o Parlamento deverá escrutinar o mesmo conjugado com a consulta do Tribunal de Contas, donde será produzida uma Resolução alusiva à aprovação ou reprovação da Conta Geral do Estado.

Conforme resposta do CERDP, por pedido dos Presidentes das Comissões, verifica-se uma apresentação das informações mais relevantes que se relacionam com a implementação do orçamento e os resultados da auditoria, assim como a resposta às perguntas das deputadas e dos deputados. É salientado que as respostas setoriais do Tribunal de Contas são remetidas às Comissões parlamentares, nos termos da sua esfera de competência, sendo que os relatores dessas comissões setoriais devem de apresentar o relatório da

<sup>17</sup> Tradução para efeitos de uniformização de conceitos.

comissão setorial em sede da Comissão de Orçamento e Finanças, não podendo extravasar o âmbito do relatório setorial produzido.

Neste contexto dos trabalhos parlamentares, a Comissão de Orçamento e Finanças procede à elaboração de um relatório sobre a implementação da Conta Geral do Estado (contando com os relatórios, comentários e conclusões das comissões setoriais), que inclui a proposta de resolução para efeitos de votação e a opinião do Tribunal de Contas relativa aos aspetos mais importantes da sua auditoria. Importa referir que também será apresentado pela Comissão de Orçamento e Finanças, em sede de plenário do Parlamento, informações relativas a sugestões das comissões setoriais que não foram aceites em sede de relatório final.

É referido também que, em sede de sessão plenária do Parlamento, verifica-se a participação do Presidente do Tribunal de Contas, antes da votação da Conta Geral do Estado e do processo de quitação.

### **Eventos Posteriores:**

Da informação remetida, não constam eventos de acompanhamento posterior, contudo, foram salientados os seguintes aspetos:

- A Resolução do Parlamento relativa com o processo de quitação costuma referir a seguinte declaração: “Simultaneamente, o Parlamento Polaco chama a atenção a temáticas específicas das entidades competentes sobre a necessidade de correção de irregularidades identificadas na Conta Geral do Estado e cujas opiniões foram apresentadas às Comissões setoriais do Parlamento<sup>18</sup>;
- O Tribunal de Contas avalia se as recomendações e conclusões produzidas em sede de auditoria são levadas em linha de conta pelo Governo, promovendo no ano seguinte (ou antes, por requerimento dos membros do parlamento) informações sobre a implementação de recomendações e conclusões da auditoria da Conta Geral do Estado.

[Resposta 1](#) [Resposta 2](#) [Resposta 3](#) [Exposição de Resultados](#)

---

<sup>18</sup> Tradução livre.

## Reino Unido (UK)

### Enquadramento:

No Reino Unido, a entidade responsável pela análise dos gastos públicos e da execução do Orçamento é o [Gabinete Nacional de Auditoria](#) (NAO)<sup>19</sup>. O NAO examina a execução do Orçamento em nome do Parlamento e é totalmente independente do Governo. O responsável pelo NAO é o “[Comptroller and Auditor General \(C&AG\)](#)”, nomeado pelo Parlamento. Da análise decorrente à execução do Orçamento, o C&AG não é ouvido em sede do Parlamento, apresentando, contudo, os relatórios definidos nos termos da lei.

### Procedimento:

O NAO responde ao [Parlamento do Reino Unido](#), através da [Comissão de Contas Públicas](#)<sup>20</sup>. O papel da Comissão Parlamentar foi definida no “[National Audit Act 1983](#)” e no “[Budget Responsibility Act 2011](#)”. No processo de fiscalização da execução do orçamento, não à audição na NAO em sede parlamentar.

Assim que se verifica a execução orçamental, a auditoria das diferentes áreas setoriais de governação é supervisionada pelo C&AG, sendo esse procedimento realizado nos termos do “[Government Resources and Accounts Act 2000](#)”. Nos termos do [artigo n.º 6\(4\)](#) desse enquadramento legal, o [Ministério das Finanças](#)<sup>21</sup> deve remeter relatórios da execução e o relatório do C&AG até ao prazo máximo de 31 de janeiro do exercício seguinte aquele a que dizem respeito. Não se verifica exigência de debate e aprovação e contas. A Comissão de Contas Públicas ou outras comissões setoriais na área da sua tutela poderão escrutinar a execução, realizar investigações e elaborar relatórios. No caso específico da Comissão de Contas Públicas, a mesma analisa a relação custo-benefício, a economia, a eficiência e eficácia dos gastos públicos, podendo emitir relatórios que vinculam o Governo a uma resposta num prazo de dois meses, sendo extensível se a complexidade do tema assim o requerer.

### Eventos Posteriores:

Da resposta remetida, não se verificam eventos posteriores, dado o contexto de não discussão e aprovação das contas.

[Resposta 1](#) [Resposta 2 / 3](#) [Exposição de Resultados](#)

<sup>19</sup> NAO – National Audit Office.

<sup>20</sup> Public Accounts Commission.

<sup>21</sup> HM Treasury.

## República Checa (CZ)

### Enquadramento:

Nos termos da “[Rules of Procedure of the Chamber of Deputies \(Act n.º 90/1995 COII. Of April 19, 1995\)](#)”, o “*State Final Account*” é remetido pelo Ministério das Finanças à “[Chamber of Deputies](#)” (Parlamento), sendo que se verifica adicionalmente a intervenção do “[Supreme Audit Office](#)” (Tribunal de Contas) e, em sede parlamentar, das “[Committee on the Budget](#)” (Comissão de Orçamento e Finanças) e da “[Committee on Budgetary Control](#)”.

### Procedimento:

Nos termos da informação remetida, o Ministério das Finanças elabora o Documento da Conta Geral do Estado, sendo que o mesmo deve ser remetido ao Parlamento até à data limite de 30 de abril do ano seguinte ao ano analisado. Adicionalmente, o Parlamento recebe também o Parecer do Tribunal de Contas sobre a Conta Geral do Estado, sendo que o mesmo deverá ser remetido no prazo máximo de 4 meses após o seu envio por parte do Governo. Salientam-se o facto de que, pese embora o sistema de duas câmaras do Parlamento Checo, o Senado não se pronuncia sobre a Conta Geral do Estado. Em termos do procedimento parlamentar em si, verifica-se a audição do Ministro das Finanças em sede de Plenário do Parlamento, sendo que o Presidente do Tribunal de Contas não verifica essa incumbência. Não se verifica obrigatoriedade procedimental de audições relativamente à Conta Geral do Estado, sendo apenas promovidas as ações consideradas razoáveis.

Em sede de Comissões Parlamentares, a Comissão de Orçamento e Finanças promove a audição dos responsáveis governamentais das Finanças, enquanto que a “*Committee on Budgetary Control*” promove a audição dos responsáveis do Tribunal de Contas. Pese embora a Comissão de Orçamento e Finanças ser a comissão competente, verifica-se a adoção de uma resolução conjunta sobre a Conta Geral do Estado por parte das duas comissões intervenientes. Salienta-se o facto das restantes comissões setoriais também participarem no escrutínio da Conta Geral do Estado, nos termos da sua área de competências. A Resolução produzida pelas Comissões é submetida a votação em sede de reunião Plenária do Parlamento, sendo que o resultado das audições em reunião Plenária não verificam consequências práticas para o Governo e para o próximo procedimento orçamental.

### Eventos Posteriores:

Da informação remetida, não se verificam eventos posteriores de acompanhamento sobre o cumprimento das recomendações do Tribunal de Contas.

[Resposta 1](#) [Resposta 2](#) [Resposta 3](#) [Exposição de Resultados](#)

## Roméia (RO)

### Enquadramento:

Para efeitos da temática abordada, importa relevar o contexto legal, nomeadamente a [Constituição da Roméia](#), assim como as entidades relevantes para o escrutínio de temáticas orçamentais (com a intervenção referida no [artigo 138.º da Constituição](#)), respetivamente, o “*Court of Audit*” (com a intervenção referida [no n.º 2 do artigo 140.º da Constituição](#)), o Parlamento, com intervenções da “*Chamber of Deputies*” e da “*Chamber of Senate*” e as Comissões Parlamentares, com relevo para a “*Budget, Finance and Banking Committee*” (Comissão de Orçamento e Finanças).

### Procedimento:

Nos termos da informação remetida e do enquadramento institucional e legal acima identificado, o Tribunal de Contas deve reportar anualmente ao Parlamento um relatório sobre a Conta Geral do Estado relativo ao ano anterior, incluindo a identificação de irregularidades. A pedido do Parlamento, o Tribunal de Contas deverá escrutinar a execução orçamental e reportar as suas observações, envolvendo as mesmas, se os critérios legais e financeiros foram cumpridos, a sua correção e conformidade pela lei, elaborando uma opinião fundamentada relativamente a esses elementos.

No contexto a entrega, pelo Governo, da estratégia tri-anual orçamental e fiscal, que ocorre até 15 de agosto e no contexto da entrega do Orçamento de Estado (até 15 de novembro), o Parlamento deverá poder ter a possibilidade de aprovar o orçamento do ano seguinte conjuntamente com a Conta Geral do Estado do ano anterior.

Relativamente à competência em sede de Comissões Parlamentares, compete à Comissão de Orçamento e Finanças as áreas de Orçamento e da Execução Orçamental.

### Eventos Posteriores:

De acordo com a informação remetida, não se verifica acompanhamento posterior das recomendações emanadas pelo Tribunal de Contas.

[Resposta 1](#) [Resposta 2](#) [Resposta 3](#) [Exposição de Resultados](#)

## Sérvia (RS)

### Enquadramento:

O relatório sobre a Execução do Orçamento é realizado pela [State Audit Institution](#) (Tribunal de Contas). O enquadramento legal resulta do n.º 3 do Artigo 43.º da “[Law on the State Audit Institution](#)”, onde consta que a Instituição deve remeter ao [Parlamento](#) o Relatório de Auditoria ao Balanço Anual do Orçamento, assim como outros documentos complementares.

### Procedimento:

Nos termos dos Artigos 47.º e 48.º da “[Law on the State Audit Institution](#)”, a “*State Audit Institution*” submete ao Parlamento o Relatório com as suas apreciações e recomendações. Em função dessa informação, o Parlamento pode decidir propor recomendações, medidas e prazos de implementação com base nas observações constantes do Relatório. A informação relativa ao “[Report on Budget Execution](#)” não se encontra disponível.

Nos termos do [artigo 55.º da “Rules of Procedure of the National Assembly”](#), compete à “[Committee on Finance, State Budget and Control of Public Spending](#)” a análise das temáticas atinentes ao Orçamento do Estado e a respetiva auditoria concernente à sua execução, submetendo um relatório com opiniões e recomendações ao Parlamento.

### Eventos Posteriores:

Da informação remetida, não consta nenhuma tipologia de seguimento “*ex-post*” posterior ao Relatório Anual da Execução do Orçamento, pese embora o artigo 55.º referir que a “*Committee on Finance, State Budget and Control of Public Spending*” deverá controlar a implementação do Orçamento Anual, assim como apresentar relatórios com recomendações ao Parlamento.

[Resposta 1](#) [Resposta 2](#) [Resposta 3](#) [Exposição de Resultados](#)

## Suécia (SE)

### Enquadramento:

O “*Central Government Annual Report*” Conta Geral do Estado é o documento produzido pelo [Ministério das Finanças](#), sendo que para o processo, verifica-se a intervenção de duas entidades, respetivamente, o “[Swedish National Financial Management Authority \(Ekonomistyrningsverket\)](#)” e o “[Swedish National Debt Office \(Riksgäldskontoret\)](#)”, nos termos da “[Section 1 in the Ordinance with Instructions to the Government Offices \(förordningen, 1996:1515, med instruktion för Regeringskansliet\), paragraph 6.1 in the appendix to the said ordinance](#)” e da “[Sections 2–5 in the Ordinance on Basic Data to the Government Annual Accounts \(förordningen, 2011:231, om underlag för årsredovisning för staten\); Chapter 10, Section 1 of the Budget Act \(Budgetlagen \[2011:203\]\)](#)”. A entidade competente para efeitos de auditoria é o “[Swedish National Audit Office \(NAO\)](#)” (Tribunal de Contas), entidade independente que reporta ao “[Riksdag](#)” (Parlamento). Em sede parlamentar, salienta-se o papel da “[Chamber to the Committee on Finance](#)” (Comissão de Orçamento e Finanças), sendo que os procedimentos parlamentares encontram-se definidos nos termos do “[Riksdag Act](#)”..

### Procedimento:

O Relatório sobre a Conta Geral do Estado é preparado pelo Ministério das Finanças com base nos dados compilados pelo “*Swedish National Financial Management Authority (Ekonomistyrningsverket)*” e pelo “*Swedish National Debt Office (Riksgäldskontoret)*”, sendo que o mesmo deve ser remetido ao Parlamento até à data limite de 15 de abril do ano seguinte ao ano em análise.

O Tribunal de Contas, nos termos da sua autonomia, é independente das entidades acima identificadas, reportando apenas ao Parlamento, por forma a garantir que o Parlamento trata a informação das Contas Nacionais com a independência necessária uma vez que audita toda a cadeia de entidades do poder executivo.

Nestes termos, o Tribunal de Contas audita o Relatório da Conta Geral do Estado produzido pelo Ministério das finanças, assim como cerca de 250 relatórios da execução orçamental das diversas entidades administrativas sobre a tutela do Governo, analisando um cumprimento das disposições orçamentais, regulamentares e legais da execução orçamental, assim como o cenário de eficiência e liderança da atuação das entidades, garantindo por esta via que o Estado atua correta e eficientemente na prossecução do bem-estar geral. Salienta-se também a capacidade de nomeação de auditores para a auditorias a entidades que têm pelo menos 50% de capitais públicos. O prazo de entrega da auditoria da Conta Geral do Estado é de um mês após a entrega do mesmo por parte do Governo (até à data limite de 15 de maio).

Em sede parlamentar, verifica-se o escrutínio do Relatório da Conta Geral do Estado remetido pelo Governo, assim como o Parecer do Tribunal de Contas sobre o mesmo, sendo este procedimento tratado em sede da



Comissão de Orçamento e Finanças. Da análise destes elementos resultará um Relatório produzido pela Comissão, assim como uma Proposta a remeter ao Plenário, como documento-base para a decisão do Parlamento.

Para além da apresentação do Parecer do Tribunal de Contas (em sede de Comissão de Orçamento e Finanças), não se verifica intervenção adicional desta entidade, excluindo eventuais casos que tenham sido salientados no Relatório do Governo e/ou no Parecer do Tribunal de Contas, situação em que a Comissão pode solicitar a audição do Tribunal para um esclarecimento adicional. Este procedimento deverá ocorrer antes da finalização do Relatório em sede de Comissão e do seu envio para o Plenário do Parlamento.

Em sede dos trabalhos parlamentares, a Comissão de Orçamento e Finanças pode requerer a análise de temáticas a outras comissões setoriais antes da finalização da Proposta a remeter a plenário. Salienta-se o facto destes procedimentos de deliberação serem, regra geral, tratados em reuniões à porta fechada.

Relativamente ao debate em sede de Plenário, existe a possibilidade de debate com a intervenção dos membros do Governo, pese embora não ser usual a verificação de debate sobre a Conta Geral do Estado.

#### **Eventos Posteriores:**

Nos termos da informação fornecida, não se verificam eventos posteriores, dado o carácter permanente das atividades de auditoria anual levada a cabo pelo Tribunal de Contas, no sentido de escrutinar a evolução das entidades escrutinadas.

[Resposta 1](#) [Resposta 2](#) [Resposta 3](#) [Exposição de Resultados](#)

## Turquia (TR)

### Enquadramento:

O enquadramento legal atinente à temática da Conta Geral do Estado consta do [Artigo 161.º da Constituição da República da Turquia](#), sendo possível referir os seguintes elementos intervenientes no procedimento, respetivamente, o [Parlamento](#), o [Presidente da Turquia](#), o [“Court of Accounts”](#) (Tribunal de Contas). Relativamente ao Tribunal de Contas, os termos de ação atinentes ao procedimento da Conta Geral do Estado encontram-se previstos no [artigo 21.º do “Court of Accounts Act” \(Act n.º 6085\)](#). Os termos do procedimento parlamentar encontram-se previstos no [artigo 62.º do “Rules of Procedure of the Grand National Assembly of Turkey”](#), sendo que é referenciada como Comissão Parlamentar competente a [“Committee on Plan and Budget”](#) (Comissão de Orçamento e Finanças).

### Procedimento:

O Relatório Final sobre a Conta Geral do Estado deve ser submetido ao Parlamento pelo Presidente da Turquia até à data limite de 6 meses após o final do ano fiscal em análise. Relativamente ao Tribunal de Contas, esta entidade deverá proceder ao envio da Declaração de Conformidade ao parlamento até à data limite de 75 dias após a submissão do Relatório da Conta Geral do Estado.

Nos termos da legislação citada e da informação fornecida, os representantes do Tribunal de Contas estão presentes em sede de trabalhos parlamentares aquando do debate e do processo decisório atinente ao Parecer sobre a Conta Geral do Estado, sendo que, para uma melhor efetividade da organização dos trabalhos parlamentares, é possível ao Presidente do Tribunal de Contas intervir em sede de Plenário para eventuais esclarecimentos. De referir que a mesma prerrogativa pode também ser aplicável em sede dos trabalhos das comissões parlamentares. Não se verifica a intervenção de outras Comissões Parlamentares setoriais na discussão do Relatório da Conta Geral do Estado.

Em sede da Comissão de Orçamento e Finanças, releva-se o facto de o Relatório da Conta Geral do Estado ser submetido para Plenário conjuntamente com a Proposta de Orçamento de Estado do Ano seguinte.

### Eventos Posteriores:

Nos termos da informação fornecida, verifica-se a monitorização por parte do Tribunal de Contas, da implementação das recomendações propostas em sede de auditoria, sendo a análise acompanhada por auditores do Tribunal até à aplicação das referidas recomendações. Nos casos em que não se verificou progressos, são elaborados relatórios de avaliação por parte do Tribunal de Contas.

[Resposta 1](#) [Resposta 2](#) [Resposta 3](#) [Exposição de Resultados](#)

## Parlamento Europeu

### Enquadramento:

O enquadramento legal previsto no [Parlamento Europeu](#) para efeito do escrutínio de Contas Anuais da União, o processo tem como intervenientes, o “[European Court of Auditors \(ECA\)](#)” (Tribunal de Contas), a [Comissão Europeia](#), o [Conselho Europeu](#), sendo que o Parlamento Europeu verifica as seguintes Comissões Competentes, a CONT “[Budgetary Control Committee](#)” (Comissão de Orçamento e Finanças) e a BUDG “[Committee on Budgets](#)” (Comissão de Orçamento). A atuação de entidades visadas pelas Recomendações do Parlamento são enquadradas nos termos do [Artigo 287 e do n.º 3 do Artigo 319 do Tratado de Funcionamento da União Europeia](#), nos [Artigos 262.º e 247.º do “Financial Regulation”](#) e no “[Parliament’s Rules of Procedure – Annex VI](#)”.

### Procedimento:

Nos termos do enquadramento legal acima identificado, o Tribunal de Contas deve escrutinar as Contas da União (todos os órgãos, organismos ou agências criados pela União) através da análise de todos os receitas e despesas incorridas. Deve também o Tribunal de Contas remeter ao Conselho, uma Declaração para assegurar a fiabilidade das contas, a sua legalidade e regularidade. É ainda responsabilidade do Tribunal de Contas a elaboração de um Relatório Anual relativo ao encerramento de cada exercício.

O Relatório Anual do Tribunal de Contas é remetido pelo Presidente desta instituição, ao Presidente do Parlamento Europeu durante os meses de outubro ou novembro do ano n+1. Em sede de trabalhos da Comissão, verifica-se a audição dos representantes do Tribunal em sede da Comissão de Orçamento e Finanças, onde é apresentado o Relatório Anual do Orçamento da União. A Comissão Europeia também se faz representar, através do Comissário responsável pelo Orçamento, sendo-lhe facultada a possibilidade de intervenção nos trabalhos.

No seguimento dos trabalhos em sede de Comissão, verifica-se também a apresentação do Relatório em Plenário do Parlamento (novembro do ano n+1), seguindo de audições em sede da Comissão de Orçamento e Finanças, dos diferentes Comissários.

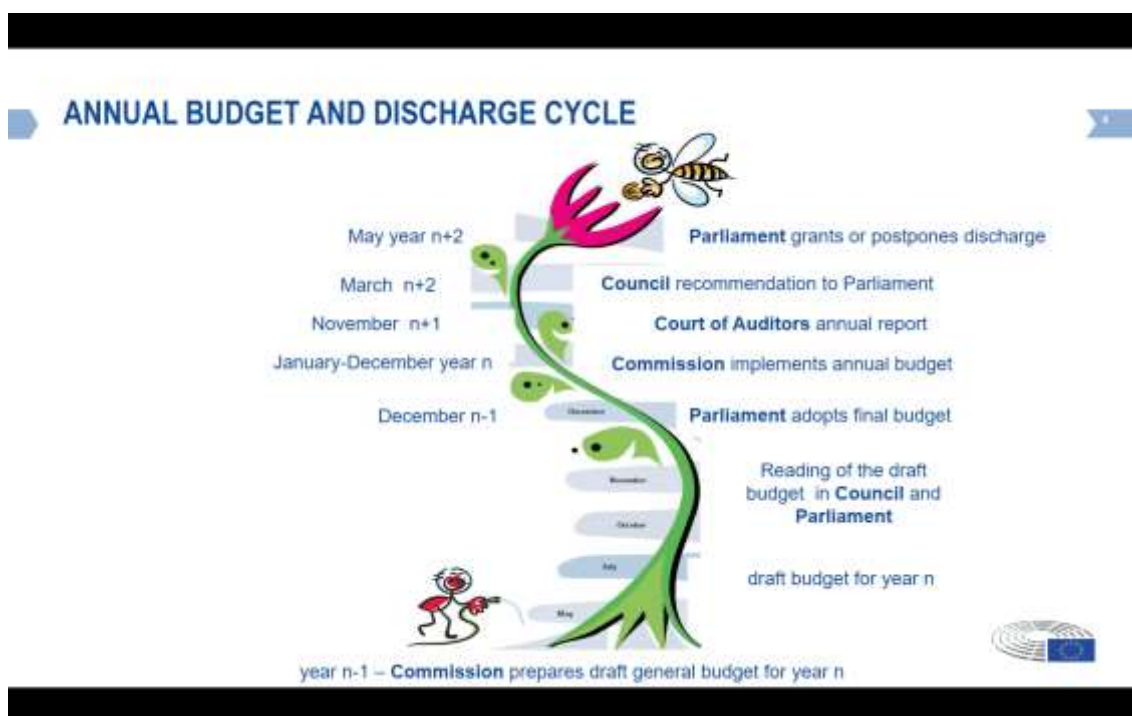
Verifica-se a presença de responsáveis do Tribunal de Contas nessas audições, em conformidade com a sua área de análise setorial. Uma vez produzido e adotado o relatório final por parte da Comissão de Orçamento e Finanças, verifica-se novo debate em Plenário, verifica-se a presença e intervenção de representante(s) do Tribunal de Contas (em maio ou abril do ano n+2), assim como do Comissário responsável pelo Orçamento.

Em sede de trabalhos de comissões, verifica-se adicionalmente a intervenção da Comissão de Orçamento. Esta e outras Comissões também remetem as suas opiniões para a Comissão de Orçamento e Finanças, no âmbito do processo de quitação do Relatório Final. A votação e envio dos contributos para a Comissão de Orçamento e Finanças (fevereiro do ano n+2) deverá ocorrer antes da votação do relatório final (março do

ano n+2). Todas as opiniões e observações são anexas ao Relatório Final que se submete ao Plenário, sendo que as mesmas fazem então parte da Resolução do Parlamento para efeitos da decisão de quitação.

A decisão de quitação (maio do ano n+2) pode ser aprovada ou prorrogada, sendo que no caso de prorrogação, é efetuada uma votação (outubro do ano n+2) em que se aprova ou recusa a decisão de quitação. Saliencia-se o facto de que a proposta em apreço não pode ser emendada em plenário, dado o seu carácter decisório.

A calendarização do procedimento pode ser esquematizada da seguinte forma:



Fonte: Budgetary oversight of the European Parliament and the Roles of the Committee on Budgets and the Committee on Budgetary Control.

**Eventos Posteriores:**

Nos termos da informação fornecida, a Comissão e outras instituições que tenham sido alvo de observações por parte da Resolução de quitação do Parlamento, devem atuar em conformidade. Nestes termos, a Comissão deve submeter o relatório de “follow up” até 31 de julho do ano n+2.

Esse relatório de acompanhamento é remetido ao membro do parlamento europeu responsável pelo Relatório da Comissão de Orçamento e Finanças do ano escrutinado, sendo que essa análise do acompanhamento também será levado em linha de conta no processo de quitação do ano n+1.

Relativamente à intervenção do Tribunal de Contas neste processo de “follow-up”, esta entidade recorre ao processo de contraditório para efeitos de preparação do Relatório Anual e dos Relatórios Especiais (Auditorias

de avaliação de performance), por forma a incluir os comentários da Comissão sobre os desenvolvimentos em sede de acomodação das recomendações.

[Resposta 1](#) [Resposta 2](#) [Resposta 3](#) [Exposição de Resultados](#)

## PARTE IV – RESPOSTAS POR PAÍSES

### Albânia

#### **Albânia - Questão 1 / 2 / 3**

*(Are there any follow-up events after the final approval of the Accounts, namely concerning the recommendations of the Court of Auditors? (e.g. the government responding to parliament in written/in a hearing about the fulfilment or not of the recommendations issued by the Court of Auditors)).*

**Reply:** [The State Supreme Audit Institution \(SAI\)](#) prepares and submits to the Assembly the report "On the implementation of the State Budget" pursuant to the Constitution of the Republic of Albania, article 164, point 1, letters "a", "b" of the Law 154/2014 "On State Supreme Audit" Law no. 9936, dated 26.6.2008, "On the Management of the Budgetary System in the Republic of Albania", as amended, Articles 62 and 63; as well as the Law on State Budget of the respective year.

This report, submitted to the Assembly, is drafted based on the International Standards on Supreme Audit Institutions (ISSAI) and the Lima Declaration, which is considered the Constitution of Supreme Audit Institutions.

SAI has oriented auditing activities and capacities in public areas and activities that have the greatest impact on public finances, such as infrastructure investment management, public utilities management in the power sector, concessionary government activity, the administration of the national Bank of Albania, Special Funds (Social Insurance Institute and Compulsory Health Care Fund), Regional Development Funds, etc.

The SAI auditing spectrum at the sector of the economy is inclusive. Through this Report, SAI submits to the Assembly a series of recommendations for improving the situation and macroeconomic indicators, the implementation of which affects the consolidation of public finances. Here we mention: the credibility of the budget and the fiscal consolidation necessary for public finances, keeping the public debt under control and reducing its risk in order to maintain the country's macroeconomic stability, take measures to improve and increase the effectiveness of public expenditure management, strengthening fiscal discipline, etc.

The main objective of the SAI is to give an opinion on the report that the Council of Ministers presents to the Assembly "On the implementation of the state budget of the respective year" and the proposal of the draft law "On approval of the state budget for the respective year." The report of the Council of Ministers opinion is based on SAI's audit of the accuracy of reporting related to budget implementation and legality of transactions, the use of the Council of Ministers reserve and contingency funds, public debt reporting, the functioning of financial management and control systems and organizing the functioning of internal auditing in the public sector.

[Voltar ao Resumo do País](#)

## Alemanha

### **Alemanha - Questão 1 / 2 / 3**

*1 - (In the process of parliamentary appreciation of the General State Accounts, what is the relation between the Court of Auditors and the Parliament? Does any member of the Court of Auditors address to the Plenary in a Session? If so, does this hearing take place before the vote of the State Account or also after the voting procedure?)*

**Reply:** Through the Bundesrat the German federal states participate in the legislation and administration of the Federation and in matters concerning the European Union (Article 50 German Basic Law). One of the fundamental principles of the federal structure of Germany is that the Federation, the 16 federal states and the municipalities are autonomous and independent of one another in managing their budgets. The Bundesrat is involved in the process of the approval on the Federal Government Accounts, but compared to the Bundestag its role is rather limited.

According to Article 114 Paragraph 1 of the German Basic Law the Federal Finance Ministry of Germany has to submit an account of all revenues and expenditures as well as of assets and debts ("Budget and Capital Account") during the subsequent fiscal year to the Bundestag and Bundesrat, for the purpose of the so-called "discharge of the Federal Government". Usually, the "Budget and Capital Account" is delivered to the Bundestag, the Bundesrat and the Federal Court of Auditors of Germany in June of the subsequent fiscal year. According to Article 114 Paragraph 2 of the German Basic Law the Federal Court of Auditors has to submit a report on its audit of the "Budget and Capital Account" to the Bundestag, the Bundesrat and the Federal Government. Usually, the Court of Auditors submits its annual report at the end of the subsequent fiscal year ("Volume I"). Further results of its audit are normally submitted in Spring following that year ("Volume II").

After the submission of "Volume II" of the Federal Court of Auditors the Finance Committee of the Bundesrat deliberates on the "Budget and Capital Account" and on the findings of the Federal Court of Auditors and issues a recommendation on the discharge of the Federal Government. Subsequently, the Bundesrat approves the Federal Government Accounts.

The members of the Finance Committee of the Bundesrat have the right to ask questions on the "Budget and Capital Account" to the representatives of the Federal Government during the committee session, but they rarely make use of this right for this issue. Representatives of the Federal Court of Auditors have the possibility to attend the respective Finance Committee session. During the plenary session the members of the Bundesrat only vote upon the discharge of the Federal Government. There is no discussion or hearing on the issue. Henceforth, no member of the Federal Government and no representative of the Federal Court of Auditors would give a speech or would be asked questions during the plenary session.

Example: Federal Budget 2014

- January until May - Preparation of the "Budget and Capital Account" for the Federal Budget 2014
- June - Submission of the "Budget and Capital Account" to the Bundestag, the Bundesrat and the Federal Court of Auditors
- November - Submission of the annual report ("Volume I") of the Federal Court of Auditors to the Bundestag, the Bundesrat and the Federal Government
- 2016
- April - Submission of further results ("Volume II") of the Federal Court of Auditors to the Bundestag, the Bundesrat and the Federal Government
- June, 3rd - Budget discharge recommendation of the Finance Committee of the Bundesrat
- June, 17th - Discharge of the Federal Government by the Bundesrat
- July, 6th - Budget discharge recommendation of the Budget Committee of the Bundestag
- September, 8th - Discharge of the Federal Government by the Bundestag

### Wissenschaftliche Dienste (Serviços Científicos)

#### Einzelfragen zur parlamentarischen Behandlung der Rechnungsprüfung und des Rechnungsabschlusses

##### 1. Einleitende Bemerkungen

Der Auftraggeber bittet um Beantwortung diverser Einzelfragen zum Themenkomplex Rechnungsprüfung und Rechnungsabschluss. Die einzelnen Fragen werden gebündelt nach dem thematischen Schwerpunkt beantwortet.

##### 2. Beziehung zwischen Parlament und Rechnungshof

Der Bundesrechnungshof ist gemäß Art. 114 Absatz 2 Grundgesetz (GG) eine unabhängige, selbstständige und weisungsfreie Finanzkontrolle des Bundes. Gemäß § 88 Bundeshaushaltsordnung (BHO) prüft dieser die Haushalts- und Wirtschaftsführung des Bundes. Über seine wichtigsten Prüfungsergebnisse berichtet er dem Bundestag, dem Bundesrat und der Bundesregierung in einem Jahresbericht, den "Bemerkungen". Zudem berät der Bundesrechnungshof auf der Grundlage der Prüfungserkenntnisse das Parlament und die Regierung.

An den Sitzungen des Haushaltsausschusses und des Rechnungsprüfungsausschusses (Unterausschuss des Haushaltsausschusses) können Vertreterinnen und Vertreter des Bundesrechnungshofes teilnehmen. Ein Rederecht von Mitgliedern des Bundesrechnungshofes im Plenum des Parlaments besteht nicht.

##### 3. Parlamentarisches Verfahren

Der Bundestag überweist den Antrag des Bundesministeriums der Finanzen auf Entlastung der Bundesregierung in Verbindung mit der Unterrichtung des Bundestages durch den Bundesrechnungshof federführend an den Haushaltsausschuss sowie zur Mitberatung an weitere Ausschüsse. Der Haushaltsausschuss überweist diese wiederum an den Rechnungsprüfungsausschuss als Unterausschuss. Dieser berät intensiv über den Antrag und die Unterrichtung und gibt eine Empfehlung ab. Der Haushaltsausschuss beschließt dann über eine Beschlussempfehlung gegenüber dem Bundestag. Abschließend erfolgt der Beschluss des Bundestags über die Entlastung. Der



Bundestag kann, gemäß § 114 Absatz 2 BHO unter Berücksichtigung der Stellungnahme des Bundesrates, über einzuleitende Maßnahmen bestimmen. Nach § 114 Absatz 3 BHO bestimmt der Bundestag gegenüber der Bundesregierung einen Termin, zu dem diese über die einzuleitenden Maßnahmen zu berichten hat.

In der Beschlussempfehlung des Haushaltsausschusses wird ausführlich auf die Prüfpunkte des Bundesrechnungshofes zu den einzelnen Ressorts eingegangen. Der Haushaltsausschuss kann in seiner Beschlussempfehlung die entsprechenden Ministerien dazu auffordern, Maßnahmen zu ergreifen und ihm oder dem Bundesrechnungshof zu berichten.

#### **4. Weiteres Verfahren nach der Genehmigung des Rechnungsabschlusses**

Im Rahmen des Beschlusses des Bundestages zur Entlastung wird die Bundesregierung zudem in der Regel dazu aufgefordert, die Feststellungen des Haushaltsausschusses des Bundestages zu den Bemerkungen des Bundesrechnungshofes bei der Aufstellung und Ausführung der zukünftigen Bundeshaushaltspläne zu berücksichtigen.

Individual questions on how Parliament deals with audits and the year-end closure of accounts - Under Art. 114 paragraph 2 of the Basic Law (*Grundgesetz*, GG) the Federal Court of Audit (*Bundesrechnungshof*) is a body exercising independent, autonomous financial scrutiny over the Federal Government. Under Section 88 of the Federal Budget Code (*Bundeshaushaltsordnung*, BHO) it audits the Federal Government's budgetary and financial management. It reports its main audit findings to the Bundestag, the Bundesrat and Federal Government in an annual report entitled "Comments". The Federal Court of Audit also advises Parliament and the Government on the basis of its audit findings.

Representatives of the Federal Court of Audit may take part in meetings of the Budget Committee and the Auditing Committee (a subcommittee of the Budget Committee). Members of the Federal Court of Audit do not have the right to speak in plenary sittings of Parliament.

[Voltar ao Resumo do País](#)

## Áustria

### Áustria - Questão 1

1 - (In the process of parliamentary appreciation of the General State Accounts, what is the relation between the Court of Auditors and the Parliament? Does any member of the Court of Auditors address to the Plenary in a Session? If so, does this hearing take place before the vote of the State Account or also after the voting procedure?)

**Reply:** In accordance with Article 121 para 2 of the [Federal Constitutional Law](#) the Court of Audit (Rechnungshof) has to prepare the state accounts and to submit them to the National Council. It is common that the President of the Court of Audit takes part in the debates of the Budget Committee. S/He may also take part in plenary proceedings (Article 123a Federal Constitutional Law). A debate with the President will always take place before voting.

[Voltar ao Resumo do País](#)

### Áustria - Questão 2

2 – (What are the internal procedures in Parliament before a final debate and vote procedure? Is the Budget Committee involved? Are there inputs from other committees? If so, in which terms? Please describe the terms and procedures.)

**Reply:** The State Accounts shall be scrutinized by the Budget Committee according to § ... RoP National Council. There are no inputs from other committees. For further details regarding procedures see our model reply to ECPRD Request # 3663.

[Voltar ao Resumo do País](#)

### Áustria - Questão 3

3 - (Are there any follow-up events after the final approval of the Accounts, namely concerning the recommendations of the Court of Auditors? (e.g. the government responding to parliament in written/in a hearing about the fulfilment or not of the recommendations issued by the Court of Auditors)).

**Reply:** There is no ex-post procedure regarding the fulfilment of the recommendations issued by the Court of Audit.

[Voltar ao Resumo do País](#)

## Bélgica

### ***Bélgica - Questão 1***

*1 - (In the process of parliamentary appreciation of the General State Accounts, what is the relation between the Court of Auditors and the Parliament? Does any member of the Court of Auditors address to the Plenary in a Session? If so, does this hearing take place before the vote of the State Account or also after the voting procedure?)*

**Reply: Preliminary remark** -Article 174 of the Belgian Constitution provides that “[e]ach year, the House of Representatives passes the law that settles the final accounts and approves the budget”.

Currently, two pieces of legislation regulate the budget and accounting procedures: the coordinated federal legislative act of 17 July 1991 (available in [French](#) and [Dutch](#)) and the federal legislative act of 22 May 2003 (available in [Dutch](#) and [French](#)). There is a complex mechanism to gradually phase out the former in favor of the latter (we refer, e.g., to article 131 of the act of 22 May 2003). Given the fact that the act of 17 July 1991 will ultimately become obsolete, we describe henceforth only the legal framework as set by the act of 22 May 2003.

1.1. Before tabling the government’s final accounts bill in the House of Representatives, the Budget Minister will send the final accounts to the Court of Audit (Dutch: “Rekenhof”; French: “Cour des comptes”; German: “Rechnungshof”). The Court of Auditors will then send its remarks to the House of Representatives.

Deadlines as set by the act of 22 May 2003 (first date: deadline for the Budget Minister to send the accounts to the Court of Audit – second date: deadline for the Court of Audit to send its remarks to the House of Representatives):

- the general administration: June 30<sup>th</sup> and October 31<sup>st</sup> of the year following the budgetary year (articles 72, 75 of the act of 22 May 2003);
- the departments with budgetary autonomy: March 31<sup>st</sup> and May 31<sup>st</sup> (articles 82, 83 of the act of 22 May 2003);
- the public institutions with legal personality: March 31<sup>st</sup> and May 31<sup>st</sup> (article 93 of the act of 22 May 2003);
- the public commercial, industrial or financial companies without legal personality: March 31<sup>st</sup> and May 31<sup>st</sup> (article 100 of the act of 22 May 2003).

1.2. After tabling the government’s final accounts bill in the House of Representatives, the Standing Finance and Budget Committee usually invites top officials of the Court of Audit to present their remarks. This hearing takes place before the vote of the final accounts.

[Voltar ao Resumo do País](#)

## ***Bélgica - Questão 2***

2 – (What are the internal procedures in Parliament before a final debate and vote procedure? Is the Budget Committee involved? Are there inputs from other committees? If so, in which terms? Please describe the terms and procedures.)

**Reply:** The Rules of Procedures of the Belgian House of Representatives contain a chapter on this subject (see [rules 106 and following](#)). In a nutshell:

### **2.1. General provisions**

2.1.1. After the Government has defined its policy options for the following budget year, it shall first submit them to the House for its deliberations thereon. Immediately after the general deliberations on that Government declaration, the House will give its decision by a nominal vote on any motions that have been tabled.

2.1.2. In principle, the Ways and Means Budget, the General Expenditure Budget and/or the General Explanation of both bills and the policy notes should be distributed by 31 October of the preceding budget year. If not, the Finance and Budget Committee shall meet in the course of the first ten days of November.

2.1.3. In principle, priority is given to processing the Ways and Means Budget and the General Expenditure Budget, together with their adjustments. The processing is subject to the same Rules of Procedure as for the processing of Government legislative bills, without prejudice to the application of the special provisions.

2.1.4. The Ways and Means Budget and the General Expenditure Budget should be voted on by the House no later than 31 December of the year preceding the budget year.

### **2.2. Sending to committees**

2.2.1. The Ways and Means Budget and the General Expenditure Budget, together with their adjustments, Government finance bills and those making provisional appropriations, as well as Government bills relating to the final settlement of budgets and the prefiguration of the results of the implementation of the budget, drawn up by the Court of Audit, are sent to the Finance and Budget Committee.

2.2.2. At the same time, the General Expenditure Budget, or its adjustment, are sent to each of the other standing committees for advice on those programs that concern them.

### **2.3. Processing in committees**

2.3.1. The President of the House shall determine the period of time within which processing of the Government bills relating to the final settlement of budgets must be completed after they have been distributed. That period may not be less than ten days.

2.3.2. The Finance and Budget committee shall process the Ways and Means Budget and the General Expenditure Budget, together with their adjustments, without interruption until all the work is complete.

The committee shall hold as many meetings as necessary to this end in order to complete the processing of the General Expenditure Budget or its adjustment, within five days following the end of the period in which the other standing committees consulted for advice are obliged to give that advice.

2.3.3. The advice of the standing committees may contain proposals for modifying the texts submitted to them. In the Finance and Budget Committee's report, it will be stated to what extent the aforementioned modification proposals have been adopted or not.

The standing committees are convened within eight days following distribution of the General Expenditure Budget and its adjustment. By the 5th of December at the latest, each standing committee shall issue its advice on the programmes concerning it, unless the General Expenditure Budget and the policy notes are not tabled in time, in which case the Conference of Presidents shall decide how much more time should be granted to the committees.

If the report containing the advice of a standing committee is not available, the rapporteur will relate the report orally to the Finance and Budget Committee. If the aforementioned standing committees do not give their advice within the prescribed deadline, the Finance and Budget Committee does not suspend its deliberations and may make a decision immediately.

#### **2.4. Processing in Plenary sitting**

Deliberations on the Ways and Means Budget and the General Expenditure Budget or their adjustments, shall be included in the Order of Business for the first appropriate sitting after distribution of the report by the Finance and Budget Committee, with respect for a period of three days after distribution of the committee reports.

[Voltar ao Resumo do País](#)

### ***Bélgica - Questão 3***

3 - *(Are there any follow-up events after the final approval of the Accounts, namely concerning the recommendations of the Court of Auditors? (e.g. the government responding to parliament in written/in a hearing about the fulfilment or not of the recommendations issued by the Court of Auditors)).*

Reply:

#### **3.1. Before the final approval of the Accounts**

Usually, the hearing of top officials of the Court of Audit to present their remarks takes place in the beginning of the processing in the Finance and Budget Committee. The Government can respond to these remarks. For instance (2018), see:

- Observations and recommendations of the Court of Audit: [DOC 54 3037/005](#).
- Hearing of officials of the Court of Audit and answers of the government: [DOC 54 3036/003](#).

### **3.2. After the final approval of the Accounts**

During the budget year, the standing committees shall dedicate a certain number of meetings to questions asked by the Members and to the answers from Ministers authorising public expenditure and the Secretaries of State concerned on the subject of the implementation of budgets and the updating, if any, of the policy notes.

These meetings shall concentrate in particular on:

- the deliberations of the Council of Ministers relating to the application of the right to exceed appropriations, which must be sent immediately (before their publication in the Belgian Official Gazette) to the House and the Court of Audit;
- the modified administrative budgets, which must be communicated to the House and the Court of Audit during the budget year (before their publication in the Belgian Official Gazette);
- the periodic statements of budget appropriations together with their utilisation – per program and per basic allocation – which must be sent to the House and the Court of Audit by the Budget and Finance Ministers (at least three times) during the budget year.

These meetings may give rise to the adoption of a reasoned motion proposal.

[Voltar ao Resumo do País](#)

## Canadá

### Canadá - Questão 1

1 - (In the process of parliamentary appreciation of the General State Accounts, what is the relation between the Court of Auditors and the Parliament? Does any member of the Court of Auditors address to the Plenary in a Session? If so, does this hearing take place before the vote of the State Account or also after the voting procedure?)

**Reply:** Since Canada does not have a Court of Auditors, the following is for reference purposes only. We hope the information will be useful to you nonetheless.

At the federal level, the [Receiver General](#) maintains the accounts of Canada and prepares the [Public Accounts of Canada](#) as required under the [Financial Administration Act](#) (R.S.C., 1985, c. F-11). Please refer to [Part VI](#) of the Act for provisions concerning the Public Accounts.

According to the entry on the [Public Accounts of Canada](#) in the *Compendium of House of Commons Procedure* (2018), the Public Accounts of Canada is a “detailed report of the financial transactions of all government departments and agencies...The report must be tabled on or before December 31 following the end of the fiscal year to which the accounts apply; or, if the House is not sitting at that time, on any of the next 15 sitting days. As a matter of tradition, the Public Accounts are addressed to the Governor General”. The President of the Treasury Board tables this report in the House of Commons.

[The Auditor General](#) is an appointed Officer of Parliament who is responsible for the audit the Public Accounts of Canada and investigates the financial affairs of the federal government. The Auditor General submits reports on performance audits to Parliament twice a year – one in the spring and one in the fall. The Auditor General may also submit reports on any matters they feel should be brought to the attention of Parliament. These reports are submitted to the Speaker of the House of Commons, and they are then tabled and submitted to [Standing Committee on Public Accounts](#) for review. The reports are authorized under [section 7](#) of the [Auditor General Act](#) (R.S.C., 1985, c. A-17). The [Auditor General Reports to Parliament](#) (2002 to present) and [other reports to Parliament \(2003 to present\) are available online](#).

The Standing Committee on Public Accounts is responsible for reviewing and reporting on the Public Accounts of Canada. The mandate of the Committee is pursuant to Standing Order of the House of Commons [108\(3\)\(g\)](#) and [108\(2\)](#). The mandate of the Standing Committee on Public Accounts includes a description of the process that the committee follows in order to review and report on the reports submitted to the House by the Auditor General:

When the Speaker tables a report by the Auditor General in the House of Commons, it is automatically referred to the Public Accounts Committee. The Committee selects the chapters of the report it wants to study and calls the Auditor General and senior public servants from the audited organizations to appear before it to respond to the Office of the Auditor General’s findings. The Committee also reviews the federal government’s

consolidated financial statements – the Public Accounts of Canada – and examines financial and/or accounting shortcomings raised by the Auditor General. At the conclusion of a study, the Committee may present a report to the House of Commons that includes recommendations to the government for improvements in administrative and financial practices and controls of federal departments and agencies. ([Standing Committee on Public Accounts](#), 2018)

The Auditor General and other officials from the Office of the Auditor General (OAG) may be invited to make a brief statement before the Committee. According to the Office of the Auditor General “it is through the committee hearings process that Parliament holds government to account” ([OAG](#), 2018). Please refer to the section on the [Accounts of Canada](#) from the *House of Commons Procedure and Practice* (3<sup>rd</sup> ed., 2017) and the following topics from the *Compendium of House of Commons Procedure*:

[Public Accounts of Canada](#) [Auditor General of Canada](#) [Reports of the Auditor General](#)

[Voltar ao Resumo do País](#)

## Canadá - Questão 2

2 – (What are the internal procedures in Parliament before a final debate and vote procedure? Is the Budget Committee involved? Are there inputs from other committees? If so, in which terms? Please describe the terms and procedures.)

**Reply:** Please refer to the response above for procedures regarding the Standing Committee on Public Accounts. Note that there is a different procedure regarding the federal budget. Please refer to the section on the [Budget](#) in the *House of Commons Procedure and Practice* (3<sup>rd</sup> ed., 2017) for more information on speeches, debates, and legislation.

[Voltar ao Resumo do País](#)

## Canadá - Questão 3

3 - (Are there any follow-up events after the final approval of the Accounts, namely concerning the recommendations of the Court of Auditors? (e.g. the government responding to parliament in written/in a hearing about the fulfilment or not of the recommendations issued by the Court of Auditors)).

**Reply:** Upon review of the report of the Auditor General, the Standing Committee on Public Accounts will publish its findings in a report to Parliament. Pursuant to [Standing Order 109](#), the government must respond to recommendations made in the reports by the Committee. The government is expected to table a written response to the report within 120 days.

[Voltar ao Resumo do País](#)



## Croácia

### **Croácia - Questão 1**

*1 - (In the process of parliamentary appreciation of the General State Accounts, what is the relation between the Court of Auditors and the Parliament? Does any member of the Court of Auditors address to the Plenary in a Session? If so, does this hearing take place before the vote of the State Account or also after the voting procedure?)*

**Reply:** The audit body performs the revision of the state budget after budget execution and preparation of the report on it. All auditors' reports are being discussed at the sessions of the Finance and Budget Committee and subsequently at plenary sessions of the Croatian Parliament. A member of the audit body does not address to the Plenary in a Session before or after the budget vote.

Provisions of the Budget Law stipulate the obligation to draw up an annual budget execution report by the State Audit Office. The law defines the content, deadlines for compiling and submitting the report to the competent authorities and publishing it in the official gazette of the Republic of Croatia. The obligation to review the annual report on the execution of the state budget is stipulated by the provision of [Article 6 of the State Audit Office Act](#). The audit was carried out in a manner and according to the procedures established by the Framework of Standards for Auditing of the International Organisation of Supreme Audit Institutions (INTOSAI).

[Voltar ao Resumo do País](#)

### **Croácia - Questão 2**

*2 - (What are the internal procedures in Parliament before a final debate and vote procedure? Is the Budget Committee involved? Are there inputs from other committees? If so, in which terms? Please describe the terms and procedures.)*

**Reply:** The Finance and Central Budget Committee of the Croatian Parliament is the competent working body for the budget and at its sessions it discusses and votes on the budget and prepares a report on it. Article 73 of the Standing Orders of the Croatian Parliament establishes that the Finance and Central Budget Committee shall establish and monitor the implementation of policies, and in procedures to enact legislation and other regulations it shall have the rights and duties of a competent working body in matters pertaining to the state budget, the final settlement of the state budget and funds, as well as the matters pertaining to the structure, authority and operating procedures of the State Audit Office and others.

Other committees of the Croatian Parliament can also debate and vote on the budget and draw up reports on the debate. All reports are forwarded to the President of the Croatian Parliament.

[Voltar ao Resumo do País](#)

### **Croácia - Questão 3**

3 - *(Are there any follow-up events after the final approval of the Accounts, namely concerning the recommendations of the Court of Auditors? (e.g. the government responding to parliament in written/in a hearing about the fulfilment or not of the recommendations issued by the Court of Auditors)).*

**Reply:** The audit body in the Republic of Croatia does not give any recommendations before adopting the budget. There is an obligation to revise the annual report on the execution of the state budget by the State Audit Office.

[Voltar ao Resumo do País](#)

## Chipre

### **Chipre - Questão 1**

1 - (In the process of parliamentary appreciation of the General State Accounts, what is the relation between the Court of Auditors and the Parliament? Does any member of the Court of Auditors address to the Plenary in a Session? If so, does this hearing take place before the vote of the State Account or also after the voting procedure?)

**Reply:** The Auditor General does not address the Plenary, but he is invited to Committee meetings that examine the Annual Report he/she prepares. The House of Representatives discusses but does not actually vote for or against the Annual Report, as such.

[Voltar ao Resumo do País](#)

### **Chipre - Questão 2**

2 – (What are the internal procedures in Parliament before a final debate and vote procedure? Is the Budget Committee involved? Are there inputs from other committees? If so, in which terms? Please describe the terms and procedures.)

**Reply:** As mentioned above no voting procedure takes place. Having said that, the Standing Committee on Financial and Budgetary Affairs is responsible for the implementation of the State Budget but it is the Standing Committee on Development Plans and Public Expenditure Control, which is responsible for the ex-post examination of implementation of the budget.

[Voltar ao Resumo do País](#)

### **Chipre - Questão 3**

3 - (Are there any follow-up events after the final approval of the Accounts, namely concerning the recommendations of the Court of Auditors? (e.g. the government responding to parliament in written/in a hearing about the fulfilment or not of the recommendations issued by the Court of Auditors)).

**Reply:** Yes, in the context of parliamentary scrutiny individual MPs may submit in writing specific written questions regarding the fulfilment of the recommendations issued by the Auditor General, while any Committee may decide to examine specific issues pertaining to the findings or the implementation of recommendations included in the Annual Report of the Auditor General, as well as make additional recommendations to audited Ministries or institutions, aimed at the improvement of administration of public funds.

[Voltar ao Resumo do País](#)

## Dinamarca

### **Dinamarca - Questão 1**

1 - (In the process of parliamentary appreciation of the General State Accounts, what is the relation between the Court of Auditors and the Parliament? Does any member of the Court of Auditors address to the Plenary in a Session? If so, does this hearing take place before the vote of the State Account or also after the voting procedure?)

**Reply:** The Public Accounts shall be submitted to the Folketing not later than six months after the expiration of the fiscal year.

[Voltar ao Resumo do País](#)

### **Dinamarca - Questão 2**

2 - (What are the internal procedures in Parliament before a final debate and vote procedure? Is the Budget Committee involved? Are there inputs from other committees? If so, in which terms? Please describe the terms and procedures.)

**Reply:** The Folketing shall elect a number of auditors. Such auditors shall examine the annual Public Accounts and ensure that all the revenues of the State have been duly entered therein, and that no expenditure has been defrayed unless provided for by the Finance Act or some other Appropriation Act. The auditors shall be entitled to demand all necessary information, and shall have right of access to all necessary documents. Rules providing for the number of auditors and their duties shall be laid down by statute.

[Voltar ao Resumo do País](#)

### **Dinamarca - Questão 3**

3 - (Are there any follow-up events after the final approval of the Accounts, namely concerning the recommendations of the Court of Auditors? (e.g. the government responding to parliament in written/in a hearing about the fulfilment or not of the recommendations issued by the Court of Auditors)).

**Reply:** The Public Accounts, together with the Auditors' Report, shall be submitted to the Folketing for its decision. The procedure in parliament (Folketinget) is as follows:

The Public Accounts are submitted as a proposal for parliamentary resolution. It is only read twice in the Chamber with no committee reading inserted between the two readings, as the Finance committee is involved in the preparation of the (Committee) report and the recommendation for resolution. No member of the The Public Accounts Committee/auditors address to the Plenary in a Session. The Finance Committee is not

involved in the internal procedures in parliament before a final debate and vote procedure. At this stage there are no inputs from other committees. There are no follow-up events after the final approval of the Accounts.

Please consult this website for more information on the procedure, from the moment when the Auditor General's report is delivered to the State Auditors until the final report on the Public Accounts is delivered to the Danish Parliament (unfortunately only Danish text): <http://www.rigsrevisionen.dk/bagved-revisionen/opfoelgning-paa-beretninger/> Bekendtgørelse af lov om statsrevisorerne – Consolidating Act on The Public Accounts Committee: <https://www.retsinformation.dk/Forms/R0710.aspx?id=84925>

[Voltar ao Resumo do País](#)

## Eslováquia

### **Eslováquia - Questão 1**

1 - (In the process of parliamentary appreciation of the General State Accounts, what is the relation between the Court of Auditors and the Parliament? Does any member of the Court of Auditors address to the Plenary in a Session? If so, does this hearing take place before the vote of the State Account or also after the voting procedure?)

**Reply:** The State Final Account is a report on the budgetary management of the Slovak Republic, which contains the results of the budgetary management of the public administration bodies for the respective financial year. In Slovakia (Act No. 523/2004 Coll. on Budgetary rules for the public administration as amended) is the procedure as follows:

- The Ministry of Finance prepares and consolidates the State Final Account.
- The draft of the State Final Account shall be submitted by the Ministry of Finance to the Government not later than 30 April of the following year.
- The Government will submit its approved draft State Final Account to the National Council of the Slovak Republic and the Supreme Audit Office of the Slovak Republic by 20 May.
- The Supreme Audit Office shall submit its opinion on the proposal of the State Final Account of the Slovak Republic to the National Council within 30 days following the Government's decision (According to the Act No 39/1993 Coll. of Laws on the Supreme Audit Office of the Slovak Republic as amended).
- The Minister of Finance (or other representative of the Ministry of Finance) represents the Government in the Financial and Budgetary Committee and at the Plenary session regarding to the State Final Account.
- The Supreme Audit Office (SAO) representatives - usually the SAO's President - represents the Supreme Audit Office at the Financial and Budgetary Committee.
- A member of the Supreme Audit Office does not address to the Plenary in a Session regarding the State Final Account.
- The National Council adopts a resolution, that it acknowledges the State Final Account.

[Voltar ao Resumo do País](#)

### **Eslováquia - Questão 2**

2 – (What are the internal procedures in Parliament before a final debate and vote procedure? Is the Budget Committee involved? Are there inputs from other committees? If so, in which terms? Please describe the terms and procedures.)

**Reply:** There is no special procedure regarding the debates on the State Final Account, the most reasonable and most appropriate procedure is applied. The Ministry of Finance prepares and submits the State Final Account to the Parliament. The National Council of the Slovak Republic discusses the Supreme Audit Office's

opinion on the State Final Account. The Financial and Budgetary Committee is the responsible committee for budgetary issues, so, the Financial and Budgetary Committee focuses not only on discussing the draft State Budget but also on the State Final Account. The final accounts of the individual budget chapters are discussed also in the relevant specialized Committees (e.g. final account of the Ministry of Health is discussed also in the Committee on Health Care etc.). The representatives of individual chapter's administrators take part in the discussion at the Committees. The Plenary session can either approve the State Final Account, or adopt other resolution. Usually Plenary Session of the National Council adopts resolution that it acknowledges the State Final Account.

[Voltar ao Resumo do País](#)

### **Eslováquia - Questão 3**

*3 - (Are there any follow-up events after the final approval of the Accounts, namely concerning the recommendations of the Court of Auditors? (e.g. the government responding to parliament in written/in a hearing about the fulfilment or not of the recommendations issued by the Court of Auditors)).*

**Reply:** There is no follow-up procedure concerning the recommendations of the The Supreme Audit Office.

[Voltar ao Resumo do País](#)

## Eslovénia

### **Eslovénia - Questão 1**

1 - (In the process of parliamentary appreciation of the General State Accounts, what is the relation between the Court of Auditors and the Parliament? Does any member of the Court of Auditors address to the Plenary in a Session? If so, does this hearing take place before the vote of the State Account or also after the voting procedure?)

**Reply:** In accordance with Article 97 of the Public Finance Act, the Government must submit the proposal of the annual financial statement to the Court of Audit of the Republic of Slovenia no later than by 31 March of the current year. The Court of Audit reviews the proposal of the annual financial statement and delivers its opinion in the audit report. Moreover, the Court of Audit issues the Government recommendations for remedial action which it should take into account when drafting the final annual financial statement (such recommendations for remedial action are generally rejected by the Government). Under the Public Finance Act, the Government must, no later than by 1 October of the current year, submit a proposal of the annual financial statement to the National Assembly, together with the final audit report and explanations for the rejection of individual audit recommendations of remedial actions. During consideration of the proposal of the annual financial statement in the National Assembly, the members and associates of the Court of Audit participate in the meetings of the Commission for Public Finance Control which discusses the proposal for annual financial statement prior to consideration at the plenary session of the National Assembly. The representatives of the Court of Audit do not participate in the National Assembly's plenary session.

[Voltar ao Resumo do País](#)

### **Eslovénia - Questão 2**

2 – (What are the internal procedures in Parliament before a final debate and vote procedure? Is the Budget Committee involved? Are there inputs from other committees? If so, in which terms? Please describe the terms and procedures.)

**Reply:** As already indicated above, the proposal of the annual financial statement is first discussed by the Commission for Public Finance Control, that is before the debate in the National Assembly, which prepares for the plenary a report proposing that the annual financial statement be adopted. Other parliamentary working bodies may also discuss the annual financial statement and deliver their opinion, but it is not necessary (this has not been a customary practice).

At the plenary session, first a representative of the Government presents an explanation and then the representative of the Commission for Public Finance Control presents a report thereon. The National Assembly votes on the annual financial statement in its entirety.

No specific deadlines are envisaged for the discussion of the annual financial statement, however, it is generally adopted in November or December of the current year for the past year.



[Voltar ao Resumo do País](#)

### **Eslovénia – Questão 3**

*3 - (Are there any follow-up events after the final approval of the Accounts, namely concerning the recommendations of the Court of Auditors? (e.g. the government responding to parliament in written/in a hearing about the fulfilment or not of the recommendations issued by the Court of Auditors)).*

**Reply:** In the audit report on the proposal for annual financial statement, the Court of Audit specifies the remedial actions that the entities audited (government, ministries, public agencies, public institutions) must carry out upon receipt of the audit report. On the basis of these requirements, the audited entities indicate in their response report the actions they have taken and the Court of Audit evaluates them in the post-audit report. The Court of Audit forwards to the National Assembly and the entities audited a post-audit report indicating the irregularities, remedial actions by the audited entities and the assessment of these actions. The procedure from issuing the audit report to the Court of Audit's report on audits can last up to one year. Hence, the annual financial statement of the budget is adopted earlier than the final audit of the Court of Audit. The Commission for Public Finance Control may consider the post-audit report and also adopt additional decisions to oblige the audited entities to implement remedial actions.

[Voltar ao Resumo do País](#)

## Estónia (EE)

### ***Estónia - Questão 1***

*1 - (In the process of parliamentary appreciation of the General State Accounts, what is the relation between the Court of Auditors and the Parliament? Does any member of the Court of Auditors address to the Plenary in a Session? If so, does this hearing take place before the vote of the State Account or also after the voting procedure?)*

**Reply:** Pursuant to the [State budget Act of Estonia \(p.79\)](#), The Ministry of Finance shall submit the consolidated annual report of the state to the National Audit Office not later than by 30 June of the year following the accounting year. The report submitted to the National Audit Office published on the website of the Ministry of Finance immediately after the submission of the report. In the course of an audit, the Ministry of Finance may correct and amend the report.

The National Audit Office shall complete the audit of the annual accounts of the consolidated annual report of the state and the verification of the lawfulness of the transactions not later than by 31 August of the year following the accounting year.

The Ministry of Finance shall submit the consolidated annual report of the state together with a draft resolution regarding the distribution of the state unconsolidated cash flow surplus and the audit report of the National Audit Office published with regard to the audit of the annual accounts of the consolidated annual report of the state and the verification of the lawfulness of the transactions to the Government of the Republic for approval within seven working days as of the receipt of the report from the National Audit Office and publish the report on its website immediately after the submission to the Government of the Republic. The Government of the Republic shall submit the approved consolidated annual report of the state to the Riigikogu for approval together with a draft resolution regarding the distribution of the state unconsolidated cash flow surplus. The audit report of the National Audit Office enclosed to the consolidated annual report of the state.

A resolution regarding the distribution of the state unconsolidated cash flow surplus shall be prepared pursuant to the provisions of the Accounting Act.

[Voltar ao Resumo do País](#)

### ***Estónia - Questão 2***

*2 – (What are the internal procedures in Parliament before a final debate and vote procedure? Is the Budget Committee involved? Are there inputs from other committees? If so, in which terms? Please describe the terms and procedures.)*

**Reply:** The State Budget Control Select Committee is a committee of the Riigikogu which monitors, in cooperation with the National Audit Office, the Government of the Republic that the state budget implemented

and the state assets and budget funds used economically, expediently and lawfully. Once a year the Committee reports on its activities to the Riigikogu. **Therefore**, The State Budget Control Select Committee of the Riigikogu is the leading committee in the process of reviewing and adopting consolidated annual report. The IX Riigikogu formed the State Budget Control Select Committee in 2004 on the initiative of the National Audit Office.

The State Budget Control Committee:

- Reviews the consolidated annual report of the state and the audit report on it
- Deals with the issues concerning the auditing of the public sector
- Discusses the audit reports and overviews of the National Audit Office and important issues raised by the Auditor General
- Informs the National Audit Office about the problems communicated to members of the Committee by officials and private persons
- Forms a position on cases of obstruction of the activities of the National Audit Office on the basis of the information received from the National Audit Office

In general, there is quite a small input from other committees, except finance committee. It has become an established practice that representatives of the National Audit Office participate in the sittings of the Select Committee. In addition, secretaries general, deputy secretaries general and other officials of ministries connected with the field of auditing and, if necessary, also ministers and private persons involved in the matter are invited. Preliminary information on the topics and the time of the sittings, the guests invited to the sittings, and presentations is available on the homepage of the Committee. After public discussions, the verbatim record published and, if necessary, press releases issued.

It is important to achieve political consensus regarding the use of the state budget funds. Therefore, it has become a good practice for the Select Committee to make its decisions by consensus.

[Voltar ao Resumo do País](#)

### **Estónia - Questão 3**

*3 - (Are there any follow-up events after the final approval of the Accounts, namely concerning the recommendations of the Court of Auditors? (e.g. the government responding to parliament in written/in a hearing about the fulfilment or not of the recommendations issued by the Court of Auditors)).*

**Reply:** State Budget Control Select Committee (in closed cooperation with Finance Committee) reviews the reports and provides a summary report on them in plenary session of the Riigikogu analysing positive and negative aspects of the implementation of the budgets.

[Voltar ao Resumo do País](#)

## Finlândia

### **Finlândia - Questão 1**

1 - (In the process of parliamentary appreciation of the General State Accounts, what is the relation between the Court of Auditors and the Parliament? Does any member of the Court of Auditors address to the Plenary in a Session? If so, does this hearing take place before the vote of the State Account or also after the voting procedure?)

**Reply:** In Finland we do not have Court of Auditors. Instead the National Audit Office of Finland audits the State annual accounts. The National Audit Office prepares a separate report for Parliament on its audit of the State annual accounts.

State annual accounts are a part of the Government annual accounts. Government annual accounts are submitted to the Parliament in the form of a report.

The officials of the National Audit Office do not address the plenary session.

[Voltar ao Resumo do País](#)

### **Finlândia - Questão 2**

2 – (What are the internal procedures in Parliament before a final debate and vote procedure? Is the Budget Committee involved? Are there inputs from other committees? If so, in which terms? Please describe the terms and procedures.)

**Reply:** ...

[Voltar ao Resumo do País](#)

### **Finlândia - Questão 3**

3 - (Are there any follow-up events after the final approval of the Accounts, namely concerning the recommendations of the Court of Auditors? (e.g. the government responding to parliament in written/in a hearing about the fulfilment or not of the recommendations issued by the Court of Auditors)).

**Reply:** When the Government annual accounts and the report issued on them by the National Audit Office have been submitted to Parliament, they will be subjected to a parliamentary debate in the plenary session. After this both reports are submitted to the Audit Committee. The other committees are required to submit a statement on the Government annual accounts to the Audit Committee. The Audit Committee processes the Government annual accounts and the report issued on them by the National Audit Office together and the Audit Committee prepares a combined report on both of them.

The Audit Committee hear experts and select certain parts of said reports for more detailed processing. The statements of other committees will also be taken into account in the processing of the matter.

The Audit Committee's report usually submits certain position statements to the plenary session of Parliament for adoption. In the position statements, the Government is required to take action in respect of the matter under review.

Additionally, the Audit Committee also takes a stand as to whether the Government actions taken in response to the position statements previously adopted by Parliament can be deemed sufficient or whether the Government should continue reporting on them in the next year's accounts. If the actions taken are deemed sufficient in regard of a specific position statement, the position statement concerned will be removed.

The Audit Committee's proposed decision, completed with the position statements included in it, is submitted to the plenary session of Parliament for processing. The plenary session will then decide whether or not it will adopt the Audit Committee's proposed decision.

In practice, the Audit Committee's proposed decisions have always been adopted by the plenary session of Parliament. To date, the Audit Committee's reports have always been unanimous. The procedure has made it possible that the Committee's proposal is unanimously adopted by the plenary session of Parliament as well.

[Voltar ao Resumo do País](#)

## França

### **França - Questão 1**

1 - (In the process of parliamentary appreciation of the General State Accounts, what is the relation between the Court of Auditors and the Parliament? Does any member of the Court of Auditors address to the Plenary in a Session? If so, does this hearing take place before the vote of the State Account or also after the voting procedure?)

**Reply:** The French Court of auditors doesn't intervene in the procedure for adoption of the financial law, it only certify and publish a statement of account of the past year state's budget. The Supreme Court, the state council and the Public finances High Council are the only institutions allowed to intervene before and during the procedure, following specific referral rules.

[Voltar ao Resumo do País](#)

### **França - Questão 2**

2 – (What are the internal procedures in Parliament before a final debate and vote procedure? Is the Budget Committee involved? Are there inputs from other committees? If so, in which terms? Please describe the terms and procedures.)

**Reply:** The finance committee of both assemblies is the competent committee to examine the financial draft bill. The general rapporteur is competent to amend the draft bill. The special rapporteurs are responsible for examining the credits granted for missions. The others commissions are asked for opinions only, they can't amend the text.

[Voltar ao Resumo do País](#)

### **França - Questão 3**

3 - (Are there any follow-up events after the final approval of the Accounts, namely concerning the recommendations of the Court of Auditors? (e.g. the government responding to parliament in written/in a hearing about the fulfilment or not of the recommendations issued by the Court of Auditors)).

**Reply:** There is no follow-up event after the final approval of the Accounts other than the statement of account published by the Court of Auditors.

**1 – Les relations entre le Conseil constitutionnel, le Conseil d'Etat et le Haut Conseil des Finances Publiques (HCFP) et le parlement au cours de la procédure d'adoption de la loi de finances initiale**

Il n'y a pas de juridiction équivalente au « *Tribunal des Comptes* » et possédant de telles prérogatives concernant la loi de finances en France (la cour des comptes n'intervient que pour établir un bilan du budget de l'Etat). La loi de finances fait l'objet de 3 saisines d'institutions différentes : le conseil constitutionnel, le Conseil d'Etat et le Haut Conseil des Finances Publiques.

La loi de finances initiale peut faire l'objet d'une saisine du conseil constitutionnel qui est le garant de la constitutionnalité des lois de manière générale. Les conseillers rendent leur décision pendant la procédure d'adoption de la loi de finances et doit être respectée par le gouvernement. Elle ne s'adresse pas au parlement, mais au gouvernement, ce qui explique l'absence d'audition organisée en plénière devant les deux chambres françaises. Le projet de loi de finances est une loi qui est soumise au contrôle constitutionnel selon la procédure réservée aux lois ordinaires. Elle peut donc être soumise au Conseil Constitutionnel par la saisine du président de l'Assemblée, du président du Sénat ou par 60 députés ou 60 sénateurs.

La loi de finances est également soumise au Haut Conseil des Finances Publiques et au Conseil d'Etat au préalable de son envoi à l'Assemblée pour discussion. Le Haut Conseil est chargé de rendre un avis sur les prévisions macroéconomiques du gouvernement. Pour cela, il est saisi pour avis par le parlement au préalable de la présentation du projet de loi devant l'assemblée. Il rend également un avis sur les modifications de la position du gouvernement au cours du débat parlementaire. Le HCFP doit s'exprimer sur les écarts importants en exécution par rapport à cette trajectoire des finances publiques et doit s'exprimer publiquement sur la nécessité ou non d'enclencher une procédure de correction. Pour chacun des avis rendus par le Haut Conseil, les commissions des finances de l'Assemblée et du Sénat peuvent procéder à l'audition de son président, qui est le Premier président de la Cour des comptes.

Le Conseil d'Etat est saisi pour avis également au préalable de l'examen de la loi par l'assemblée et le Sénat. Il rend un avis sur le projet de loi qui ne lie pas le gouvernement. La saisine du Conseil d'Etat est toutefois obligatoire.

La cour des comptes n'intervient pas dans la procédure de vote de la loi de finances. Elle n'intervient que pour certifier les comptes et de l'Etat et publie un rapport sur le budget de l'Etat de l'année passée.

## **2 – La procédure interne du parlement pour l'adoption de la loi de finances initiale**

La procédure interne est commune aux deux assemblées. Le Parlement est, depuis 1996, associé à la préparation du projet de loi de finances dans le cadre d'un débat d'orientation des finances publiques qui a lieu au mois de juillet en principe après la discussion en première lecture du projet de loi de règlement de l'exercice précédent. Ce débat s'engage sur la base d'un rapport du Gouvernement sur l'évolution de l'économie nationale et sur les orientations des finances publiques.

Pour préparer ce débat, la commission des finances de l'Assemblée nationale procède à l'audition du Premier président de la Cour des comptes, qui vient présenter le rapport de celle-ci, publié à cette occasion, sur la situation et les perspectives des finances publiques. Elle publie également un rapport d'information préparatoire au débat d'orientation, sous la signature de son rapporteur général.

La loi organique prévoit le renvoi du projet de loi de finances à la commission des finances qui est compétente au fond.

### **Le rôle prédominant de la commission des finances**

L'implication de la commission s'exerce d'abord par l'intermédiaire du rapporteur général puis des rapporteurs spéciaux.

#### **Le rôle du rapporteur général**

Le rapport général sur le projet de loi de finances de l'année lui est automatiquement confié – de même que le rapport sur les projets de loi de finances rectificatives, de règlement ou de programmation des finances publiques. Le rapporteur général examine l'ensemble des dispositions de la première partie ainsi que les articles non rattachés de la seconde. Dans ce cadre, il propose à la commission des amendements les concernant et est chargé de défendre les positions de la commission en séance publique sur l'ensemble des amendements déposés.

Pour la première lecture du projet de loi de finances, le rapport général établi par le rapporteur général est composé de trois tomes : le tome I est consacré à une analyse globale du budget replacé dans son contexte économique et financier ; le tome II comprend les commentaires des dispositions de la première partie du projet de loi de finances ; le tome III comprend les commentaires des articles non rattachés de la seconde partie.

#### **Le rôle des rapporteurs spéciaux**

L'examen détaillé des crédits est assuré par les rapporteurs spéciaux auxquels la loi organique accorde des pouvoirs d'investigation sur pièces et sur place et un droit de communication des renseignements et documents d'ordre financier et administratif (sous réserve des sujets couverts par le secret en matière de défense nationale, de sécurité intérieure ou extérieure de l'État et par le secret de l'instruction judiciaire).

Chaque rapporteur spécial est chargé de l'examen des crédits d'une mission, ou dans certains cas, d'un ou plusieurs programmes d'une même mission. Le cas échéant, son rapport spécial présente également le ou les articles du projet de loi de finances qui sont rattachés à la mission dont il est chargé.

### **Le rôle des autres commissions permanentes**

Les autres commissions permanentes sont saisies de la seconde partie de la loi de finances par l'intermédiaire de leurs rapporteurs pour avis chargés de l'examen des missions (pour tout ou partie) relevant de leurs domaines de compétences. Il convient de noter que, lors de l'examen des derniers projets de loi de finances, certaines commissions se sont également saisies de la première partie.

### **Discussion de la première partie de la loi de finances**



Lors de l'examen en commission des finances, c'est le rapporteur général qui joue le rôle essentiel, proposant ses propres amendements et donnant son avis sur ceux déposés par les autres membres de la commission. La commission n'adopte que des amendements et n'établit donc pas un texte qui servirait de base à la discussion en séance publique.

La discussion s'ouvre par une discussion générale au cours de laquelle interviennent le Gouvernement, le rapporteur général et le président de la commission des finances, les porte-parole des groupes et les députés inscrits. La deuxième partie de la loi ne peut être soumise à discussion avant la fin de la discussion sur la première partie de la loi de finances initiale.

### **Discussion de la deuxième partie.**

Des commissions élargies se tiennent avant le débat en séance publique des crédits. Il s'agit de réunions communes de la commission des finances et de la ou des commissions saisies pour avis, en présence du Gouvernement et dans des conditions de publicité analogues à celles de la séance publique. Ces commissions élargies sont l'occasion pour les rapporteurs et les députés d'interroger le ou les ministres sur les crédits de leur mission.

À l'issue des commissions élargies, les commissions concernées tiennent une courte réunion, afin de se prononcer sur les crédits des missions et les éventuels articles rattachés et statuer sur les éventuels amendements déposés par leurs membres.

À l'issue de la discussion des missions, l'Assemblée nationale et le Sénat examinent les articles non rattachés de la deuxième partie du projet de loi de finances, les articles dits de récapitulation, et procède au vote solennel sur l'ensemble du projet de loi.

La procédure accélérée s'appliquant de droit, le projet de loi de finances fait l'objet d'une seule lecture par chaque assemblée, avant que le Gouvernement ne provoque la constitution d'une commission mixte paritaire (CMP) chargée d'examiner les dispositions du texte restant en discussion. La procédure postérieure à la réunion de la CMP est la procédure normale applicable à tous les projets de loi.<sup>22</sup>

### **3 – Suivi des remarques faites par les institutions**

La loi ne peut être promulguée qu'une fois l'avis du Conseil constitutionnel rendu, et le texte de loi publié au Journal officiel doit tenir compte des remarques formulées par le Conseil constitutionnel, via la suppression pure et simple des articles ou parties d'articles qu'il a jugé inconstitutionnels. Il n'y a toutefois pas de procédure particulière pour la prise en compte des remarques du conseil

<sup>22</sup> Pour l'ensemble de la deuxième question, voir : <http://www2.assemblee-nationale.fr/decouvrir-l-assemblee/role-et-pouvoirs-de-l-assemblee-nationale/les-fonctions-de-l-assemblee-nationale/les-fonctions-legislatives/l-examen-parlementaire-des-lois-de-finances> pour l'assemblée nationale, et [https://www.senat.fr/role/fiche/loi\\_fin.html](https://www.senat.fr/role/fiche/loi_fin.html) pour le Sénat.

constitutionnel, du Conseil d'Etat ou du HCFP dans la procédure d'adoption de la loi de finances initiale.

Une loi de règlement est adoptée en juin de l'année suivant la mise en place de la loi de finances initiale. La loi de règlement a principalement pour objet d'arrêter le montant définitif des recettes et des dépenses du budget auquel elle se rapporte et le résultat budgétaire qui en découle.

Enfin la Cour des comptes certifie tous les ans les comptes de l'Etat et publie un rapport sur le budget de l'Etat de l'année passée.

[Voltar ao Resumo do País](#)

## Geórgia

### Geórgia - Questão 1 / 2 / 3

1 - (In the process of parliamentary appreciation of the General State Accounts, what is the relation between the Court of Auditors and the Parliament? Does any member of the Court of Auditors address to the Plenary in a Session? If so, does this hearing take place before the vote of the State Account or also after the voting procedure?)

2 - (What are the internal procedures in Parliament before a final debate and vote procedure? Is the Budget Committee involved? Are there inputs from other committees? If so, in which terms? Please describe the terms and procedures?)

3 - (Are there any follow-up events after the final approval of the Accounts, namely concerning the recommendations of the Court of Auditors? (e.g. the government responding to parliament in written/in a hearing about the fulfilment or not of the recommendations issued by the Court of Auditors)).

**Reply:** Drafting, consideration and adoption of the draft law on the State Budget are conducted according to the Budgetary Code of Georgia and Rules of Procedure of the Parliament of Georgia.

The Financial-Budgetary Committee organizes the consideration and coordination of the main data and directions of main macroeconomic forecasts and the basic directions of Georgian Ministries.

Not later than October 1 Government of Georgia submits to Parliament a draft law on the State Budget with the materials determined by the legislation (including, report on the implementation of the current year state budget) and Country's Basic Dimensions and Directions document, which is in compliance with the budget draft.

The draft law on the State Budget, report of the Government of Georgia on the execution of the current year state budget and Country's Basic Dimensions and Directions document, which is in compliance with the budget draft as well as the schedule of their consideration on the next day after it is drafted are sent to the committees, factions, the Majority, the Minority, to independent MPs, Legal Department of the Parliament also the National Bank of Georgia and the State Audit Office.

2 days prior to the concluding sitting of the Financial-Budgetary Committee, the State Audit Office submits to Parliament the conclusion on the draft law on the State Budget and reasonability and legality of incomes and payables considered by this draft, also the report of government on executing the budget of the current year.

During the Committee hearings, the draft law on the State Budget, the report of the Government of Georgia on executing the budget of the current year and Country's Basic Dimensions and Directions document, which is in compliance with the budget shall be presented jointly by the Minister of Finance or his/her Deputy Minister and the relevant Ministry or his/her Deputy. The Auditor General or his/her representative attends this discussion.

Not later than October 20 the Financial-Budgetary Committee presents to the Chair of the Parliament the conclusions of other committees, factions, the Majority, the Minority, the independent MPs, the Legal Department of Office of the Parliament, also the National Bank of Georgia and the State Audit Office. Within two days, but not later than October 22 after the Financial-Budgetary Committee presents the conclusions on the draft law on the State Budget to the Chair (Speaker) of the Parliament, the Chair sends to the Government of Georgia. The remarks made on the Country's Basic Dimensions and Directions document, which is in compliance with the budget, for the three post-planned years shall be regarded as recommendations.

The Government of Georgia not later than November 5 shall submit to the Parliament of Georgia the revised versions of the draft state budget (each page of the revised draft has to be authorized by responsible person) and the Basic Dimensions and Directions document for the consideration.

The revised versions of the draft state budget and the Basic Dimensions and Directions document 2 days after being submitted to the Parliament of Georgia are transferred to the committees, factions, the Majority, the Minority, the independent MPs, the Legal Department of Office of the Parliament, also the National Bank of Georgia and the State Audit Office. The draft law on the State Budget is discussed at the plenary sitting of the Parliament by one hearing.

The Prime Minister of Georgia or any member(s) of the Government of Georgia being authorized by the relevant order of the Prime Minister present the draft law on the State Budget and the report on fulfillment of the State Budget of the current year at the plenary sitting of the Parliament.

The State Audit Office, 1 day prior to the plenary sitting of the Parliament, submits to the Parliament the conclusion on the revised draft law on the State Budget and reasonability and legality of incomes and payables considered by this draft, also the report of government on executing the budget of the current year.

Speeches on the draft law on the State Budget for not more than 20 minutes are made by:

- a) The President of the National Bank, who presents the conclusion on the main parameters of the revised draft law on the State Budget;
- b) The Auditor General, who presents the conclusion on the revised draft law on the State Budget and reasonability and legality of incomes and payables considered by this draft, also report on and the report of government on executing the budget of the current year;

c) Representatives of the committee presenting the conclusions of these committees on the draft budget.

Parliament adopts the draft law on the State Budget by the majority of votes of enlisted members. The draft shall be put to the vote not later than third Friday of December.

The Government shall submit to the Parliament a report on the implementation of the state Budget for approval as soon as the information is received that the State Audit Office finalized preparation of its statement on the aforementioned report, but not later than 5 months after the completion of the fiscal year. The Office of the Parliament shall send the report on the implementation of the State Budget to the National Bank of Georgia in line with the rule established by this Rules of Procedures.

The State Audit Office shall submit to the Parliament a statement on the report of the Government of Georgia on implementation of the State Budget within 45 days from presenting the report by the Government to the State Audit Office.

The report on the implementation of the State Budget and the statement on this report by the State Audit Office shall be considered by:

- a) Committees, as a rule according to their mandate;
- b) Factions, Majority, Minority and the independent MPs.

The Parliament shall discuss the report on the implementation of the State Budget and the statement on this report by the State Audit Office no later than the end of the spring session.

The Budget Office of the Parliament shall submit copies of the report on the implementation of the State Budget and the statement on this report by the State Audit Office to the Financial-Budgetary committee, other committees, factions, Majority, Minority, and independent MPs no later than 3 days from submission of these documents. The Financial-Budgetary Committee shall make the schedule of discussion of the reports on implementation of the State Budget within 2 days from receiving the report on the implementation of the State Budget and the statement on this report by the State Audit Office and send the schedule to the parliamentary committees, factions, the majority, the minority, as well as to the Government of Georgia, the State Audit Office and the National Bank of Georgia. The Financial-Budgetary Committee and other committees shall discuss the report on the implementation of the State Budget and the statement on this report by the State Audit Office, as a general rule within their mandate, within 2 weeks and prepare their conclusions.

Conclusions of the Financial-Budgetary Committee, other committees, factions, the majority and minority shall be submitted to the plenary sitting. The Parliament shall adopt a resolution on annual report on implementation of the State Budget after discussion of the report on the implementation of the State Budget and the statement on this report by the State Audit Office, conclusions of the parliamentary committees, factions, the majority and the minority and completion of the parliamentary discussion according to the rules on the first hearing for draft laws set for by the Rules of Procedure. The Parliament shall approve an annual report on the implementation of the State Budget if it accurately and fully reflects volume of the budgetary incomes and payables and their legality of the previous fiscal year. Otherwise, the Parliament can reject to approve a report on the implementation of the State Budget. The Parliament shall adopt a resolution on approval or rejection of the State Budget before the end of the spring session.

[Voltar ao Resumo do País](#)

## Grécia

### **Grécia - Questão 1**

*1 - (In the process of parliamentary appreciation of the General State Accounts, what is the relation between the Court of Auditors and the Parliament? Does any member of the Court of Auditors address to the Plenary in a Session? If so, does this hearing take place before the vote of the State Account or also after the voting procedure?)*

**Reply:** According to paragraph 7 of article 79 of the Hellenic Constitution, as well as paragraph 1 of article 122 of the Standing Orders of the House, the financial statement and the general balance sheet of the State along with the accompanying report (of article 98§1 of the Constitution, division e') of the Court of Audit are introduced to the Parliament the latest within a year from the termination of the fiscal year and discussed within one (1) year following their submission to Parliament (article 122§4 of the Standing Orders). This would be at the latest by the end of November each year and before the introduction of State Budget for the forthcoming year as paragraph 2 of article 167 of Law 4270/2014 states.

According to paragraph 2 of article 122 of the Standing Orders of the House, the financial statement and the general balance sheet of the State are introduced to the Parliament by the Minister of Finance, distributed to MPs and referred for examination to the special Committee (i.e. Committee on the financial statement and the general balance sheet of the State and on the execution of the State Budget, article 98§1 division e' of the Constitution and article 31A'§1 subparagraph d of the Standing Orders).

The Court of Audits presents its Report to the aforementioned Committee and is represented by its President, as well as competent officials. According to article 31A'§1 of the Standing Orders, the Court of Audits presents its audit findings and provides clarifications on the report submitted to Parliament (of article 98§1 of the Constitution, division e'). The Court of Audits is not represented in the Plenary.

The special Committee examines the financial statement and the general balance sheet of the State and prepares the relevant report which is printed and distributed to MPs according to article 121§11 of the Standing Orders, i.e. at least three days before the commencement of the debate in the Plenary Session of the Parliament.

Pursuant to article 123§8 of the Standing Orders, the debate of the financial statement and the general balance sheet of the State in the Plenary is held in two sittings with the congruent application of article 107 (organized debate). The ratification of the financial statement and the general balance sheet of the State occurs just once per ministry and per special fund and is done exclusively by standing or raising hand.

[Voltar ao Resumo do País](#)

## Grécia - Questão 2

2 – (What are the internal procedures in Parliament before a final debate and vote procedure? Is the Budget Committee involved? Are there inputs from other committees? If so, in which terms? Please describe the terms and procedures.)

### Reply:

The Committee on the financial statement and the general balance sheet of the State and on the execution of the State Budget, is composed of 13 members of the Standing Committee of Economic Affairs and is supported in its work by the Scientific Service of the House (article 31A's1 of the Standing Orders of the House).

[Voltar ao Resumo do País](#)

## Grécia - Questão 3

3 - (Are there any follow-up events after the final approval of the Accounts, namely concerning the recommendations of the Court of Auditors? (e.g. the government responding to parliament in written/in a hearing about the fulfilment or not of the recommendations issued by the Court of Auditors)).

**Reply:** The Court of Auditors in its annual report exposes the outcome of its work with remarks on comparing revenues and expenses with the relevant laws and the exercise of his duties in general, as well as thoughts on reforms and improvements (article 67 of Law 4129/2013). It is not in its competences to make follow-up recommendations.

However, the Committee on the financial statement and the general balance sheet of the State and on the execution of the State Budget examines the financial statement and the general balance sheet of the State, as well as the process of the execution of the State budget (article 31A's1).

Once every three months the Minister of Finance and Economics is obliged to inform the Committee on the course of the execution of the State budget and on the management of public finances. Through the Speaker of Parliament, the Minister forwards to the Committee the monthly execution of the budget's revenues and expenditures.

For more information, you may also refer to the analytical response of 3663 request.

[Voltar ao Resumo do País](#)

## Holanda

### **Holanda - Questão 1**

1 - (In the process of parliamentary appreciation of the General State Accounts, what is the relation between the Court of Auditors and the Parliament? Does any member of the Court of Auditors address to the Plenary in a Session? If so, does this hearing take place before the vote of the State Account or also after the voting procedure?)

**Reply:** The Netherlands Court of Audit (*Algemene Rekenkamer*) audits the revenue and expenditure of central government. On the third Wednesday in May (Accountability Day) the Minister of Finance presents the central government's annual financial report to the House of Representatives. The President of the Netherlands Court of Audit presents a report to the House of Representatives, containing an assessment of the Government's policy over the past year and an appreciation (statement of approval) of the annual financial reports and the national accounts. The president of the Court of Audit addresses parliament.

In 2018 Accountability Day was on Wednesday May 16<sup>th</sup>.

Upon the presentation of the financial annual reports and the reports of the Netherlands Court of Audit the House of Representatives holds a plenary debate (*Verantwoordingsdebat*). MPs discuss with the minister of Finance and the Prime Minister the implementation of the various policy programmes, as well as the results and costs. A member of the Court of Audit is present at the debate, but does not address the House. In 2018 this debate was held on Wednesday May 23<sup>th</sup>.

The preparation, presentation, audits and approval of the budget laws and the annual government accounts in the Netherlands is regulated in the Government Accounts Act ([Comptabiliteitswet 2016](#)).

[Voltar ao Resumo do País](#)

### **Holanda - Questão 2**

2 – (What are the internal procedures in Parliament before a final debate and vote procedure? Is the Budget Committee involved? Are there inputs from other committees? If so, in which terms? Please describe the terms and procedures.)

**Reply:** The House of Representatives holds a plenary debate immediately following upon the presentation of the financial annual reports and the reports of the Netherlands Court of Audit (het Verantwoordingsdebat). MPs discuss with the minister of Finance and the Prime Minister the implementation of the various policy programmes, as well as the results and costs.

After the debate in the House, the Senate also discusses the annual reports, so the ministers must account to both chambers of the States General.

Separate from the plenary debate, the members of standing committees submit questions about the accounts, the reports and the audits of a specific department, to which the minister replies in writing. Some standing committees appoint one or more of their members as rapporteur to perform the preparatory work in the

committee. Committees may also submit questions to the Court of Audit. The preparation by the committee is followed by a debate in the committee with the minister or ministers involved. All this takes place during May and June.

Early in July the Standing Committee on Finance prepares a statement on the financial reports and sends it to the President of the House of Representatives. The committee advises the House to approve (or to disapprove) the annual financial reports and the national accounts. This statement is then put to a vote in plenary session. The House also votes on the final budgetary bills.

[Voltar ao Resumo do País](#)

### **Holanda - Questão 3**

*3 - (Are there any follow-up events after the final approval of the Accounts, namely concerning the recommendations of the Court of Auditors? (e.g. the government responding to parliament in written/in a hearing about the fulfilment or not of the recommendations issued by the Court of Auditors)).*

**Reply:** In the Netherlands there is no ex-post procedure regarding the fulfilment of the recommendations issued by the Court of Auditors.

[Voltar ao Resumo do País](#)



## Hungria

### **Hungria - Questão 1**

*1 - (In the process of parliamentary appreciation of the General State Accounts, what is the relation between the Court of Auditors and the Parliament? Does any member of the Court of Auditors address to the Plenary in a Session? If so, does this hearing take place before the vote of the State Account or also after the voting procedure?)*

**Reply:** The legal position of the State Audit Office –and consequentially its relation to the Parliament - is circumscribed by 4 main pillars, the Fundamental Law of Hungary, the Act the Act CXCV of 2011 on Public Finances, the Act LXVI of 2011 on the State Audit Office, and the Resolution 10/2014. (II. 24.) OGY on certain provisions of the Rules of Procedure (hereinafter: Rules of Procedure). Essentially, the State Audit Office (SAO) shall be answerable to the Parliament in the Hungarian system, both in plenary and committee sessions. These duties are mainly dealt by the President of the State Audit Office acting on behalf of the SAO vis-a-vis the relevant legislative bodies.

The Government shall introduce a legislative proposal each year consisting of the implementation of the central budget act of the previous financial year. Before this legislative proposal is launched, the content of the draft shall be thoroughly examined by the SAO, which findings are compressed into a single report on the execution of the budget, as well as the appreciation of the General State Accounts. The parliamentary hearings are held before the final voting procedures.

[Voltar ao Resumo do País](#)

### **Hungria - Questão 2**

*2 – (What are the internal procedures in Parliament before a final debate and vote procedure? Is the Budget Committee involved? Are there inputs from other committees? If so, in which terms? Please describe the terms and procedures.)*

**Reply:** As it is laid down by Section 84 of the Rules of Procedure the reports introduced by the President of the SAO shall be deliberated on by the Parliament in the frame of a general debate. The reports shall be assigned to at least one committee by the Speaker for the thorough examination of the reports finalized this procedure by a proposal for resolution on the adoption of the report by the Parliament. In case of the the deliberation of the bill on the implementation of the central budget act and the report of the SAO on the appreciation of the General State Accounts, these proposals are usually considered jointly in the Parliament. In the Hungarian system one of the committees dealing with economic issues-Committee on Budget, Committee on Economics- are usually assigned to participate in this work.

[Voltar ao Resumo do País](#)

### **Hungria - Questão 3**

3 - *(Are there any follow-up events after the final approval of the Accounts, namely concerning the recommendations of the Court of Auditors? (e.g. the government responding to parliament in written/in a hearing about the fulfilment or not of the recommendations issued by the Court of Auditors)).*

**Reply:** Formally, there is no such a follow-up event, nevertheless, the parliamentarians are empowered to utilize a wide range of political tools in order to take control over the government. In this cycle, they may launch interpellations, questions, prompt questions, requests for committee hearings, etc. All of these measures may concern recommendations of the SAO, if there is any in relation to the appreciation of the General State Accounts, the execution of the budget act, or any issues concomitant to this field.

[Voltar ao Resumo do País](#)

## Islândia

### **Islândia - Questão 1**

1 - (In the process of parliamentary appreciation of the General State Accounts, what is the relation between the Court of Auditors and the Parliament? Does any member of the Court of Auditors address to the Plenary in a Session? If so, does this hearing take place before the vote of the State Account or also after the voting procedure?)

**Reply:** Iceland does not have a court of auditors. The Annual Accounts of the Central Government of Iceland are compiled and issued by the Financial Management Authority, an agency under the Ministry of Finance and Economic Affairs. The Accounts are audited by the National Audit Office, which is an independent agency under the auspices of the Parliament. Annually the Office submits to the Parliament a report, containing the results of the audit of the Annual Accounts and the financial statements of state agencies. The Office does make remarks on the Accounts, pointing out improvements which could be made in the preparation of financial statements and in the actual financial management of the State.

[Voltar ao Resumo do País](#)

### **Islândia - Questão 2**

2 – (What are the internal procedures in Parliament before a final debate and vote procedure? Is the Budget Committee involved? Are there inputs from other committees? If so, in which terms? Please describe the terms and procedures.)

**Reply:** The report of the National Audit Office is referred to the Budget Committee, which is responsible for oversight of the implementation of the State Budget Act. The Secretariat of the Committee looks into the remarks of the Office, gathers information and seeks opinions from state agencies and other Standing Committees. Finally a committee opinion is written and submitted to the Parliament. The opinion is not adopted by a motion or in other way. There are not any provisions on its formal conclusion in the Parliament's Standing Orders.

[Voltar ao Resumo do País](#)

### **Islândia - Questão 3**

3 - (Are there any follow-up events after the final approval of the Accounts, namely concerning the recommendations of the Court of Auditors? (e.g. the government responding to parliament in written/in a hearing about the fulfilment or not of the recommendations issued by the Court of Auditors)).

**Reply:** In next October the Minister of Finance and Economic Affairs will table a bill on the adoption of the National Accounts in accordance with article 58 of the Public Finance Act No. 123/2015. In the period 1879-1999 the Parliament did regularly pass law on the adoption of National Accounts for a fiscal year, sometimes a few years later. Since the year 2000 the Parliament has annually passed law on the final budget outcome for a fiscal year, in which real allocations according to the Annual Accounts have been listed.

[Voltar ao Resumo do País](#)

## Israel

### **Israel - Questão 1 / 2 / 3**

1 - (Are there any follow-up events after the final approval of the Accounts, namely concerning the recommendations of the Court of Auditors? (e.g. the government responding to parliament in written/in a hearing about the fulfilment or not of the recommendations issued by the Court of Auditors)).

2 – (What are the internal procedures in Parliament before a final debate and vote procedure? Is the Budget Committee involved? Are there inputs from other committees? If so, in which terms? Please describe the terms and procedures.)

3 - (Are there any follow-up events after the final approval of the Accounts, namely concerning the recommendations of the Court of Auditors? (e.g. the government responding to parliament in written/in a hearing about the fulfilment or not of the recommendations issued by the Court of Auditors)).

**Reply:** In Israel, according to **the Budget Principles Law**, the Minister of Finance is obligated to submit an annual report to the Knesset (parliament) up to six months following the fiscal year, including data regarding the budget execution, but there is no mandatory obligation of approving it by parliament.

As far as we know, parliament does not enforce the submission of the report.

In practice, the State General Accountant publishes an annual report, in some cases later than six months following the fiscal year.

In Israel, there is no Court of Auditors, but according to **the State Comptroller Law** the Minister of Finance must submit an annual report to the state comptroller regarding the previous fiscal year. In some cases, the Comptroller's Annual Reports include insights regarding fundamental budgetary issues, but not a detailed examination of the budget execution numbers.

I hope this is of assistance.

[Voltar ao Resumo do País](#)

## Itália

### **Itália - Questão 1**

1 - (In the process of parliamentary appreciation of the General State Accounts, what is the relation between the Court of Auditors and the Parliament? Does any member of the Court of Auditors address to the Plenary in a Session? If so, does this hearing take place before the vote of the State Account or also after the voting procedure?)

**Reply:** According to article 39 of the Royal decree 12 July 1934 n. 1214, each fiscal year the Court of Auditors issues a judgment of equalization (*giudizio di parificazione*) by which it verifies that the *ex post* balance sheet of the State corresponds to the *ex ante* budget. No member of the Court of Auditors addresses the Plenary in a Session.

[Voltar ao Resumo do País](#)

### **Itália - Questão 2**

2 – (What are the internal procedures in Parliament before a final debate and vote procedure? Is the Budget Committee involved? Are there inputs from other committees? If so, in which terms? Please describe the terms and procedures.)

**Reply:** Before the final procedures, the Budget Committee receives inputs from the other permanent Committees. The Budget Service and the Research Service provide background documentation and an evaluation of Government provided cost estimates for each article. The Budget Committee examines and votes amendments to the budget bill. The Plenary then votes on the budget bill as approved by the Budget Committee.

[Voltar ao Resumo do País](#)

### **Itália - Questão 3**

3 - (Are there any follow-up events after the final approval of the Accounts, namely concerning the recommendations of the Court of Auditors? (e.g. the government responding to parliament in written/in a hearing about the fulfilment or not of the recommendations issued by the Court of Auditors)).

**Reply:** There is no ex-post procedure regarding the fulfilment of the recommendations issued by the Court of Auditors.

[Voltar ao Resumo do País](#)

## Jordânia

### **Jordânia - Questão 1**

1 - (In the process of parliamentary appreciation of the General State Accounts, what is the relation between the Court of Auditors and the Parliament? Does any member of the Court of Auditors address to the Plenary in a Session? If so, does this hearing take place before the vote of the State Account or also after the voting procedure?)

**Reply:** In the according with the Jordanian constitution (articles 112, paragraph a) the government must produce and present the general budget law and government units law to the Jordanian parliament, no later than month before the end of budget period. The government must produce final calculations until six months after the begging of the financial year. In according to the constitution (article 119) the court of auditors must produce the irregularities and responsibilities arising therefrom at the begging of each regular parliamentary session. According to the Chamber's rules of procedure, Audit Court and Ministry of Finance send audit reports to President of the Assembly of the Jordanian House of Representatives. Having received the General State Accounts, the President of the Assembly shall order their publication to the Members of the Assembly and the parliamentary groups. The General State Accounts shall then be referred to the Finance Committee for it to draw up a report. The opinions, as well as the technical analysis by the Technical Budget Support Unit and Financial Studies Department, are sent to the Finance Committee, which then draws up the final report and sends it to the President of the Assembly. The Plenary debate on the General State Accounts opens and closes with a speech from the Government and each Parliamentary group has the right to make a statement before the debate is closed. The final vote ends the procedure

[Voltar ao Resumo do País](#)

### **Jordânia - Questão 2**

2- (What are the internal procedures in Parliament before a final debate and vote procedure? Is the Budget Committee involved? Are there inputs from other committees? If so, in which terms? Please describe the terms and procedures.)

**Reply:** Before the final procedures, The Finance Committee should review the reports produced by the Court of Auditors. After the report had been discussed by the Finance Committee, it might also be discussed further in plenary meeting.

[Voltar ao Resumo do País](#)

### **Jordânia - Questão 3**

3 - (Are there any follow-up events after the final approval of the Accounts, namely concerning the recommendations of the Court of Auditors? (e.g. the government responding to parliament in written/in a hearing about the fulfilment or not of the recommendations issued by the Court of Auditors)).

**Reply:** There is no ex-post procedure regarding the fulfilment of the recommendations issued by Jordanian Parliament but Anti-Corruption Commission and Government submit to the parliament a report on the findings of the investigations conducted.

[Voltar ao Resumo do País](#)

## Letónia

### **Letónia - Questão 1**

*1 - (In the process of parliamentary appreciation of the General State Accounts, what is the relation between the Court of Auditors and the Parliament? Does any member of the Court of Auditors address to the Plenary in a Session? If so, does this hearing take place before the vote of the State Account or also after the voting procedure?)*

**Reply:** In accordance with the State Audit Office Law and Rules of Procedure of the Saeima. The State Audit Office shall each year provide an opinion for the Saeima regarding the financial year report submitted by the Minister for Finance concerning the implementation of the State budget and concerning the budgets of local governments (the financial state thereof). The State Audit Office shall also submit this opinion to the Ministry of Finance by 15 September of the financial year that follows the accounting year (...).

[Voltar ao Resumo do País](#)

### **Letónia - Questão 2**

*2 – (What are the internal procedures in Parliament before a final debate and vote procedure? Is the Budget Committee involved? Are there inputs from other committees? If so, in which terms? Please describe the terms and procedures.)*

**Reply:** Budget and Finance (Taxation) Committee is the leading committee in the process of reviewing and adopting the Budget law. Main co-operation partner from independent supervisors is the Fiscal Disciplinary Board. The Budget Law is being adopted in two readings. Proposals may be submitted to the second reading (according to the form prescribed by the decision of the Saeima). They are summarized, sent to the Cabinet of Ministers for an opinion and, after receiving the opinion, is considered by the Budget and Finance (Taxation) Committee. The meetings of the relevant commission are open and can be attended by all interested parties - proposers, ministries, representatives of NGOs. If necessary, the Budget Commission shall invite the relevant sectoral commission take part in the meeting.

After consideration by the commission, the summarized proposals accompanied by the opinion of the commission or alternative proposals are submitted to the Saeima sitting.

Before the final vote at the Saeima sitting, a debate can be held on each proposal. Both representatives of the government and members of parliament, on behalf of their faction or the relevant commission, take part in the debate. This is stipulated by the legislative procedure, determined by the Rules of Procedure of the Saeima.

[Voltar ao Resumo do País](#)

### **Letónia - Questão 3**

*(Are there any follow-up events after the final approval of the Accounts, namely concerning the recommendations of the Court of Auditors? (e.g. the government responding to parliament in written/in a hearing about the fulfilment or not of the recommendations issued by the Court of Auditors)).*

**Reply:** Cooperation of the Saeima with State Audit Office is implemented by the Public Expenditure and Audit Committee of the Saeima. Representatives of the State Audit Office shall regularly attend meetings of the Commission and provide a reports on the inspections carried out. About half of the sessions are devoted to such reports. The Committee decides on the need for further in-depth inspections or not.

Each year The State Audit Office provides an opinion for the Saeima regarding the financial year report concerning the implementation of the State budget and concerning the budgets of local governments. The report is submitted to the Public Expenditure and Audit Committee. At this point, the Cabinet of Ministers gives the Committee a consolidated report on the implementation of the budget.

Public Expenditure and Audit Committee reviews the reports and provides a summary report on them in plenary session of the Saeima analysing positive and negative aspects of the implementation of the budgets.

[Voltar ao Resumo do País](#)



## Lituânia

### **Lituânia - Questão 1**

*1 - (In the process of parliamentary appreciation of the General State Accounts, what is the relation between the Court of Auditors and the Parliament? Does any member of the Court of Auditors address to the Plenary in a Session? If so, does this hearing take place before the vote of the State Account or also after the voting procedure?)*

**Reply:** In accordance with the Constitution of the Republic of Lithuania the Government submits a draft national budget (a set of consolidated statements of the State and municipalities) to the Seimas until 17 October.

The National Audit Office, not later than within 20 working days from the submission of a draft state budget, present an opinion to the Seimas on the need for a specific structural adjustment target set out in a Draft Law of the Republic of Lithuania on the Approval of Financial Indicators of the State Budget and Municipal Budgets for a Given Year as well as additional measures (in monetary terms) necessary for the implementation of this target. The Committee on the Budget and Finance discusses the said opinion of the National Audit Office.

The Committee on Audit considers and evaluates the opinion of the National Audit Office on the structural adjustment target which is defined in a Draft Law of the Republic of Lithuania on the Approval of Financial Indicators of the State Budget and Municipal Budgets for a Given Year and additional measures (in monetary terms) necessary for the implementation of this target as well as its opinion and proposals thereon to the Committee on the Budget and Finance by 20 November and on the assignment of the Seimas – also to the Seimas by the deadline set by it.

Following the consideration, the Seimas usually returns a draft state budget accompanied by the opinion of the National Audit Office to the Government for the contents of the draft state budget to be further improved.

A representative of the National Audit Office, as a rule, does not address to the plenary. Only once, 4 or 5 years ago, there was an exceptional case at the invitation by the Seimas.

[Voltar ao Resumo do País](#)

### **Lituânia - Questão 2**

*2 – (What are the internal procedures in Parliament before a final debate and vote procedure? Is the Budget Committee involved? Are there inputs from other committees? If so, in which terms? Please describe the terms and procedures.)*

**Reply:** The committees, with the exception of the Committee on Audit, consider the classification chapters of the draft state budget within their remit and formulate their conclusions and proposals and submit them by 10 November to the Committee on the Budget and Finance.

[Voltar ao Resumo do País](#)

### **Lituânia - Questão 3**

3 - *(Are there any follow-up events after the final approval of the Accounts, namely concerning the recommendations of the Court of Auditors? (e.g. the government responding to parliament in written/in a hearing about the fulfilment or not of the recommendations issued by the Court of Auditors)).*

**Reply:** Following the consideration, the Seimas usually returns a draft state budget accompanied by the opinion of the National Audit Office to the Government for the contents of the draft state budget to be further improved. The draft state budget improved by the Government is submitted to the Seimas and the Minister of finance presents the proposed changes at the plenary sitting focusing mainly on proposals of the Members of the Seimas.

[Voltar ao Resumo do País](#)

## Luxemburgo

### **Luxemburgo - Questão 1**

1 - (In the process of parliamentary appreciation of the General State Accounts, what is the relation between the Court of Auditors and the Parliament? Does any member of the Court of Auditors address to the Plenary in a Session? If so, does this hearing take place before the vote of the State Account or also after the voting procedure?)

**Reply:** According to the Constitution and to the Rules of Procedure of the Chambre des Députés, the Court of Auditors has to communicate its observations regarding the General State Accounts to the Parliament before the law on the General State Accounts can be voted by the MPs, but no member of the Court of Auditors will speak to the Plenary (see also question 2).

[Voltar ao Resumo do País](#)

### **Luxemburgo - Questão 2**

2 – (What are the internal procedures in Parliament before a final debate and vote procedure? Is the Budget Committee involved? Are there inputs from other committees? If so, in which terms? Please describe the terms and procedures.)

**Reply:** Art. 117. of the Rules of Procedure of the Chambre des Députés provides that:

By 31<sup>st</sup> May at the latest, the bill on the settlement of the previous year's General State Account is tabled in the Chambre des Députés by the Government. By 30<sup>th</sup> September at the latest, the Court of Auditors communicates its observations thereon to the Chambre des Députés. In practice, after the bill has been tabled, it is presented by the Minister of Finance to the Committee on the Control of Budgetary Execution (Commission du Contrôle de l'exécution budgétaire) and to the Finance and Budget Committee (Commission des Finances et du Budget). The bill is then discussed in the Committee on the Control of Budgetary Execution and the global report of the Court of Auditors is presented to the committee by the President and the Vice-President of the Court of Auditors. When the global report has been examined by the committee, the MP designated as reporter of the bill writes his report which is afterwards adopted by the Committee on the Control of Budgetary Execution. Finally, the adopted report is presented in a plenary session and the bill on the settlement of the previous year's General State Account is voted.

[Voltar ao Resumo do País](#)

### **Luxemburgo - Questão 3**

3 - (Are there any follow-up events after the final approval of the Accounts, namely concerning the recommendations of the Court of Auditors? (e.g. the government responding to parliament in written/in a hearing about the fulfilment or not of the recommendations issued by the Court of Auditors)).

**Reply:** No, there aren't any follow-up events after the final approval of the Accounts.

[Voltar ao Resumo do País](#)

## Macedónia

### ***Macedónia - Questão 1***

*1 - (In the process of parliamentary appreciation of the General State Accounts, what is the relation between the Court of Auditors and the Parliament? Does any member of the Court of Auditors address to the Plenary in a Session? If so, does this hearing take place before the vote of the State Account or also after the voting procedure?)*

**Reply:** In the Republic of Macedonia there is no Court of Auditors. The state audit is obligatory (performed by The State Audit Office) once a year on the Budget of the Republic of Macedonia and on the budgets of the funds.

- By **May 31** the Government adopts a Fiscal Strategy and sets maximum limits on expenditures for budget users.
- Until **June 15**, the Ministry of Finance submits the Budget Circular to budget users and funds.
- By **July 15** - Budget users submit to the Government Draft Plan of development programs.
- Until **August 15**, the Government approves the Draft Development Program Plans.
- Until **1 September** - Budget users submit a Draft Budget Request to the Ministry of Finance.
- By **November 1** - the Ministry of Finance submits the Draft Budget to the Government.
- By **November 15** - the Government shall submit a Draft Budget to the Parliament of the Republic of Macedonia.
- By **December 31** - the Parliament adopts the Budget.

[Voltar ao Resumo do País](#)

### ***Macedónia - Questão 2***

*2 – (What are the internal procedures in Parliament before a final debate and vote procedure? Is the Budget Committee involved? Are there inputs from other committees? If so, in which terms? Please describe the terms and procedures.)*

**Reply:** The Government submits the Proposal to the Budget to the Parliament no later than November 15. A debate shall be held on the Draft Budget of The Republic of Macedonia as for law proposal in the second reading, with a compulsory general debate. The relevant working body – Finances and Budget Committee shall held debate for proposed amendments. The Legislative Committee shall held debate, but not as detailed as it is conducted in the Commission for financing and budget. General discussion on the budget proposal lasts up to 5 (five) days, after which, it is voted.

[Voltar ao Resumo do País](#)

### **Macedónia - Questão 3**

3 - *(Are there any follow-up events after the final approval of the Accounts, namely concerning the recommendations of the Court of Auditors? (e.g. the government responding to parliament in written/in a hearing about the fulfilment or not of the recommendations issued by the Court of Auditors)).*

**Reply:** The State Audit Office performs an audit of the Final Budget Account.

[Voltar ao Resumo do País](#)

## Moldávia

### ***Moldávia - Questão 1***

*1 - (In the process of parliamentary appreciation of the General State Accounts, what is the relation between the Court of Auditors and the Parliament? Does any member of the Court of Auditors address to the Plenary in a Session? If so, does this hearing take place before the vote of the State Account or also after the voting procedure?)*

**Reply:** Accordingly to the provisions of the Law of the Court of Accounts no. 261-XVI from 5 of December 2008 the Court of Accounts is the sole state authority which is exercising control over the formation, management and use of public financial resources and the management of public patrimony by carrying out external auditing in the public sector as the ultimate audit institution.

Accordingly to the Constitution of the Republic of Moldova the Court of Accounts acts independently on the basis of the Law of the Court of Accounts and other internal legislative acts, as well as the international treaties to which the Republic of Moldova is a party.

The Chairman of the Court of Accounts is appointed by Parliament for a term of 5 years, at the proposal of the Speaker of Parliament, with the vote of the majority of the elected MPs. The Speaker of Parliament proposes the candidacy for the Chairman of the Court of Accounts after compulsory consultation of the parliamentary fractions. Members of the Court of Accounts are appointed by the Parliament, at the proposal of the Chairman of the Court of Accounts, for a term of 5 years, with the vote of the majority of the elected MPs.

In its relations with the Parliament of the Republic of Moldova, the Court of Accounts presents to the legislative:

- (a)** by 1<sup>st</sup> of May, the annual activity report, which shall be heard in Parliament's plenary meeting;
- (b)** by 1<sup>st</sup> of June, the auditor's reports on the annual reports of the Government on the execution of the state budget, the state social insurance budget and the mandatory health insurance funds, which shall be heard in a plenary session of the Parliament together with the respective reports of the Government;
- (c)** by 15<sup>th</sup> of September, the annual report on the management and use of public financial resources and public property, to be heard in plenary session of Parliament;
- (d)** other reports that it considers necessary to be submitted.

The member of Court of Account is present at the budgetary hearing in Parliament. After hearings and debates the budget is subject to the vote.

[Voltar ao Resumo do País](#)

## **Moldávia - Questão 2**

2 – (What are the internal procedures in Parliament before a final debate and vote procedure? Is the Budget Committee involved? Are there inputs from other committees? If so, in which terms? Please describe the terms and procedures.)

**Reply:** Yearly, according to the budget calendar, the Government approves the medium-term budgetary framework and submits it to Parliament for information.

During the financial and budgetary debates at Parliament, all parliamentarian committees are involved in the process of hearings. During the budgetary hearings the main role has the national budget's components, which are discussed, as follow:

- a) the state budget;
- b) state social insurance budget;
- c) compulsory health insurance funds;
- d) local budgets.

The local budgets comprise the local budgets of the first level (ex, the budgets of the villages / communes, the towns / municipalities) and the local budgets of the second level (regional budgets, the central budget of the autonomous territorial unit Gagauzia, the Balti and Chisinau municipal budgets) , which form as a whole, the consolidated local budget. All the budgets are classified accordingly to the organizational, functional, programmed, economical and by sources classification. The structure of the budget classification components and the applied methodology is approved by the Ministry of Finance and then is published.

[Voltar ao Resumo do País](#)

## **Moldávia - Questão 3**

3 - (Are there any follow-up events after the final approval of the Accounts, namely concerning the recommendations of the Court of Auditors? (e.g. the government responding to parliament in written/in a hearing about the fulfilment or not of the recommendations issued by the Court of Auditors)).

**Reply:** Ones of the main tasks of the Court of Accounts are the control over the ways of administration and use of public resources and adoption of the policies and strategies in the field of external public audit.

Yearly, in compulsory way, the Court of Accounts performs the audit of the Government's reports on the execution of the:

- the state budget;
- the state social insurance budget;
- mandatory health insurance funds.

The audited entities (including the Government) and other institutions covered by the Court of Accounts' decisions are obliged to inform about the implementation of the given recommendations and / or the fulfillment of the requirements within the established deadline and to communicate about the taken measures.

[Voltar ao Resumo do País](#)

## Montenegro

### **Montenegro - Questão 1**

1 - (In the process of parliamentary appreciation of the General State Accounts, what is the relation between the Court of Auditors and the Parliament? Does any member of the Court of Auditors address to the Plenary in a Session? If so, does this hearing take place before the vote of the State Account or also after the voting procedure?)

**Reply:** The [Law on Budget and Fiscal Responsibility](#) stipulates that by the end of June, the Government determines the [Proposal of the Law on Final Account of the State Budget](#) and submits it to the State Audit Institution, which submits a report on audit of the final account of the state budget to the Parliament by 15 October of the current year for the previous fiscal year. The Government submits the Proposal of the Law on Final Account of the State Budget to the Parliament by the end of September.

Furthermore, the [Law on State Audit Institution](#) stipulates that when adopting the budget of Montenegro and the Final Budget Accounts of Montenegro, the Institution shall submit to the Parliament of Montenegro the overview of its findings on the budget and state of property, pointing out the causes and consequences of any major errors and irregularities and proposing measures for their elimination (Article 6). The State Audit Institution has the obligation to audit the Final Budget Accounts of Montenegro once a year (Article 9). During the procedure of adoption of the Final Budget Accounts of Montenegro, the Institution shall report to the Parliament on the audit of the Final Budget Accounts (Article 26).

The report on SAI findings is presented to members of the Committee on Economy, Finance and Budget, which discuss the final budget accounts prior to the Plenary debate. In terms of addressing the Plenary, representatives of the State Audit Institution address the Plenary during debate on final budget account;

[Voltar ao Resumo do País](#)

### **Montenegro - Questão 2**

2 – (What are the internal procedures in Parliament before a final debate and vote procedure? Is the Budget Committee involved? Are there inputs from other committees? If so, in which terms? Please describe the terms and procedures.)

**Reply:** The [Committee on Economy, Finance and Budget](#) is the Parliament's working body in charge of reviewing the final account of the state budget.

As mentioned above, the State Audit Institution (SAI) submits a [Report on the audit of the final account of the state budget](#) to the Parliament by 15 October of the current year for the previous fiscal year (*Law on budget and fiscal responsibility, Article 67, paragraph 1*).

By the end of October, according to the Law on State Audit Institution, the State Audit Institution shall also submit to the Parliament the Annual Report on performed audits and activities of SAI for the period October of the previous year - October of the current year, to include: report on the audit of the state budget; report on



the implementation of the conclusions (conclusions are made based on the recommendations of SAI and Committee on Economy, Finance and Budget of the Parliament of Montenegro) on the occasion of the adoption of the final account; excerpts from reports on individual audits performed in that period, as well as the activities of SAI.

After the Parliament receives the abovementioned acts, the Committee of Economy, Finance and Budget organizes a meeting inviting relevant representatives of the Government, i.e. the Ministry of Finance, as well as representatives of the State Audit Institution, which in practice debate for two days on the Proposal of the Law on Final Account of the State Budget and SAI findings.

[Voltar ao Resumo do País](#)

### **Montenegro - Questão 3**

*3 - (Are there any follow-up events after the final approval of the Accounts, namely concerning the recommendations of the Court of Auditors? (e.g. the government responding to parliament in written/in a hearing about the fulfilment or not of the recommendations issued by the Court of Auditors)).*

**Reply:** Bearing in mind the importance of fulfillment of Parliament's conclusions and SAI recommendations, which eliminate disadvantages and aim to improve public spending, the Committee has organized special meetings at which it considered the degree of realization of aforesaid conclusions. The Committee examined information on implementation of the Action Plan for the implementation of SAI recommendations to be submitted quarterly, with the presence of the Minister of Finance, who is also president of the Coordination Team for monitoring the implementation of SAI recommendations, and members of the SAI Senate. Upon this, the Committee reported to the Parliament through Report on reviewing Proposal for a Law on final account of the state budget. For the past few years, it has been a practice that the Government quarterly inform the Parliament and SAI about realization of recommendations and conclusion of the Parliament, provided for in the SAI's annual report.

In 2014, for the first time, in cooperation with SAI, the Committee organized control hearings (one of the mechanisms defined in the Rules of Procedure of the Parliament of Montenegro) with those audited entities that have received a negative opinion by SAI. From then on, the Committee has a practice to hold control hearing with those audited entities that received negative opinion by SAI.

[Voltar ao Resumo do País](#)

## Polónia

### ***Polónia - Questão 1***

*1 - (In the process of parliamentary appreciation of the General State Accounts, what is the relation between the Court of Auditors and the Parliament? Does any member of the Court of Auditors address to the Plenary in a Session? If so, does this hearing take place before the vote of the State Account or also after the voting procedure?)*

**Reply:** In accordance with the Polish Constitution the Senate does not take part in the procedure of considering the report on the implementation of the Budget.

#### **Article 226 of the Constitution**

1 -The Council of Ministers, within the 5-month period following the end of the fiscal year, shall present to the Sejm a report on the implementation of the Budget together with information on the condition of the State debt.

2 -Within 90 days following receipt of the report, the Sejm shall consider the report presented to it, and, after seeking the opinion of the Supreme Chamber of Control, shall pass a resolution on whether to grant or refuse to grant approval of the financial accounts submitted by the Council of Ministers.

#### **Article 204 of the Constitution**

The Supreme Chamber of Control shall present to the Sejm:

- 1 - an analysis of the implementation of the State Budget and the purposes of monetary policy;
- 2 - an opinion concerning the vote to accept the accounts for the preceding fiscal year presented by the Council of Ministers;

There is a formal address to the Plenary by the president of the Supreme Chamber of Control.

#### **Reply from Bureau of Research:**

In accordance with the Polish Constitution ([Articles 95\(2\), 202\(1\) and \(2\), 204\(1\) and 226](#)):

The Sejm (legislative body) shall exercise control over the activities of the Council of Ministers within the scope specified by the provisions of the Constitution and statutes.

The Supreme Audit Office shall be the chief organ of state audit (SAI) that shall be subordinate to the Sejm.

The Supreme Audit Office shall present to the Sejm:

- (1) an analysis of the implementation of the State Budget and the purposes of monetary policy;
- (2) an opinion concerning the vote to accept the accounts for the preceding fiscal year presented by the Council of Ministers;
- (3) information on the results of audits, conclusions and submissions specified by statute.

The Council of Ministers, within the 5-month period following the end of the fiscal year, shall present to the Sejm a report on the implementation of the Budget together with information on the condition of the State debt. Within 90 days following receipt of the report, the Sejm shall consider the report presented to it, and, after seeking the opinion of the Supreme Audit Office, shall pass a resolution on whether to grant or refuse to grant approval of the financial accounts submitted by the Council of Ministers.

During the parliamentary work on the report on the implementation of the budget, the meetings of Sejm committees include, among others, Supreme Audit Office and government representatives.

At the request of the Presidents of the Committees, the most important information related to the implementation of the budget and findings resulting from the audits made by the Supreme Audit Office are presented. Answers to MPs' questions are also provided.

As far as the plenary session is concerned, it should be mentioned that participation of the President of the Supreme Audit Office in the plenary takes place before the Sejm's voting on a resolution in which it is proposed to adopt a report on the implementation of the State budget and granting discharge to the Council of Ministers.<sup>23</sup> For example on July 4, 2018 three items (considered jointly with regard to thematic connections) of the plenary session were carried out<sup>24</sup>:

1 - Report of the Public Finances Committee on the report on the implementation of the State budget for the period from January 1 to December 31, 2017 together with the analysis of the implementation of the state budget and monetary policy guidelines in 2017 and the draft resolution on the subject of the resolution presented by the Supreme Audit Office.

2 - Report of the Public Finance Committee on the "Information about sureties and guarantees granted in 2017 by the State Treasury, some legal persons and Bank Gospodarstwa Krajowego<sup>25</sup>" presented by the Prime Minister.

3 - Report on the activities of the National Bank of Poland in 2017 together with the position of the Public Finances Committee.

The report no. (1) was voted at the plenary on July 5<sup>26</sup>. Reports no. (2) and (3) were not put to the vote because of their informational nature.

---

<sup>23</sup> 66<sup>th</sup> sitting of the Sejm (Proceedings on July 5, 2018)

[http://orka2.sejm.gov.pl/StenolInter8.nsf/0/FB41FE10E8A6AD4EC12582C1007A13E3/%24File/66\\_c\\_ksiazka.pdf](http://orka2.sejm.gov.pl/StenolInter8.nsf/0/FB41FE10E8A6AD4EC12582C1007A13E3/%24File/66_c_ksiazka.pdf)

<sup>24</sup> 66<sup>th</sup> sitting of the Sejm (Proceedings on July 4, 2018)

[http://orka2.sejm.gov.pl/StenolInter8.nsf/0/9148498A33D9C3D9C12582C10003F19D/%24File/66\\_b\\_ksiazka.pdf](http://orka2.sejm.gov.pl/StenolInter8.nsf/0/9148498A33D9C3D9C12582C10003F19D/%24File/66_b_ksiazka.pdf)

<sup>25</sup> The Polish national development bank.

<sup>26</sup> 66<sup>th</sup> sitting of the Sejm (Proceedings on July 5, 2018)

[http://orka2.sejm.gov.pl/StenolInter8.nsf/0/FB41FE10E8A6AD4EC12582C1007A13E3/%24File/66\\_c\\_ksiazka.pdf](http://orka2.sejm.gov.pl/StenolInter8.nsf/0/FB41FE10E8A6AD4EC12582C1007A13E3/%24File/66_c_ksiazka.pdf)

At the plenary session on July 4, 2018:

with respect to point (1):

- the Chairman of the Public Finances Committee presented the report (as the rapporteur of the Committee) that included the draft resolution, and then the President of the Supreme Audit Office informed about the most important findings of budget control

with respect to points (2) and (3):

- two MPs of the Public Finance Committee (as the rapporteurs) took the floor, and then the President of the National Bank of Poland informed about implementation of the monetary policy guidelines in 2017 and activities of the National Bank of Poland during that year.

Afterwards, other deputies took the floor. At the end of the session government representatives answered questions.

- .In accordance with the Standing Orders of the Sejm (Articles 105-108, and 111):

The Sejm shall consider reports on implementation of the Budget and other financial plans of the State;

- .The Marshal of the Sejm shall refer the reports for consideration to the Public Finances Committee. Individual parts of the reports shall also be considered by the appropriate Sejm committees, which shall deliver statements of their position, including conclusions, opinions or proposals of amendments — including justification — to the Public Finances Committee;

- .The comments of the Supreme Audit Office on the reports concerning implementation of the Budget and other financial plans of the State shall be referred by the Marshal of the Sejm to the appropriate Sejm committees considering particular sections of the reports<sup>27</sup>;

---

<sup>27</sup> According to Article 126 of the Standing Orders of the Sejm:

1. The following matters, submitted to the Sejm by the Supreme Audit Office:

1) comments on the report of the Council of Ministers on the implementation of the Budget and other financial plans of the State;

2) reports on the results of audits commissioned by the Sejm and its organs (Marshal of the Sejm, Presidium of the Sejm, Sejm committees) and conducted upon the President and Prime Minister's motion, as well as information on the results of other audits;

2a) analysis of the law-making or law-application audit findings' use;

3) motions concerning consideration by the Sejm or its organs of certain social, economic, organizational and legal issues related to the operation of public administration organs

— shall be presented by the President of the Supreme Audit Office to the Presidium of the Sejm.

2. The Presidium of the Sejm, after consulting the State Control Committee, shall consider the applications referred to in paragraph 1 point 3, and decides whether to initiate further proceedings, and also considers the annual plan of work of the Supreme Audit Office presented by the President of the Supreme Audit Office.

- .The Presidium of the Sejm, upon a motion of the Public Finances Committee, shall establish a procedure for the Sejm committee work on the reports on implementation of the Budget;
- .Sittings of the appropriate Sejm committees, during which individual parts of the reports related to budgetary plans are considered, shall be attended by the representatives of the Public Finances Committee;
- .The Public Finances Committee and the committees which consider items of budget funds, may request additional opinions from the appropriate Sejm committees and may ask them questions in order to obtain information concerning individual parts of reports;
- .During the sitting of the Public Finances Committee, the submitted positions of the appropriate committees with respect to individual parts of the reports, shall be presented by representatives of those committees. The representatives may not present any conclusions, opinions and proposals for amendments which have not been included in the positions of the appropriate committees. The representatives of the Public Finances Committee who have participated in the work of the appropriate committees shall present, in writing, opinions with respect to positions submitted by these committees;
- .The Public Finances Committee, following consideration with attendance by representatives from individual Sejm committees, of the reports referred to it as well as the positions submitted by committees, shall, at a sitting of the Sejm, present a report that includes motions to accept or reject the reports on the implementation of the Budget and other financial plans of the State, or to grant approval to the accounts submitted by the Council of Ministers. The Public Finances Committee shall, at the same time, submit to the Sejm information concerning suggestions by individual Sejm committees which have not been accepted;
- .The Sejm shall pass a resolution on whether or not to grant approval to the accounts submitted by the Council of Ministers after hearing the opinion of the Supreme Audit Office, presented by its President.

[Voltar ao Resumo do País](#)

---

3. The comments, reports and information specified in paragraph 1 points 1 thru 2a, shall

be referred by the Marshal of the Sejm to the State Control Committee as well as appropriate

Sejm committees.

4. The annual report on the activities of the Supreme Audit Office submitted by its President, shall be considered by the Sejm. Prior to consideration of the report, it shall be referred by the Presidium of the Sejm to the State Control Committee in order to obtain its opinion and may be referred to other appropriate Sejm committees to obtain their viewpoint.

5. Consideration by the Sejm of the report referred to in paragraph 4 shall occur no later than within 3 months following the day of its delivery to the Deputies.

6. The Marshal of the Sejm sends the report on the external audit of budget implementation and financial management of the Supreme Audit Office including the position of the President of the Supreme Audit Office to the State Control Committee.

## Polónia - Questão 2

– (What are the internal procedures in Parliament before a final debate and vote procedure? Is the Budget Committee involved? Are there inputs from other committees? If so, in which terms? Please describe the terms and procedures.)

**Reply:** The main committee in this procedure is the Budget Committee which considers the whole report. Before the final procedure, the Budget Committee receives inputs from other Committees, as well as a report from the Supreme Chamber of Control.

**Reply from the Bureau of Research:** See answer to question 1A, p. 2.

[Voltar ao Resumo do País](#)

## Polónia - Questão 3

3 - (Are there any follow-up events after the final approval of the Accounts, namely concerning the recommendations of the Court of Auditors? (e.g. the government responding to parliament in written/in a hearing about the fulfilment or not of the recommendations issued by the Court of Auditors)).

**Reply:** There is no ex-post procedure regarding the fulfilment of the recommendations issued by the Supreme Chamber of Control.

There is no special ex-post procedure regarding the fulfilment of the recommendations issued by the Supreme Audit Office. Nevertheless, it is worth noting that:

1 - in resolutions of the Sejm connected with the discharge procedure there is often a statement: *“At the same time the Polish Sejm draws attention to specific parts of the budget administrators of the need to remove irregularities identified by the Supreme Audit Office and presented in opinions of the Sejm committees”*;

2 - the Supreme Audit Office examines whether its audit recommendations and conclusions are taken into account by budget administrators, and then in the next year (or earlier if required by MPs or committees) informs about the implementation of post-audit recommendations and conclusions.<sup>28</sup>

[Voltar ao Resumo do País](#)

---

<sup>28</sup> This information can be found in the materials sent to the Sejm by the Supreme Audit Office regarding the government report on the implementation of the budget for the next year.

## Reino Unido

### **Reino Unido - Questão 1**

1 - (In the process of parliamentary appreciation of the General State Accounts, what is the relation between the Court of Auditors and the Parliament? Does any member of the Court of Auditors address to the Plenary in a Session? If so, does this hearing take place before the vote of the State Account or also after the voting procedure?)

**Reply:** The UK's closest equivalent of a Court of Auditors is the National Audit Office (NAO), which "scrutinises public spending for Parliament to help the government in its drive to improve public services, nationally and locally."<sup>29</sup> The NAO receives its budget from Parliament and is accountable to it via the Public Accounts Commission. The head of the NAO is the Comptroller and Auditor General (C&AG), who is an officer of Parliament.

The C&AG does not directly address Parliament, but he or she does report on the accounts of Government departments, and those reports are laid before Parliament.

[Voltar ao Resumo do País](#)

### **Reino Unido - Questão 2 / 3**

2 – (What are the internal procedures in Parliament before a final debate and vote procedure? Is the Budget Committee involved? Are there inputs from other committees? If so, in which terms? Please describe the terms and procedures.)

3 - (Are there any follow-up events after the final approval of the Accounts, namely concerning the recommendations of the Court of Auditors? (e.g. the government responding to parliament in written/in a hearing about the fulfilment or not of the recommendations issued by the Court of Auditors)).

**Reply:** One of Parliament's longest standing functions is the consideration and authorisation of the government's spending plans, requiring the government to obtain parliamentary consent **before** spending public money. *Estimates*, sometimes known as Supply Estimates, are the documents presented to Parliament setting out the government's plans for spending for a given year. The process of obtaining Parliamentary approval to those plans is known as *Supply*. With a few specific exceptions, the Government is required to obtain authority from Parliament through the supply process before it can spend public money.<sup>30</sup> This is done by scheduling several days of debate on selected departments' estimates; all remaining departmental estimates are then approved in a single vote, and are then included in a Supply and Appropriations Bill.

<sup>29</sup> NAO, [Our work](#), retrieved 24 September 2018

<sup>30</sup> For further information, see House of Commons Library Briefing Paper, [The Estimates process and the 2017-18 Main Estimates](#), CBP 8028, 30 June 2017



Parliament has the option to vote down the estimates or reduce the amount of money granted, but in practice it almost always approves them. Authority for additional funding, during the course of the year, is secured by the approval of Supplementary Estimates, and after the end of the financial year by the agreement to Excess Votes (see below).

Once the money has been spent by government departments, the auditing of departmental accounts is overseen by the C&AG. Government accounts are prepared and audited in accordance with requirements of the [Government Resources and Accounts Act 2000](#). Under section 6(4) of the Act, the Treasury is required to lay both its accounts and the C&AG's reports on these accounts "not later than 31st January of the financial year following that to which they relate".

There is no requirement for Parliament to debate or approve the accounts of any department. Departmental select committees examine the expenditure plans, outturn and performance of the department they scrutinise. A select committee could undertake an inquiry into any aspect of a department's accounts.

In addition, the Committee of Public Accounts is appointed by the House of Commons to examine:

"the accounts showing the appropriation of the sums granted to Parliament to meet the public expenditure, and of such other accounts laid before Parliament as the Committee may think fit" (Standing Order No 148). The Committee scrutinises the value for money—the economy, efficiency and effectiveness—of public spending and generally holds the government and its civil servants to account for the delivery of public services.<sup>31</sup>

The Government has undertaken to respond to reports from select committees. The target time for a response is two months: Departments should aim to provide the considered Government response to both Commons and Lords Select Committee Reports within two months of their publication. Where a report is complex or technical in its nature, or is dependent on other reports and / or external events, the response may require longer.<sup>32</sup> As indicated above, the House of Commons is sometimes asked to approve Excess Votes, when departments spend more or outside the categories of expenditure approved by Parliament. The Treasury's Statement of Excesses 2016-17 outlines the requirements and the process:

2. Excess Votes are presented if expenditure exceeds the amounts, or falls outside the categories of expenditure (the 'ambit') approved by Parliament in the Main, Revised and Supplementary Estimates and authorised in Supply and Appropriation Acts.

3. Before any Excess Votes are sought, the Annual Report and Accounts are prepared by the relevant department or body. The accounts are examined and certified by the Comptroller and Auditor General and laid before the House of Commons. A report by the Comptroller and Auditor General is made on any such accounts where expenditure exceeds the amounts, or falls outside the categories of expenditure, authorised by Parliament. Where sufficient savings or surplus income are available to be used to offset the excess expenditure, the Excess Votes is for only a token sum of £1,000.

<sup>31</sup> Public Accounts Committee, [Our role](#)

<sup>32</sup> Cabinet Office, [Giving Evidence to Select Committees – Guidance for Civil Servants](#), October 2014, para 68



4. A Statement of Excesses is usually presented to Parliament towards the end of the financial year following the one to which it relates.

5. Under House of Commons Standing Orders, if the Committee of Public Accounts (PAC) has reported that it sees no objection to the sums necessary being provided by Excess Vote, the question on the motion to approve them is put to the House without debate. Authorisation of additional resources and issues from the Consolidated Fund in respect of Excess Votes for 2016-17 in this booklet will be given legislative authority in the upcoming Supply and Appropriation (Anticipation and Adjustments) Act.<sup>33</sup>

[Voltar ao Resumo do País](#)

---

<sup>33</sup> HM Treasury, [Central Government Supply Estimates 2016-17 – Statement of Excesses](#), February 2018, HC 810 2017-19

## República Checa

### **República Checa - Questão 1**

1 - (In the process of parliamentary appreciation of the General State Accounts, what is the relation between the Court of Auditors and the Parliament? Does any member of the Court of Auditors address to the Plenary in a Session? If so, does this hearing take place before the vote of the State Account or also after the voting procedure?)

**Reply:** The Ministry of Finance prepares and consolidates the State Final Account<sup>34</sup>. The deadline for submitting of the State Final Account to the Parliament is 30th April of the following year. The Chamber of Deputies annually receives the Statement (single audit report) of the Supreme Audit Office (SAO) on the Draft State Final Account of the Czech Republic.<sup>35</sup> The SAO must submit its statement (audit report) on the Draft State Final Account within four months since the Government submission of the Draft State Final Account to the Chamber of Deputies. In the Czech Republic, only the Chamber of Deputies deals with the budgetary issues. The other Chamber of the Czech Parliament – the Senate – is not involved.

In the process of parliamentary hearing of the State Final Account, The Minister of Finance represents Government in the Plenary. A member of the Supreme Audit Court does not address to the Plenary in a Session regarding the State Final Account. The Minister of Finance or other representative of the Ministry of Finance represents the Government in the Committee on the Budget and Committee on Budgetary Control. SAO's representatives (usually the SAO President) represent the Supreme Audit Office in the Committee on Budgetary Control.

[Voltar ao Resumo do País](#)

### **República Checa - Questão 2**

2 – (What are the internal procedures in Parliament before a final debate and vote procedure? Is the Budget Committee involved? Are there inputs from other committees? If so, in which terms? Please describe the terms and procedures.)

**Reply:** The debate and approval of the State Final Account and related statement of the National Audit Office is regulated by the Rules of Procedure of the Chamber of Deputies (Act no. 90/1995 Coll. of April 19, 1995). There is no special procedure regarding the debates of the State Final Account and the related audit reports and the most reasonable and most appropriate procedure is applied.

---

<sup>34</sup> In cooperation with the administrators of the budget chapters (including ministries), territorial self-governing units, voluntary associations of municipalities, Regional Councils of Cohesion Regions and State Funds.

<sup>35</sup> The National Audit Office in its statement assesses the development of the economy and the state budget management, development of the state financial assets and liabilities, the management of the state funds and mainly how the government assesses these results in the State Final Account, which is submitted to the Chamber of Deputies.

The Ministry of Finance prepares and submits the State Final Account to the Parliament. The Committee on the Budget is the main responsible committee for the budgetary issues, though both, The Committee on the Budget and the Committee on the Budgetary Control, discuss the State Final Account and adopt resolution. The final accounts of the individual budget chapters are discussed also in the relevant specialized Committee (e.g. final account of the Ministry of Health Care is discussed also in the Committee on Health Care etc.). The representatives of individual chapter's administrators take part in the discussion at the Committees. The Plenary session can either approve the State Final Account, or adopt other resolution<sup>3</sup>. The Result of Plenary Session hearing does not have any practical consequences for the Government or for the next Budget Bill.

[Voltar ao Resumo do País](#)

### **República Checa - Questão 3**

3 - *(Are there any follow-up events after the final approval of the Accounts, namely concerning the recommendations of the Court of Auditors? (e.g. the government responding to parliament in written/in a hearing about the fulfilment or not of the recommendations issued by the Court of Auditors)).*

**Reply:** There is no follow-up procedure concerning the recommendations of the Court of Auditors.

[Voltar ao Resumo do País](#)

## Roménia

### ***Roménia - Questão 1***

*1 - (In the process of parliamentary appreciation of the General State Accounts, what is the relation between the Court of Auditors and the Parliament? Does any member of the Court of Auditors address to the Plenary in a Session? If so, does this hearing take place before the vote of the State Account or also after the voting procedure?)*

**Reply:** In accordance with the Romanian Constitution (article 138), the national public budget shall comprise the State budget, the State social security budget and the local budgets of communes, towns and counties. The Government shall annually draft the State budget and the State social security budget, which shall be submitted separately to Parliament for approval. If the Law on the State budget and the Law on the State social security budget fail to be passed by at least three days before the expiry of the budgetary year, the previous year's State budget and the State social security budget shall continue to be applied until the adoption of the new budgets. Local budgets shall be drafted, approved and executed in accordance with the law. No budget expenditure shall be approved unless its financing source has been established.

The Court of Audit shall exercise control over the formation, administration, and use of the financial resources of the State and public sector. Under the terms of the organic law, the disputes resulting from the activity of the Court of Audit shall be solved by specialized courts of law. The Court of Audit shall annually report to Parliament on the accounts of the national public budget administration in the expired budgetary year, including cases of mismanagement. At the request of the Chamber of Deputies or the Senate, the Court of Audit shall check the management of public resources, and report on its findings.

The financial audit of the Court of Accounts implies the activity involving review of whether or not financial statements are complete, accurate and in compliance with the laws and regulations in force, resulting in the issue of an opinion thereon.

Until August 15, The Government presents Parliament to the Strategy fiscal-budget for the next 3 years. Until of 15 November, After the Government's approval of the projects budget laws, he submits them to adoption to Parliament.

The Standing Bureau of the Chamber of Deputies shall have the powers to submit for approval by the Chamber of Deputies the latter's draft budget and the budgetary year closure account. The draft budget shall be distributed to the Deputies, along with its supporting note and annexes, at least 7 days before the date of its submission to the plenum of the Chamber for approval.

Budget, Finance and Banking Committee shall have the the following powers: state budget and budgetary execution; budget of state social securities and its execution; financial policies; system of taxes and fees, insurances and reinsurances; monetary balance; circulation of money, credits and credit systems, interests, discounts; stock market and effects; foreign loans of the state or guaranteed by the state and so on.

[Voltar ao Resumo do País](#)

## **Roménia - Questão 2**

*2 - (In the process of parliamentary appreciation of the General State Accounts, what is the relation between the Court of Auditors and the Parliament? Does any member of the Court of Auditors address to the Plenary in a Session? If so, does this hearing take place before the vote of the State Account or also after the voting procedure?)*

**Reply:** In accordance with the Romanian Constitution (article 138), the national public budget shall comprise the State budget, the State social security budget and the local budgets of communes, towns and counties. The Government shall annually draft the State budget and the State social security budget, which shall be submitted separately to Parliament for approval. If the Law on the State budget and the Law on the State social security budget fail to be passed by at least three days before the expiry of the budgetary year, the previous year's State budget and the State social security budget shall continue to be applied until the adoption of the new budgets. Local budgets shall be drafted, approved and executed in accordance with the law. No budget expenditure shall be approved unless its financing source has been established.

The Court of Audit shall exercise control over the formation, administration, and use of the financial resources of the State and public sector. Under the terms of the organic law, the disputes resulting from the activity of the Court of Audit shall be solved by specialized courts of law. The Court of Audit shall annually report to Parliament on the accounts of the national public budget administration in the expired budgetary year, including cases of mismanagement. At the request of the Chamber of Deputies or the Senate, the Court of Audit shall check the management of public resources, and report on its findings.

The financial audit of the Court of Accounts implies the activity involving review of whether or not financial statements are complete, accurate and in compliance with the laws and regulations in force, resulting in the issue of an opinion thereon.

Until August 15, The Government presents Parliament to the Strategy fiscal-budget for the next 3 years. Until of 15 November, After the Government's approval of the projects budget laws, he submits them to adoption to Parliament.

The Standing Bureau of the Chamber of Deputies shall have the powers to submit for approval by the Chamber of Deputies the latter's draft budget and the budgetary year closure account. The draft budget shall be distributed to the Deputies, along with its supporting note and annexes, at least 7 days before the date of its submission to the plenum of the Chamber for approval.

Budget, Finance and Banking Committee shall have the the following powers: state budget and budgetary execution; budget of state social securities and its execution; financial policies; system of taxes and fees, insurances and reinsurances; monetary balance; circulation of money, credits and credit systems, interests, discounts; stock market and effects; foreign loans of the state or guaranteed by the state and so on.

[Voltar ao Resumo do País](#)

### **Roménia - Questão 3**

3 - *(Are there any follow-up events after the final approval of the Accounts, namely concerning the recommendations of the Court of Auditors? (e.g. the government responding to parliament in written/in a hearing about the fulfilment or not of the recommendations issued by the Court of Auditors)).*

Reply: No.

[Voltar ao Resumo do País](#)

## Sérvia

### Sérvia - Questão 1

*(In the process of parliamentary appreciation of the General State Accounts, what is the relation between the Court of Auditors and the Parliament? Does any member of the Court of Auditors address to the Plenary in a Session? If so, does this hearing take place before the vote of the State Account or also after the voting procedure?)*

**Reply:** In Serbia, the Bill on State Budget is the main document of state accounts accountability. It contains all information on the state's expenses and revenue and closes the annual budgetary cycle. The National Assembly adopts the Law on Budget until the 15th December. The following is the calendar of events at the level of the Republic of Serbia in accordance with the Law on Budget System, as provided in Article 31. of the Law on Budget System.

August 1. – The Minister forwards the instructions for the preparation of the Budget of the Republic of Serbia; | September 15. – Direct beneficiaries of the Budget of the Republic of Serbia and organizations for mandatory social insurance forward their proposed mid-term and financial plans to the Ministry; | October 15. – The Minister forwards the Draft Law on Budget of the Republic of Serbia, draft decisions on the approval of financial plans of organizations for mandatory social insurance, along with financial plans of organizations for mandatory social insurance; | November 1. – The Government adopts the Bill on Budget of the Republic of Serbia and forwards it to the National Assembly, along with draft decisions on the approval of financial plans of organizations for mandatory social insurance and financial plans of organizations for mandatory social insurance. | December 15. – The National Assembly adopts the Law on Budget of the Republic of Serbia and decisions on the approval of financial plans of organizations for mandatory social insurance.

The web site: <http://www.parlament.gov.rs/national-assembly/role-and-mode-of-operation/national-assembly-financing/budget-cycle.504.html>

In accordance with the Law on the State Audit Institution, Article 43, the State Audit Institution shall report to the National Assembly by submitting:

1 - Annual report on its work; | 2 - Special reports during the year; | 3 - Reports on the audit of the final account of the budget of the Republic, the final accounts of the financial plans of organizations of compulsory social security and the consolidated financial statements of the Republic.

In accordance with the Law on the State Audit Institution, Article 48, the competent working body of the National Assembly, after considering the report of the Institution, shall submit its views and recommendations in the form of a report to the National Assembly. Based on the essential facts and circumstances indicated in the reports the National Assembly decides on the proposed recommendations, measures and deadlines for their implementation. The Assembly may request from the State Audit Institution additional clarification of certain facts and circumstances.

[Voltar ao Resumo do País](#)

### **Sérvia - Questão 2**

– *(What are the internal procedures in Parliament before a final debate and vote procedure? Is the Budget Committee involved? Are there inputs from other committees? If so, in which terms? Please describe the terms and procedures.)*

**Reply:** The Rules of Procedure of the National Assembly, the Article 55, defines that the *Committee on Finance, State Budget and Control of Public Spending* considers Bills and proposals of other general acts and other issues in the following areas: the system of financing public functions, state budget, accounting and auditing and other issues in the field of finance.

[Voltar ao Resumo do País](#)

### **Sérvia - Questão 3**

*(Are there any follow-up events after the final approval of the Accounts, namely concerning the recommendations of the Court of Auditors? (e.g. the government responding to parliament in written/in a hearing about the fulfilment or not of the recommendations issued by the Court of Auditors)).*

**Reply:** This Committee on Finance, State Budget and Control of Public Spending also controls the implementation of the state budget and accompanying financial plans in regard to legality, purposefulness and efficiency of public spending, and submit a report thereof with recommendations of measures to the National Assembly;

More information is available on: [http://www.parlament.gov.rs/national-assembly/important-documents/rules-of-procedure-\(consolidated-text\)/working-bodies-of-the-national-assembly.1355.html](http://www.parlament.gov.rs/national-assembly/important-documents/rules-of-procedure-(consolidated-text)/working-bodies-of-the-national-assembly.1355.html)

[Voltar ao Resumo do País](#)



## Suécia

### Suécia - Questão 1

1 - (In the process of parliamentary appreciation of the General State Accounts, what is the relation between the Court of Auditors and the Parliament? Does any member of the Court of Auditors address to the Plenary in a Session? If so, does this hearing take place before the vote of the State Account or also after the voting procedure?)

**Reply: Introduction:** The Central Government Annual Report is prepared by the Ministry of Finance on the basis of basic data compiled by the Swedish National Financial Management Authority (*Ekonomistyrningsverket*) and the Swedish National Debt Office (*Riksgäldskontoret*).<sup>36</sup> The Central Government Annual Report shall be presented to the Riksdag (national parliament) no later than 15 April of the year following the budget year.<sup>37</sup>

The Swedish National Audit Office (NAO) is an independent authority under the Riksdag. The NAO is independent in relation to those actors it audits to ensure that the Riksdag receives a coordinated and independent audit of state finances. Consequently, the NAO has a unique function since it audits the whole chain of executive power and it is the only body that can audit all state finances in Sweden.<sup>38</sup>

Every year, the NAO audits about 250 financial statements of various public authorities coming under the Government. In an annual financial audit, the NAO audits and evaluates whether the financial statements of the authorities are credible and correct, if the accounts are true and fair, and whether the leadership of the authorities being audited are following current ordinances, rules and regulations.

Performance audits focuses on the efficiency of authorities coming under the Government. The starting point is how well a certain authority is achieving its goals and the appropriateness of the organisation, operations, process, or function for the purpose. The goal of the audit is to make sure that the state, with regard to the interests of the general public, is getting good results for its efforts. A common factor for all performance audits is that they are based on problem indicators, risk and materiality evaluations. This means that the audit is directed at operations that risk not to fulfil its purpose. It can relate to that the operations of the authority are not cost effective, that they have an inefficient organisation or that they are not observing rules and ordinances. Apart from the authorities coming under the Government, the NAO also audits certain organisations such as the Swedish Inheritance Fund as well as the Royal Household and Establishment. The Authority also have the opportunity to appoint auditors to companies that are at least fifty percent under state ownership. Furthermore,

<sup>36</sup> Section 1 in the Ordinance with Instructions to the Government Offices (*förordningen, 1996:1515, med instruktion för Regeringskansliet*), paragraph 6.1 in the appendix to the said ordinance; Sections 2–5 in the Ordinance on Basic Data to the Government Annual Accounts (*förordningen, 2011:231, om underlag för årsredovisning för staten*); Chapter 10, Section 1 of the Budget Act (*Budgetlagen [2011:203]*).

<sup>37</sup> Chapter 10, Section 5 of the Budget Act (*Budgetlagen [2011:203]*).

<sup>38</sup> The Swedish National Audit Office, <https://www.riksrevisionen.se/en/about-the-swedish-nao.html>

the Authority audits the Government's annual report for state operations, the Central Government Annual Report.<sup>39</sup>

The NAO shall present an audit statement on the Central Government Annual Report to the Riksdag within one month subsequent to the presentation of that report by the Government.<sup>40</sup>

The Central Government Annual Report is referred by the Chamber to the Committee on Finance for consideration. The Committee prepares the matter and produces a committee report, which includes a proposal to the Chamber.<sup>41</sup> The Committee presents the report to the Chamber as basis to the decision of the Riksdag.

Apart from presenting an audit statement on the Central Government Annual Report to the Riksdag, the NAO does not take active part in the parliamentary process regarding the Central Government Annual Report. However, if there is anything noted in the Central Government Annual Report or the subsequent Audit Report that is of particular interest to the Committee on Finance, the Committee might invite the Auditors General to a hearing in order to get further information. If further information is needed, such a hearing would take place before the Committee finalises the report and a vote on it takes place in the Chamber.<sup>42</sup>

[Voltar ao Resumo do País](#)

## **Suécia - Questão 2**

2 – (What are the internal procedures in Parliament before a final debate and vote procedure? Is the Budget Committee involved? Are there inputs from other committees? If so, in which terms? Please describe the terms and procedures.)

**Reply:** As was mentioned above, the Central Government Annual Report is referred by the Chamber to the Committee on Finance for consideration. The Committee prepares the matter and produces a committee report, which includes a proposal to the Chamber. The Committee report forms the basis of the final debate and the subsequent decision on the matter by the Riksdag.

The Committee on Finance may also refer the matter to other parliamentary committees concerned for consideration, before deciding on a proposal.<sup>43</sup> However, the procedures for the deliberations in the Committee on Finance are not regulated in the Riksdag Act and Committee meetings are, as a general rule, held behind closed doors.<sup>44</sup>

<sup>39</sup> The Swedish National Audit Office, <https://www.riksrevisionen.se/en/about-the-swedish-nao/fields-of-operation.html>

<sup>40</sup> Section 3, section 5 paragraph 2, and section 11 of the Act on Auditing of Government Activities etc. (*lagen, 2002:1022, om revision av statlig verksamhet m.m.*), [https://www.riksrevisionen.se/download/18.6081a39c160e9b38731d9c6/1518435526356/SFS%202002\\_1022%20NY%20Revisionslagen%202011%20ENG%20vers%207%20maj%202012.pdf](https://www.riksrevisionen.se/download/18.6081a39c160e9b38731d9c6/1518435526356/SFS%202002_1022%20NY%20Revisionslagen%202011%20ENG%20vers%207%20maj%202012.pdf)

<sup>41</sup> Chapter 7, section 9 of the Riksdag Act, <https://www.riksdagen.se/globalassets/07.-dokument--lagar/the-riksdag-act-2015.pdf>

<sup>42</sup> Information received from the Secretariat of the Committee on Finance.

<sup>43</sup> Chapter 7, section 6 of the Riksdag Act.

<sup>44</sup> Chapter 7, section 16 of the Riksdag Act.

General regulations in the Riksdag Act on the debate in the Chamber apply to the consideration of the Central Government Annual Report and the Audit Statement. For example, all members of the Riksdag and all ministers of the Government have, as a general rule, the right to speak in the Chamber on any matter considered.<sup>45</sup> Usually, though, there is no debate regarding the Central Government Annual Report in the Chamber.<sup>46</sup>

[Voltar ao Resumo do País](#)

### **Suécia - Questão 3**

3 - (Are there any follow-up events after the final approval of the Accounts, namely concerning the recommendations of the Court of Auditors? (e.g. the government responding to parliament in written/in a hearing about the fulfilment or not of the recommendations issued by the Court of Auditors)).

**Reply:** As was mentioned above, the Committee of Finance presents a committee report to the Chamber, including the Committee's assessment of the annual accounts and a proposal to the Chamber on how to vote on the matter.<sup>47</sup> The Chamber decides on the Committee's proposal, as well as on private member's motions (if any) arising from the proposal, by acclamation or by vote.<sup>48</sup> Normally, the Committee's proposals to the Chamber is to consider the matter closed.<sup>49</sup>

If the Riksdag would not approve of the annual accounts, there are no legal implications with regard to the non-approval *per se*. However, a declaration of no confidence (in the Government) could follow.<sup>50</sup>

As was mentioned in the introduction, the NAO every year audits public authorities coming under the Government, as well as other organisations and companies owned by the state. Furthermore, the Authority carries out performance audits of various public actors etc., all of which forms part of a continuous follow up and scrutiny on the business of the public sector in Sweden.

[Voltar ao Resumo do País](#)

---

<sup>45</sup> Chapter 6, section 15 of the Riksdag Act. For further information on e.g. working methods and procedures of the Riksdag etc., please follow the link to the website of the Riksdag, <http://www.riksdagen.se/en/how-the-riksdag-works/the-work-of-the-riksdag/debates-and-decisions-in-the-chamber/>

<sup>46</sup> Information received from the Secretariat of the Committee on Finance.

<sup>47</sup> Chapter 10, section 3, and chapter 11, section 4 of the Riksdag Act.

<sup>48</sup> Chapter 11, section 8 of the Riksdag Act.

<sup>49</sup> Based on *inter alia* Committee reports No. 2012/13:FiU33, 2013/14:FiU33, 2014/15:FiU28, 2015/16:FiU28 and 2016/17:FiU34.

<sup>50</sup> Chapter 6, section 7 of the Instrument of Government, <https://www.riksdagen.se/globalassets/07.-dokument--lagar/the-instrument-of-government-2015.pdf>

## Turquia

### **Turquia - Questão 1**

*(In the process of parliamentary appreciation of the General State Accounts, what is the relation between the Court of Auditors and the Parliament? Does any member of the Court of Auditors address to the Plenary in a Session? If so, does this hearing take place before the vote of the State Account or also after the voting procedure?)*

**Reply:** According to Article 161 of the Turkish Constitution, final accounts bills shall be submitted to the Grand National Assembly of Turkey by the Turkish President within six months of the end of the relevant fiscal year. The Court of Accounts shall submit its statement of general conformity to the Grand National Assembly of Turkey within seventy-five days after the submission of the final accounts bill to which it is related.

According to the Article 21 of the Court of Accounts Act (Act no: 6085); it is stated that the President of the Court of Accounts or an appointed vice president will be present during the debate and decision process on the Court of Accounts report in the Plenary.

In addition, according to the “Rules of Procedure of the Grand National Assembly of Turkey”, Article 62 titled “Representing the Government” states that the President of the Court of Accounts, a head of department, or a member authorized by the President may make a statement in the Plenary when the need arises.

In addition, during Committee debates, auditors are also given the floor when necessary.

[Voltar ao Resumo do País](#)

### **Turquia - Questão 2**

*– (What are the internal procedures in Parliament before a final debate and vote procedure? Is the Budget Committee involved? Are there inputs from other committees? If so, in which terms? Please describe the terms and procedures.)*

**Reply:** According to Article 161 of the Turkish Constitution, final accounts bills shall be submitted to the Grand National Assembly of Turkey by the Turkish President within six months of the end of the relevant fiscal year. The final accounts bill shall be placed on the agenda of the Committee on Plan and Budget together with the budget bill of the new fiscal year. Committee on Plan and Budget shall submit the budget bill to the Plenary in conjunction with the final accounts bill within 55 days; the Plenary shall debate and decide on the final accounts bills in conjunction with the budget bill of the new fiscal year until the beginning of the new financial year. No other committees are involved in this process.

[Voltar ao Resumo do País](#)

### **Turquia - Questão 3**

3 - (Are there any follow-up events after the final approval of the Accounts, namely concerning the recommendations of the Court of Auditors? (e.g. the government responding to parliament in written/in a hearing about the fulfilment or not of the recommendations issued by the Court of Auditors)).

**Reply:** For the follow-up events after the final approval of the Accounts, Article 10 and Article 18 of the Regulation on Audits of the Court of Accounts may be referred, which are as follows:

**“ARTICLE 10 - (2)** Court of Accounts sends these reports, which is prepared after the audit and inspection activities, to the Grand National Assembly of Turkey and/or the relevant public administrations within the frame of the relevant laws and the rules and procedures determined in this regulation.

**(3)** Court of Auditors shall monitor to assess the extent to which the audit proposals are implemented by the supervised administrations.”

#### **“ARTICLE 18**

(1) Court of Auditors monitors the extent to which the audited entity applies the recommendations in the report.

(2) Monitoring may be carried out, as a new audit work according to the nature of the subject, or as obtaining information in the written format from the audited entity to determine whether the recommendations in the report are fulfilled.

(3) The progress achieved and the areas where the progress could not be achieved or has been inadequate are evaluated in the reports to be prepared.”

[Voltar ao Resumo do País](#)

## Parlamento Europeu

### **Parlamento Europeu - Questão 1**

*1 - (In the process of parliamentary appreciation of the General State Accounts, what is the relation between the Court of Auditors and the Parliament? Does any member of the Court of Auditors address to the Plenary in a Session? If so, does this hearing take place before the vote of the State Account or also after the voting procedure?)*

**Reply:** The European Court of Auditors (ECA) is a reporting institution. It is also a collegial institution.

The overall legal framework is described above and in the Parliaments Fact Sheets (see links Under “Future Reading” at the end of this document). The practical arrangements stemming from that are as follows:

On the day when the president of the ECA delivers ECA Annual report to the President of the Parliament (October or November n+1), the President and Members of ECA attend CONT meeting and present their annual report (as a rule it is the President of the ECA as well as the Member responsible for particular year’s Annual report on General budget who intervene). The Commission is present and intervenes, too (Commissioner responsible for Budgets).

Following that, the President of ECA presents the Annual reports to the plenary (November n+1). What follows is a string of CONT committee hearings with the Commissioners. ECA Members participate in those hearings according to their responsibilities for policy areas.

Once CONT final report on discharge is adopted and up for debate in plenary, President of ECA (and/or, possibly, the responsible ECA Member) intervenes at the debate (April/ May n+2). To mark a distinction: several Commissioners appear before CONT at hearings (the Commissioner responsible for Budgets as well as others), and several ECA Members participate in those CONT hearings. In the case of the plenary, it is the President of the ECA who presents the annual reports at the beginning of the procedure, and then intervenes at the plenary debate before the plenary vote at the end of the discharge procedure. It is only the Commissioner responsible for Budgets who speaks for the Commission at the plenary debate.

[Voltar ao Resumo do Parlamento Europeu](#)

### **Parlamento Europeu - Questão 2**

*2 – (What are the internal procedures in Parliament before a final debate and vote procedure? Is the Budget Committee involved? Are there inputs from other committees? If so, in which terms? Please describe the terms and procedures.)*

**Reply:** The Committee on Budgets (BUDG) has the same role in the discharge procedure as other parliamentary committees. On the role of BUDG in parliamentary oversight in a wider sense, please, see the attached presentation.

All parliamentary committees may give opinions on CONT report, and in fact almost all committees do adopt opinions on discharge (both on the Commission discharge and on other discharge reports according to their respective competences, e.g., on discharge reports on the decentralized agencies under their remit, etc.). The opinions must be voted in the respective committees and submitted to CONT before the vote on the final committee report in CONT (e.g., if CONT votes in March n+2, opinion giving committees must vote in February n+2. Discharge timetable is set beforehand, usually in September n+1, and it does not allow for any flexibility due to FinReg constrains).

All opinions are attached to the final reports (and thus presented to the Plenary) in the form as received by CONT. While as a rule, most opinions are also fully or partially endorsed by CONT and as such fully or partially incorporated in CONT final reports. On occasions when particular elements are covered by both an opinion and CONT draft report (and/or amendments tabled in CONT), it is up to CONT to vote on these when it adopts the final report. CONT final report can be amended in the plenary before it is adopted as a plenary resolution. This means that the opinions form a part of Parliament's resolution accompanying the discharge decision.

Discharge decision proposal has a fixed form. In May n+2 part-session the proposal can only be to either grant or postpone the discharge; in case of the postponement, in October n+2 part-session the second report may only propose to either grant or refuse the discharge. The proposal cannot be amended in the plenary: being a decision, it can only be either carried or voted down.

If the proposal for a discharge decision is voted down, the decision is reversed (for example, if a proposal to postpone discharge does not secure a majority, then discharge is granted). If the decision is reversed, it may be necessary to postpone the vote on the accompanying resolution to the next plenary part-session, as the resolution must be consistent with the decision.

[Voltar ao Resumo do Parlamento Europeu](#)

### **Parlamento Europeu - Questão 3**

*3 - (Are there any follow-up events after the final approval of the Accounts, namely concerning the recommendations of the Court of Auditors? (e.g. the government responding to parliament in written/in a hearing about the fulfilment or not of the recommendations issued by the Court of Auditors)).*

**Reply:** The Commission and the other institutions are required to act on the observations made by Parliament in its discharge resolutions (Article 319(3) TFEU and Article 262 of the Financial Regulation).

The Commission has to submit the follow-up report by 31 July n+2 (deadline set by FinReg, Art 247). The Commission presents its follow-up report in CONT9. The follow-up report falls under the responsibility of the Member of the European Parliament (MEP) who was rapporteur for the respective year's discharge report in CONT (year "n"); that being said, the follow-up is also taken into account in preparation of the CONT discharge report which is on the agenda at the time when said follow-up is received (discharge for year n+1).

It can also be noted that ECA uses a contradictory procedure when preparing both its Annual reports and Special Reports (performance audits), and those reports often include Commissions comments on actions already taken to address ECA's findings and recommendations.

**Further reading:**

Presentation “Budgetary oversight of the European Parliament and the roles of the committee on Budgets and the committee on Budgetary Control” (attached)

EP fact sheet “Budgetary control” [tp://www.europarl.europa.eu/factsheets/en/sheet/31/budgetary-control](http://www.europarl.europa.eu/factsheets/en/sheet/31/budgetary-control)

EP Fact sheet “The Court of Auditors” [tp://www.europarl.europa.eu/factsheets/en/sheet/14/the-court-of-auditors](http://www.europarl.europa.eu/factsheets/en/sheet/14/the-court-of-auditors) EP BUDG study on “Parliamentary control of budget implementation”

[http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/etudes/join/2012/490661/IPOL-JOIN\\_ET\(2012\)490661\\_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/etudes/join/2012/490661/IPOL-JOIN_ET(2012)490661_EN.pdf)

EP EPRS Briefing on “Discharge procedure for the EU budget”:

[http://www.europarl.europa.eu/RegData/bibliotheque/briefing/2014/130699/LDM\\_BRI\(2014\)130699\\_REV1\\_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/bibliotheque/briefing/2014/130699/LDM_BRI(2014)130699_REV1_EN.pdf)

[Voltar ao Resumo do Parlamento Europeu](#)